

BALANÇO PIAUÍ 2016

**AS LINHAS
QUE TRACAM
O NOSSO
DESENVOLVIMENTO**



DESENVOLVIMENTO

Um trabalho feito a muitas mãos.

Traçamos linhas. Entrelaçamos compromissos. Transformamos fibra em ação. E, inspirados no talento da nossa gente, ponto a ponto vamos avançando. Um trabalho feito com esmero e paixão pelas mãos de todos os piauienses.



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CRESCE
JUNTO COM SUA GENTE

**TRABALHO, CORAGEM
E CONFIANÇA NO FUTURO 05**

**GESTÃO FISCAL EFICIENTE
E BOA GOVERNANÇA 13**

**TRANSFORMAR A REALIDADE
EM BENEFÍCIO DE TODOS 31**

**EXPANSÃO ECONÔMICA
SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA 63**

**INVESTIMENTOS E OBRAS
PARA UM PIAUÍ
MAIS DESENVOLVIDO 85**

**EQUIPE DE GOVERNO
E EQUIPE TÉCNICA 97**




Piauí
GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CRESCE
JUNTO COM SUA GENTE





**RAZÕES
PARA
OTIMISMO
E CONFIANÇA
NO FUTURO**






**TRABALHO,
CORAGEM E
CONFIANÇA NO
FUTURO**

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS DEPUTADAS ESTADUAIS,
SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS,

POVO PIAUIENSE,

Em cumprimento ao que determina a Constituição Estadual, mais uma vez estamos aqui diante dos representantes do povo do Piauí para prestar contas do que o Governo realizou no exercício de 2016. Cumprimos esta missão constitucional com desvelo e prazer, diante das senhoras e senhores, não importando em que bancada estejam, mas estando diante do nosso Estado, aqui sendo representado por todos vocês.

Fazemos menção à representação do povo e dos interesses do Piauí nesta Casa, porque boa parte da eficiência administrativa obtida e obstinadamente buscada pelo Governo em 2016 resulta do apoio desta Assembleia Legislativa. Foi com os votos das senhoras e dos senhores deputados estaduais em projetos de lei e emenda constitucional que fizemos os instrumentos de uma política de Estado para garantir o equilíbrio fiscal de longo prazo.



Citamos especificamente aqui a responsabilidade compartilhada entre esta Casa e o Poder Executivo na configuração do Novo Regime Fiscal. Estabelecemos por emenda à Constituição um programa de austeridade fiscal que não sacrifica o investimento nem os gastos sociais. Muito pelo contrário, vem para ampliar a capacidade do Estado de investir para impulsionar ainda mais o nosso desenvolvimento econômico e social.

Gostaríamos de frisar que nossa proposta prevê um crescente superavit nas contas públicas para aplicação de recursos excedentes em investimentos, usando uma fórmula que não engessa o Estado. Vamos lembrar que o Piauí limitou despesas primárias ao índice oficial ou 90% da expansão da receita do exercício fiscal anterior, prevalecendo o que for maior. Com isso, eliminamos as possibilidades de impedimento ao investimento público. O que fizemos, com a ajuda desta Casa, foi criar uma ferramenta constitucional de boa governança.

Uma revisão desse regime fiscal será feita em 2021, devendo tais regras prevalecer até 2026 – período em que esperamos haver um aumento do superavit estadual como garantia de mais investimentos públicos. Também temos a convicção de que, nesse espaço de tempo, o equilíbrio financeiro obtido se complementará à expansão de receitas próprias impulsionadas pelo avanço da nossa base econômica.

É importante lembrar que, a despeito de o novo regime fiscal prevalecer a partir do ano fiscal de 2017, o Governo primou por uma gestão fiscal e administrativa voltada para a eficiência e melhores resultados.

Temos razões para acreditar que o trabalho desenvolvido pela área econômico-financeira do Estado deu bons resultados. Mais que convicção, temos a evidência disso, porque na relação com 2014, os investimentos públicos do Estado do Piauí em 2016 mais que triplicaram.

No ano que antecedeu o primeiro exercício fiscal da gestão em curso, o Piauí investiu somente 1,7% das suas receitas correntes líquidas, passando a 4% em 2015 e a 7% em 2016. O aumento da aplicação de recursos públicos em obras de estradas, mobilidade urbana, hospitais, escolas e serviços públicos especializados resultou do trabalho duro de Governo e de servidores públicos imbuídos do propósito de tornar a máquina pública mais eficiente, ao mesmo tempo em que se buscou e se




conseguiu destravar investimentos e contratos. Nesse aspecto da busca de eficiência da gestão fiscal e administrativa do Estado, cumpre-nos informar que em 2016 medidas adotadas nas áreas da Fazenda, Administração, Previdência e Planejamento foram essenciais para manutenção do custeio dos órgãos da administração pública, bem como para garantir que não houvesse sobressaltos na folha salarial do Estado.

O Piauí, como todos os Estados da Federação, enfrentou grandes dificuldades. Mas, ao contrário de muitas das unidades federativas, não incorreu em atraso ou parcelamento dos salários dos servidores. Há quem diga, com razão, que apenas cumprimos nossa obrigação. É verdade, nós apenas cumprimos nossa obrigação, mas manter contas equilibradas e salários pagos em dia é um feito e tanto, em um momento de excepcionalidade econômica e política, que dissolveu as finanças de Estados maiores e mais ricos que o Piauí.

Devemos esse equilíbrio a esforços comuns do Governo e da sociedade piauiense. No Governo, podemos citar um aumento da arrecadação própria entre janeiro e novembro de 2016 na ordem de 7,91% na comparação com igual período do exercício fiscal anterior. Na sociedade, a participação maciça em programas como a Nota Fiscal Piauiense, que se consolidou em 2016, alcançou 171.739 pessoas cadastradas até 12 de dezembro. O programa mostrou-se uma das mais acertadas estratégias para incrementar a arrecadação estadual. Destacam-se ainda ações criativas como os feirões de imóveis e automóveis, destinados a servidores públicos e outras categorias, criados para incrementar receita e injetar recursos no Regime Próprio de Previdência Social, cuja reformulação é peça de resistência para manutenção do equilíbrio das contas em longo prazo.

É sempre bom lembrar que instrumentos e práticas de disciplina fiscal são essenciais para manutenção da saúde financeira do Estado, notadamente em períodos de menor receita e despesas primárias com uma dinâmica própria de crescimento vegetativo.

Destacamos por necessário o esforço continuado no sentido da eficiência da gestão administrativa e fiscal. Neste ponto, convém rememorar que o Estado não é apenas o Executivo, mas também o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. Assim sendo, é reconfortante saber que em 2016 passou a atuar o Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tribu-



tária (GRINCOT). Trata-se de força-tarefa integrada por representantes da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), Ministério Público do Estado (MPE), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria Estadual de Segurança/Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo (DECCOTERC). O trabalho é o de recuperar aos cofres públicos cerca de R\$ 500 milhões em tributos. Deste total, R\$ 200 milhões encontram-se em processo judicial.

De outro lado, o controle de despesas foi praticamente uma obsessão do Governo. A Secretaria da Fazenda, através da Unidade de Gestão e Programação dos Gastos Públicos (UNIGGP), tem cumprido o seu papel de subsidiar os gestores dos órgãos do Estado com informações técnicas para gerar economicidade aos cofres públicos.

Nesse mesmo rumo de assegurar o controle e qualidade dos gastos públicos, foi criada na Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV) a Superintendência de Gestão e Controle da Qualidade dos Gastos Públicos Essenciais - SGGP. Graças a isso, tivemos uma redução de 14,54% das despesas inicialmente programadas. A previsão de despesas de manutenção e finalísticas caiu de R\$ 85,6 milhões/mês (R\$ 1,027 bilhão/ano) para R\$ 73,2 milhões/mês (R\$ 878 milhões/ano). Em números absolutos, um recuo de quase R\$ 150 milhões, possibilitando a alocação de tais recursos em outras áreas.

Outra frente de redução de despesas primárias foi o Controle da folha salarial do Estado, que permitiu economia de R\$ 80,7 milhões. Ao longo de 2016, mantivemos um rotineiro monitoramento da folha de salários, de modo que obtivemos uma economia superior a 80 milhões.

Isso só foi possível devido ao recadastramento de servidores (2015), com a contagem física de pessoal ativo, inativo e pensionistas, identificação biométrica, coleta de dados funcionais e pessoais, que foram digitalizados, e implantação de sistema permanente de monitoramento da folha de pessoal.

Monitorar a folha significa ter dupla preocupação. A primeira com a saúde financeira do Estado, cujas obrigações se estendem a 3,1 milhões de piauienses. A segunda com o servidor público, para garantir que não haja injustiça nem atrasos de salários. E em relação aos servidores, as mudanças nos sistemas de assistência e previdência

social visaram garantir os serviços de atendimento médico e benefícios. Como exemplo disso, o IASPI-SAÚDE realizou mais de 1,8 milhão de consultas, exames e terapias seriadas, incluindo a capital e o interior do Estado, no período de janeiro a novembro de 2016, tendo aplicado R\$ 70,7 milhões.

Além do controle fiscal, a nossa gestão, em 2016, atuou, através da Secretaria de Planejamento, de forma destacada na captação de recursos que viabilizaram importantes investimentos através de operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais.

Esta é a principal estratégia do Governo do Estado para superar as dificuldades existentes em relação à capacidade de investimentos do Piauí com recursos próprios. O cenário de baixo crescimento da economia nacional e redução dos investimentos públicos, que vêm se desenhando principalmente desde 2008, têm acentuado a relevância desta estratégia como forma de manter os níveis de investimento no Estado.

Com os recursos conseguidos, através das operações de crédito, foram realizadas importantes e imprescindíveis obras em benefício da nossa população, além da manutenção e promoção de novos empregos, melhorando a renda das pessoas e dinamizando a economia.

A concretização de novas operações de crédito e a conclusão de outras existentes permitiram a realização de obras de infraestrutura em todo o Estado, como estradas e melhoramento na mobilidade urbana em diversos municípios, bem assim o desenvolvimento de políticas alinhadas com um modelo expansão mais inclusiva, tais como ações nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, regularização fundiária, geração de emprego e renda no meio rural e modernização da gestão pública.

Em 2016, o Estado do Piauí recebeu recursos da ordem de R\$ 852,6 milhões oriundos de operações de crédito e, para 2017, estão sendo entabuladas várias negociações junto a organismos nacionais e internacionais para novas contratações, considerando a importância da continuidade dos investimentos, aliada à boa performance do Estado no tocante à capacidade de endividamento e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

Apesar de toda a situação de crise econômica e política do nosso País, o Estado do Piauí não se descuidou da assistência a sua população. Destaca-se, nesse campo, a estruturação da rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Campo e da Floresta, um serviço prestado em duas unidades móveis para enfrentamento da violência, preferencialmente, às mulheres integrantes dos assentamentos, quilombolas, ciganas, indígenas e ribeirinhas.

A saúde da mulher, como de resto a saúde de todos os piauienses, é foco constante de nossas preocupações. Em 2016, o projeto Amigos do Peito realizou serviço de rastreamento e prevenção de casos de câncer de mama em mais de 70 municípios, atendendo cerca de 6.000 mulheres.

O atendimento médico a mulheres com exames como a mamografia é parte de um esforço para levar serviços médicos especializados para o interior e litoral do Estado. Um exemplo disso é o serviço de oncologia, agora disponibilizado também em Parnaíba, e diagnóstico por imagem em Floriano. Em hospitais como os de Campo Maior, Piripiri, Luzilândia, Esperantina, Barras, Bom Jesus e São Raimundo Nonato, a realização de mutirões aos finais de semana ampliou a oferta de cirurgias pediátrica, ortopédica e geral.

A atenção materno-infantil foi redobrada com a abertura da Casa da Gestante da Maternidade Dona Evangelina Rosa, dispondo de 20 leitos. No âmbito da Rede Cegonha, registramos a implantação e pleno funcionamento, no Hospital Regional Chagas Rodrigues, em Piripiri, do primeiro Centro de Parto Normal fora de Teresina.

Se é dever do Estado garantir que haja boa saúde, é igualmente uma obrigação recorrente assegurar que haja educação de qualidade. Em 2016, para nossa alegria, o Ministério da Educação mostrou que estamos no rumo certo e que nossos esforços são reconhecidos na busca de ofertar um ensino público de melhor qualidade.

O Piauí foi um dos quatro Estados que mais avançaram nas notas de seus estudantes de escolas públicas do ensino médio. A mais inspiradora notícia para a educação pública estadual no Piauí, em 2016, foi construída no ano anterior, em 2015. Submetidos aos exames do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Ministério da Educação, estudantes de escolas estaduais mostram que o Estado cumpriu a meta estabelecida, e em 74 escolas da rede estadual houve notas maiores que a média obtida pela rede estadual (3,2) para o IDEB.

O caminho rumo à melhoria da qualidade da escola pública inclui a ampliação do acesso à escola de tempo integral, concorrendo para melhores re-





sultados dos estudantes. Assim, em 2017, a SEDUC terá 66 escolas funcionando em regime de tempo integral, sendo 40 no modelo anterior e 26 no novo modelo. O número de alunos atendidos deve saltar de 11.397 para 21.332.

Além da escola de tempo integral, o Programa Poupança Jovem destina incentivo financeiro aos alunos do Ensino Médio matriculados na rede estadual dos 77 municípios com as maiores taxas de pobreza do Estado, garantindo apoio aos estudantes e diminuindo a evasão escolar.

Já o Programa Jovem de Futuro, em parceria com a Fundação Unibanco, em 2016, alcançou mais de 42 mil estudantes e qualificou 414 professores. Para 2017, a meta é atingir 250 escolas com a gestão escolar voltada para resultados de aprendizagem, de modo a se ter uma educação pública de qualidade, que garanta o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Médio, proporcionando um aprendizado no tempo adequado.

Boa saúde e educação de qualidade complementam-se em um ambiente onde haja desenvolvimento econômico com sustentabilidade social e ambiental. Esse é o nosso desafio, para isso trabalhamos rumo a novos projetos e em busca de garantir as condições para a expansão econômica do Estado, atraindo novos investimentos.

Bons ventos haverão de impulsionar a nossa economia com suporte institucional do Governo. Ventos como os que sopram no Sudeste do Piauí, em pleno semiárido, gerando energia e riqueza para a população do semiárido. O Piauí já responde por 8,2% dessa energia limpa e renovável gerada no País. Nos próximos anos, com o avanço dos investimentos em parques eólicos e energia solar, o Piauí deverá atingir 6 GW de energia, metade do que produz a Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, com a vantagem de não ter nenhum imbróglia jurídico e do baixo impacto ambiental.

Unidades de geração de energia solar começam a ser instaladas em municípios como Picos, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Eliseu Martins, São João do Piauí, Nova Santa Rita e Ribeira do Piauí. Em São João do Piauí, há sete projetos sendo instalados e quatro em fase de proposição, que, juntos, podem produzir 1.600 megawatts – mais de seis vezes a capacidade de geração de energia da Hidrelétrica de Boa Esperança.

O Estado segue ainda incentivando e apoiando a agricultura de base familiar, orgânica e agroecológica e apoiando o agronegócio, com atividades voltadas para a produção de grãos, frutas, carne, leite e mel.

O apoio à agricultura familiar e aos arranjos produtivos locais deu-se de modo decisivo em ações como o Projeto Viva o Semiárido, resultante de financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), atuando nos territórios dos Vales do Guaribas, Sambito, Canindé e Serra da Capivara, abrangendo 89 municípios do semiárido piauiense. O projeto envolve recursos da ordem de US\$ 33 milhões, para apoiar arranjos produtivos da cajucultura, ovinocaprinocultura, apicultura, mandiocultura, piscicultura, artesanato e quintais produtivos, tendo como público prioritário agricultores familiares, jovens, mulheres e comunidades quilombolas. Em 2016, mais de 100 Planos de Negócios foram elaborados e o FIDA considerou o projeto do Piauí o melhor desempenho do Brasil. No que se refere ao agronegócio, a regularização de terras na região do Cerrado e a criação de uma câmara setorial para o segmento foram medidas relevantes em apoio ao setor, criando um diálogo direto com o Governo. Agregue-se a isso a preparação de infraestrutura viária, com a retomada de obras como a rodovia Transcerrados e a conclusão do asfaltamento da estrada entre Santa Filomena e Gilbués, numa demonstração de compromisso do Governo com o agronegócio.

A estrada que tirou Santa Filomena de um isolamento de décadas faz parte de uma série de obras rodoviárias e de mobilidade urbana implementada

pelo Governo do Piauí em 2016 – parte delas concluída, outras, em andamento, como o Rodoanel de Teresina; o alargamento das pontes JK e Wall Ferraz, anéis viários em Canto do Buriti e Regeneração; a retomada da obra de duplicação da BR-316 e do elevador da avenida Miguel Rosa, entre outras que poderão ser analisadas detalhadamente no relatório apresentado a esta Casa.

Os investimentos em obras viárias e mobilidade urbana indicam que foram corretos os esforços no sentido de dar mais eficiência à gestão fiscal, à qualidade das despesas públicas e à boa governança.

Há um portfólio muito grande de obras físicas, o que certamente nos reconforta, sobretudo porque a crise econômica abateu a capacidade dos Estados de tocar investimentos necessários à expansão da economia e à garantia de qualidade nos serviços públicos. No entanto, a razão maior de nossa sensação de dever cumprido se dá pela manutenção e expansão de serviços públicos essenciais com qualidade.

As razões para nosso otimismo em relação ao futuro estão em conquistas como o equilíbrio das finanças públicas em tempos de crise e insolvên-

cia; o funcionamento dos serviços públicos sem maiores sobressaltos; a regularidade no desembolso das despesas primárias, sobretudo com salários de servidores; a adoção de medidas para disciplina fiscal e a retomada do investimento em maior percentual sobre as receitas correntes.

Os tempos de antes e para adiante não são os mais fáceis já enfrentados por todos nós, mas contamos com nossa fé em Deus para seguir em frente. Contamos, mais do que isso, com a compreensão dos que sempre nos apoiaram na missão de construir um Estado melhor para todos. A esta missão nos entregamos com trabalho, coragem e confiança no futuro, que faremos melhor com a ajuda de todos os piauienses.

Muito obrigado!



Wellington Dias
Governador do Piauí







**GESTÃO FISCAL
EFICIENTE
E BOA
GOVERNANÇA**



7,91%
a mais na arrecadação estadual
até o mês de novembro de 2016.

R\$ 260,6 MILHÕES
de acréscimo na receita própria
do Estado do Piauí no ano de 2016.

R\$ 150 MILHÕES
a menos nas despesas de custeio,
permitindo realocar gastos e
manter contas em dia

R\$ 80.728.886,55
economizados com recadastramento
de servidores públicos ativos,
inativos e pensionistas.

1.806.954
consultas, exames, cirurgias e internações
para os beneficiários do IASP.

Mesmo 2016 sendo um ano difícil para todos os Estados, em que a maioria passou por uma crise econômica e financeira em consequência da recessão que atravessa o País, com uma queda acentuada na arrecadação, o Piauí tem conseguido preservar o equilíbrio nas contas do Governo, mantendo seus programas sociais e salários de servidores.

Isso ocorreu porque o Governo do Piauí fez o "dever de casa", conseguindo manter os serviços públicos funcionando regularmente, cumprindo rigorosamente toda a tabela de pagamento do funcionalismo público estadual. Além disso, mesmo com o agravamento ou avanço da crise econômica, o Estado seguiu investindo em obras.

Para driblar a retração da economia, amenizar a queda na arrecadação e diminuir o impacto das perdas financeiras do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) adotou medidas que possibilitaram uma redução das despesas e um incremento na arrecadação das receitas. Entre as medidas, o lançamento de programas como o Nota Piauiense, o Programa de Recuperação de Créditos Tributários (Refis), uso de recursos de depósitos judiciais e a Piauí Loterias (LOTOSHOW). As duas etapas do Refis, por exemplo, permitiram uma negociação de débitos de mais de R\$ 300 milhões.

Foi o controle rigoroso das despesas e a implantação desses programas inovadores que permitiram ao Estado continuar mantendo o equilíbrio financeiro. Com isso, obtiveram-se receitas extras para o Estado continuar com a sua normalidade administrativa, sem parar nenhum serviço essencial, pagando os servidores em dia e ainda tocando muitas obras com operações de crédito.

Justamente em função dessa busca de receitas extraordinárias e de um ajuste fiscal forte que o Estado do Piauí manteve, como segue mantendo, uma situação de equilíbrio, e ainda tem conseguido aumentar sua arrecadação própria.

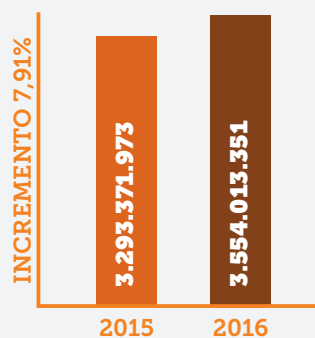
Dados da Superintendência do Tesouro Estadual da SEFAZ, de janeiro a novembro de 2016, indicam que a arrecadação estadual teve um incremento de 7,91%, quando comparado com o mesmo período do ano de 2015. Isso corresponde a R\$ 260,642 milhões a mais que o arrecadado no exercício fiscal anterior. Entre janeiro e novembro de 2016, foram arrecadados R\$ 3.554.013.000,00 ante R\$ 3.293.371.000,00 em igual período de 2015, ano em que o total das receitas próprias somou R\$ 3.581.838.000,00.



A Receita Corrente Líquida (RCL) vem tendo uma evolução crescente nos últimos anos, o que possibilita ao Estado manter o equilíbrio das finanças, permitindo novos contratos, realizar novas operações de crédito para investimentos, pagamento do serviço da dívida pública e manter atualizado o pagamento de pessoal.

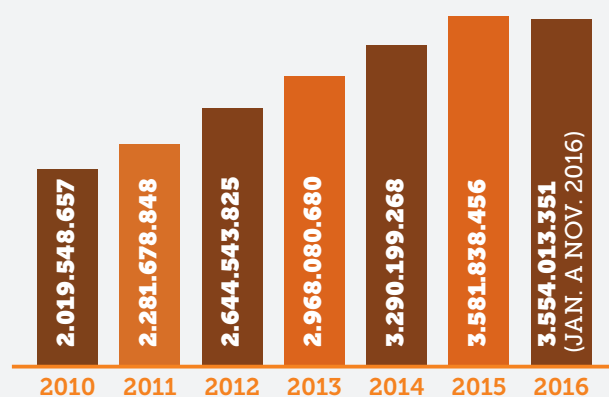
A transferência de recursos do Fundo de Participação do Estado (FPE) para o Piauí é a receita mais importante dentre os repasses feitos pela União. No período de janeiro a outubro de 2016, o FPE totalizou o montante bruto de R\$ 2.734.985.886,91. O comparativo dos repasses do FPE no ano de 2016 com o ano de 2015, até o mês de outubro, revela um crescimento nominal de 0,34%, o que, em termos reais, considerando a inflação no mesmo período, autoriza a admissão de que houve perdas nesta fonte de receita.

ARRECAÇÃO PRÓPRIA JANEIRO A NOVEMBRO - 2016



FONTE: SEFAZ

ARRECAÇÃO PRÓPRIA - 2010/2016



FONTE: SEFAZ



NOTA PIAUIENSE: MAIS DE 170 MIL INSCRITOS

O Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí, denominado Nota Piauiense, lançado no dia 30 de junho de 2015, consolidou-se em 2016, alcançando 171.739 pessoas cadastradas até 12 de dezembro. O programa mostrou-se uma das mais acertadas estratégias para incrementar a arrecadação estadual.

Em 2016, também foi lançado o aplicativo da nota para smartphones, cujo objetivo foi o de otimizar os serviços. Entre as novidades, o usuário pode cadastrar notas fiscais para conferir, posteriormente, se elas constam no seu sistema e se os dados são de acordo com a compra realizada.

Os usuários cadastrados no programa concorrem mensalmente a R\$ 250 mil em prêmios, assim distribuídos:

- 1º prêmio – 1 prêmio de R\$ 50.000,00.
- 2º prêmio – 1 prêmio de R\$ 20.000,00.
- 3º prêmio – 30 prêmios de R\$ 1.000,00.
- 4º prêmio – 100 prêmios de R\$ 500,00.
- 5º prêmio – 200 prêmios de R\$ 250,00.
- 6º prêmio – 500 prêmios de R\$ 100,00.

Até novembro de 2016, foram realizados 15 sorteios, sendo distribuídos mais de R\$ 3,6 milhões em prêmios.

Além dos sorteios, quem pede a inclusão do CPF na nota tem direito a receber de volta até 30% do acréscimo no valor do ICMS, efetivamente, recolhido por estabelecimento, caso este tenha obtido incremento de receita. Mais do que somente concorrer a prêmios e créditos em dinheiro, ao solicitar o CPF na nota, a pessoa está contribuindo para o desenvolvimento do Estado, ao permitir uma maior fiscalização na arrecadação do ICMS.



LOTOSHOW FINANCIA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Outra estratégia para aumentar a arrecadação do Estado foi a criação da Piauí Loterias, a primeira loteria pública estadual em meio virtual no País, lançada no dia 29 de março de 2016. No dia 19 de julho, foi inaugurada a plataforma de jogo online, popularmente chamada de LOTOSHOW.

Além de contribuir com o incremento da arrecadação, a ideia é fazer com que a LOTOSHOW seja também uma ferramenta para o financiamento de



programas sociais, pois os recursos arrecadados serão destinados ao desenvolvimento socioeconômico da população piauiense, principalmente nas áreas da cultura, esporte e educação.

A Central de Desenvolvimento Socioeconômico será responsável pelo planejamento, monitoramento e pela transparência da aplicação dos recursos, visando o controle social dos órgãos de fiscalização, permitindo maior isenção na aplicação desses recursos.



FORÇA TAREFA PARA COMBATER A SONEGAÇÃO FISCAL

O Estado do Piauí ganhou em 7 de novembro de 2016 um importante instrumento no combate à sonegação fiscal. Trata-se do Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária (GRINCOT).

O GRINCOT atua como uma força-tarefa integrada por representantes da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), Ministério Público do Estado (MPE), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria Estadual de Segurança/Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo (DECCOTERC). O objetivo é recuperar aos cofres públicos cerca de R\$ 500 milhões em tributos. Deste total, R\$ 200 milhões encontram-se em processo judicial.

No mesmo prédio onde foi instalado o GRINCOT, também funciona a 10ª Vara Criminal de Teresina, do Tribunal de Justiça, de competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

O Estado investiu cerca de R\$ 107 mil nas instalações do prédio, com recursos do Tesouro Estadual; do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária (FUNDAT) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

Em outra frente de ação para incremento das receitas próprias, a Secretaria da Fazenda criou a Unidade de Receitas Não Tributárias (UNIRET). Seu foco principal é um processo continuado de identificação, seleção e tratamento de fontes de receitas não tributárias, as quais ajudam a maximizar o resultado financeiro do Tesouro Estadual.

Essa nova unidade da gestão fiscal pode e deve atuar na fiscalização sobre a compensação financeira pela exploração da atividade mineral, além de questões relacionadas à venda de créditos da Dívida Ativa e ainda no acompanhamento e auxílio da execução do Programa de Regularização Fundiária do Estado, em parceria com o Instituto de Terras do Estado (INTERPI).

Poderá até incentivar os bancos a disponibilizar linhas de crédito bem como promover leilão de terras devolutas e a venda dessas terras para o INCRA/MDA, destinadas à reforma agrária. Também atuará na regularização da ocupação e exploração de bens públicos por terceiros, e ainda pode selecionar imóveis do Estado e abrir edital para proposta de aluguéis.



DIRETORIA AJUDA A CONTROLAR AS DESPESAS DO ESTADO

Se de um lado criou-se a Unidade de Receitas Não Tributárias (UNIRET), para incremento de receitas, de outro, buscou-se maior controle de despesas, como mecanismo de manutenção da disciplina fiscal.

Assim, face à necessidade de se fazer um forte ajuste fiscal em 2016, o Estado fez um controle rigoroso das despesas para tentar vencer a retração da economia e manter o equilíbrio fiscal. Dentro dessa perspectiva, a Secretaria da Fazenda criou a Unidade de Gestão e Programação dos Gastos Públicos (UNIGGP).

Além de subsidiar os gestores dos órgãos do Estado com informações técnicas, de forma que os auxiliem em tomada de decisões, a UNIGGP tem como missão gerar economicidade aos cofres públicos.

Um dos objetivos é implantar um modelo de gestão que incorpore conceitos de eficiência, avaliação de desempenho, gestão por resultado, custos e controle do gasto público e transparência, visando também ampliar a efetividade dos serviços públicos. Por isso, essa diretoria realiza um trabalho de orientação e monitoramento da efetividade dos recursos aplicados, acompanhando a execução das despesas por órgão, fonte de recurso e ação orçamentária.



PIAÚÍ AJUDA A BUSCAR RECURSOS EXTRAS PARA OS ESTADOS

Além de buscar ampliar suas receitas, o Piauí foi um dos Estados que se destacaram na busca de



recursos junto à União, apresentando, em parceria com outros Estados, propostas para melhorar o ambiente econômico, retomar investimentos e gerar emprego, como forma de enfrentar e superar a crise econômica.

Nesse ambiente de busca de alternativas para vencer a crise, o Governo do Piauí lutou pela liberação dos recursos da multa da repatriação, ingressando com ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Foi essa iniciativa, inclusive, que fortaleceu a negociação dos Estados com o Governo Federal que, diante das demandas judiciais, resolveu liberar aqueles recursos. Com isso, os Estados, que foram muito afetados pela crise econômica, dispuseram de recursos adicionais para pagar, por exemplo, o 13º salário dos servidores.

O Piauí recebeu R\$ 170 milhões da multa da repatriação. Os recursos foram usados para pagamento de fornecedores e obras, evitando-se que serviços deixassem de funcionar e mantendo investimentos que fortaleceram a economia do Estado.

Também foram decisivos para o fortalecimento dessa economia o fato de o Governo Estadual ter injetado R\$ 940,95 milhões na economia local com o pagamento das três folhas salariais do funcionalismo público estadual, relativas aos meses de novembro, dezembro e ainda do 13º salário.

INVESTIMENTO NA MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Outra frente de atuação na melhoria das receitas foi a ação do Governo para tornar melhor e mais eficiente o Fisco estadual. Isso se fez através do Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PRODAF-PRO-

FISCO). Os investimentos foram iniciados em outubro de 2010 e foram concluídos em dezembro de 2016. O programa aplicou durante todo esse período U\$ 16.951.000,00 – cerca de R\$ 55 milhões.

Desse valor, R\$ 9.022.571,00 foram aplicados no ano de 2016 em cursos de capacitação de servidores, serviços de consultoria, aquisição de softwares e equipamentos de informática e de veículos para fiscalização.

A SEFAZ investiu R\$ 2.511.768,00 dos recursos do FUNDAT em mobiliário e licenças de softwares. Foram investidos R\$ 15.049.633,00 da operação DPL em serviços de consultoria para implantação do Escritório de Projetos da SEFAZ e em operações da solução de Inteligência Fiscal, além de aquisição de licenças de softwares, mobiliário, 230 computadores e 210 scanners, para implantação do processo eletrônico e reformas da Agência de Atendimento de Bertolínea e do prédio onde funciona o GRINCOT.

Somando recursos de todos esses programas (FUNDAT, PROFISCO e DPL II), em 2016 a SEFAZ investiu R\$ 27.583.972,00 na modernização da gestão fiscal. Isso permitiu, entre outros benefícios, ampliar a receita própria, aperfeiçoar os controles internos, melhorar as despesas públicas e tornar mais eficiente e eficaz a administração fiscal e o atendimento ao Contribuinte.

PIAUÍ ULTRAPASSOU LIMITES DE GASTO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Até o 5º bimestre do ano de 2016 (setembro/outubro), o Estado cumpriu também todos os limites das metas fiscais. Como exemplo, temos os gastos com saúde e educação, que ficaram acima dos limites constitucionais estabelecidos.

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Tabela de cumprimento dos Limites Constitucionais		
Receita Líquida de Impostos		5.249.152
Despesa para fins de limite		1.382.227
Mínimo de 25% das receitas resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Caput do art. 212 da CF/88)	Mínimo a aplicar no exercício: 25%	Percentual atingido até out./16: 26,33%
Mínimo anual de 60% dos recursos do FUNDEB com a remuneração do Magistério no ensino Fundamental e Médio (CF/88: art. 60, § 5º do ADCT e Caput do art. 22 da Lei 11.494/07)	Mínimo a aplicar no exercício: 60%	Percentual e valor atingidos até out./16: 94,66%

FONTE: SEFAZ

Os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) mostram, conforme o quadro, que até o quinto bimestre do ano (outubro de 2016), o Estado atingiu 94,66% do valor mínimo a ser aplicado no FUNDEB, tendo até ultrapassado o mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Estado aplicou em despesas com ações e serviços públicos de saúde, até o quinto bimestre de 2016, R\$ 686 milhões, o que representa 13,07% da receita de impostos e transferências (RIT), ficando acima do limite constitucional anual de 12%.

É por ter cumprido todas as obrigações que o Estado, mesmo com toda a crise econômica, conseguiu realizar investimentos na ordem de **R\$ 580.570.390,00** no ano de 2016, segundo aponta o último Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao 5º bimestre (setembro/outubro de 2016).



CONTROLE, EFICIÊNCIA E QUALIDADE DAS DESPESAS PÚBLICAS

O incremento de receita em tempos de crise somente se equipara em importância ao controle, eficiência e à qualidade das despesas públicas.

Receita de Impostos e Transferências – RIT	Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Limite Constitucional Anual	
Valor arrecadado – janeiro a outubro/16 Em R\$ Mil	Valor aplicado até outubro de 2016 Em R\$ Mil	Mínimo de aplicação no ano	% Aplicado até out./16
R\$ 5.249.152	R\$ 686.178	12%	13,07%

FONTE: SEFAZ



ESTADO CUMPRE COM OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS E ACESSÓRIAS

No exercício fiscal de 2016, o Estado cumpriu com todas as obrigações, financeiras e acessórias, estabelecidas nos contratos de financiamento e refinanciamento concedidos pela União, cujo controle e acompanhamento é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Todas as comprovações físico-financeiras das operações de crédito previstas em contrato foram encaminhadas às devidas instituições financeiras e/ou organismos internacionais, tornando o Estado apto a receber outras parcelas de desembolso das operações de crédito.

Também vale destacar que foi realizado com sucesso o monitoramento da dívida pública estadual, com o devido acompanhamento dos Indicadores Fiscais e de Endividamento.

Em 2016, o Estado do Piauí conquistou a aprovação da contratação das operações de crédito: DPL II, SWAP e PROTRANSPORTE.

Têm sido esses os focos das ações da Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV), que, para tanto, criou a Superintendência de Gestão e Controle da Qualidade dos Gastos Públicos Essenciais - SGGP.

Com base em um instrumento legal que orientou a contenção de despesas (Decreto nº 16.474/2016), obteve-se uma redução de 14,54% das despesas inicialmente programadas. A previsão do custeio com recursos da fonte do Tesouro Estadual (despesas de manutenção e finalísticas) caiu de **R\$ 85,6 milhões/mês (R\$ 1,027 bilhão/ano)** para **R\$ 73,2 milhões/mês (R\$ 878 milhões/ano)**. Em números absolutos, um recuo de quase R\$ 150 milhões, possibilitando a alocação de tais recursos em outras áreas.

A contenção de despesas de custeio resulta de esforços feitos a partir de metas estabelecidas na SEADPREV:

- Análise e monitoramento das principais despesas de custeio dos órgãos (despesas essenciais), principalmente as decorrentes de contratos firmados.



- Definição de programação para as despesas de custeio.
- Realização de reuniões técnicas com gestores para ajustes da programação de gastos essenciais dos órgãos/entidades.
- Estudos de demanda adequados, identificação de despesas dispensáveis e revisão dos valores de despesas contratuais.

A partir destes pontos, foi que se chegou à necessidade de um decreto de contingenciamento (Decreto nº 16.474/2016), que permitiu a redução de 25% dos contratos referentes às despesas de maior impacto no custeio, e 30% nas demais despesas correntes.

O foco da contenção das despesas de custeio voltou-se para gastos com serviços de mão de obra terceirizada, locação de veículos, contratos temporários, combustível e manutenção da frota, serviços de publicidade, manutenções em geral, serviços gráficos, passagens aéreas, material de consumo, diárias, serviços de internet e telefonia.

CONTROLE DA FOLHA PERMITIU ECONOMIA DE R\$ 80,7 MILHÕES

Em 2016, uma série de ações sobre a folha salarial do Estado, rotineiramente monitorada, permitiu uma economia de **R\$ 80.728.886,55** – equivalente a **R\$ 6.209.914,35** mensais. Isso foi possível a partir do recadastramento de servidores, com a contagem física de pessoal ativo, inativo e pensionistas, identificação biométrica, coleta de dados funcionais e pessoais, que foram digitalizados.

Depois, vieram as ações subsequentes ao recadastramento, como o cruzamento de folhas de pagamento com municípios (Teresina e cidades do in-

terior do Piauí) e com a União, e o ponto eletrônico. Como resultado, foram bloqueados pagamentos indevidos a 2.766 servidores que não se recadastraram, além de descobertos 9.932 acúmulos indevidos de cargos ou empregos públicos com a União, município de Teresina e demais municípios piauienses.

BUSCA DE EQUILÍBRIO NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O alívio financeiro obtido por ações como o recadastramento dos servidores se completa com medidas que, em médio e longo prazos, retirem a responsabilidade do Tesouro estadual com a insuficiência de fundos para o pagamento de proventos da Previdência Social.

Diante disso, foram necessárias medidas com o objetivo de assegurar a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a saber:

- Melhoria dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e aposentados, visando refazer a avaliação atuarial (provavelmente reduzindo o deficit) e melhorando o processo de concessão de aposentadoria e de compensação previdenciária.
- Identificação de ativos que possam ser aportados para cobrir o deficit atuarial, tais como imóveis, dívida ativa, ações de empresas e recebíveis.
- Elaboração de propostas de aportes de bens e direitos ao fundo de previdência e de estruturas financeiras que permitam a gestão e monetização destes, inclusive a securitização para cobrir necessidades de fluxo de caixa.

Exemplos de bens e direitos que o ente federativo poderá transferir ao RPPS: imóveis, royalties, ações de empresas públicas, fluxo líquido de dí-

MEDIDA	RESULTADO
Bloqueio de pagamento de 2.766 servidores que não se recadastraram.	Economia mensal de R\$ 5.209.914,35. Economia anual de R\$ 80.728.886,55.
Investigação de acúmulos indevidos de cargos, empregos e funções por servidores estaduais do Piauí.	Município de Teresina – 2.816. União – 1.099. Demais municípios do Piauí – 6.017.
Servidores faltosos no ponto eletrônico.	Total de 5.675 servidores, com economia de R\$ 3.635.455,45.

FONTE: SEFAZ

vida ativa, concessão para exploração de floresta estadual, concessão para exploração de estacionamentos públicos, concessão para operação e manutenção de sistemas de transporte público, certificados de crédito de carbono, créditos de compensação de uso de solo e recursos hídricos.

Ainda como mecanismo para garantia de um sistema previdenciário estadual organizado e equilibrado, foram executados os seguintes projetos:

Recadastramento Previdenciário:

a) Recadastramento de todo e qualquer servidor público, policial militar e bombeiro militar, ativos e inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí de qualquer dos Poderes e dos membros da magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas vinculados ao RPPS.

b) Melhoria da base de informações para o cálculo atuarial.

Implantação do Processo Digital Projeto Papel Zero na Previdência

Este programa tem por objetivo dar maior transparência, segurança e eficiência no controle e na concessão de benefício. Em sua primeira fase, já está 90% concluído, com as seguintes metas atingidas:

a) Todos os processos de concessão de benefício, inclusão de dependentes, isenção de Imposto de Renda e outros processos vinculados ao RPPS são agora digitais.

b) Tramitação de todos os processos vinculados ao RPPS na rede mundial de computadores – internet – em nuvem.

c) Todas as regras para a concessão de benefícios previdenciários parametrizadas dentro do sistema virtual.

d) Acesso online do servidor a aplicativo de simulação de aposentadoria em suas diversas regras e valor de seu benefício.

Na segunda fase, em planejamento, todo o protocolo digital deve ser levado ao interior do Estado e todos os dados funcionais devem ser inseridos em um Sistema de Gestão Previdenciária – SISPREV.



PROJETOS PARA DAR SUPORTE FINANCEIRO À PREVIDÊNCIA

A capitalização da RPPS é um imperativo para agora e para o futuro. Nesse sentido, a SEADPREV executa projetos com esse objetivo.

Feirão de Imóveis do Servidor Público – Este projeto buscou arrecadar recursos financeiros a serem vertidos ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (art. 6º da Lei nº 6.292, de 19 de dezembro de 2012) e alavancar o setor da indústria da construção civil do Estado do Piauí.

Consistiu na comercialização de imóveis pelas empresas filiadas ao Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Teresina, com repasse de determinado percentual ao Fundo de Previdência estadual.

A venda era permitida para qualquer servidor público, policial militar e bombeiro militar, ativos e inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí de qualquer dos Poderes e dos membros da magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas vinculados ao RPPS, empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, e incluindo-se qualquer advogado regularmente inscrito na OAB/PI.

Foram ofertados pelas empresas filiadas ao SINDUSCON/Teresina tanto imóveis prontos quanto em construção, desde que, em relação a esses últimos, os respectivos projetos fossem aprovados pelo agente financeiro – Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.



Feirão de Automóveis do Servidor Público – A exemplo do Feirão de Imóveis, também se presta a arrecadar recursos financeiros a serem vertidos ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (art. 6º da Lei nº 6.292, de 19 de dezembro de 2012) e alavancar o setor automobilístico de vendas de carros novos e seminovos do Estado do Piauí.

Baseou-se na comercialização de veículos novos e seminovos em condições especiais (juros, prazo e outros) pelas empresas de concessionárias de veículos novos (todas as marcas participaram) e empresas de revenda de veículos seminovos e consequente repasse de determinado percentual ao Fundo de Previdência estadual.

As vendas foram feitas a qualquer servidor público, policial militar e bombeiro militar, ativos e inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí de qualquer dos Poderes e dos membros da magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas vinculados ao RPPS, empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, e incluindo-se qualquer advogado regularmente inscrito na OAB/PI, contador inscrito no CRC-PI e jornalistas.

Programa Habitacional do Servidor Público do Estado do Piauí – Habitar Servidor (em fase de regularização e transferência dos terrenos) – Seu objetivo é o de incentivar a aquisição de moradia por servidores públicos, ativos, inativos e seus pensionistas, militares e bombeiros militares, ativos, da reserva, reformados e seus pensionistas do Estado do Piauí.

O Estado do Piauí transfere imóveis (terrenos nus) gratuitamente para a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí – ADH, com o encargo de destiná-los à execução dos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito do Habitar Servidor e de transferir onerosamente as unidades residenciais aos interessados selecionados e indicados na forma de Edital.

Qualquer valor pecuniário que seja apurado, após liquidados os custos de produção, legalização e comercialização do empreendimento Habitar Servidor, será destinado ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado.

Há ainda projetos em fase de planejamento, também com o fito de serem garantidores de aporte financeiro futuro para o RPPS.



ARRECAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA USO PELO AGRONEGÓCIO

Também se pretendem arrendar terras para empresas que explorem energia eólica e energia solar, o que poderá gerar receitas com a locação por torre de energia eólica (unidade), cujo valor médio é de R\$ 1.200,00. Como a produção de energias renováveis é crescente, torna-se uma opção bastante viável para gerar receita ao RPPS a locação de imóveis rurais pertencentes ao patrimônio estadual.

A locação de imóveis urbanos também está sendo planejada. A proposta é de que prédios não utilizados pelo Estado possam ser alugados a terceiros, com o fim de gerar receita para o RPPS. Inclui-se ainda a formatação de parcerias com empresas privadas para construção em imóveis do Estado/Fundo de Previdência de empreendimentos – tais como galpões, shoppings, hotéis, prédios de estações e outros, dos quais se terá parte do faturamento com locação.



MEDIDAS LEGAIS EM BUSCA DE NOVAS FONTES DE RECEITA

A questão central da Previdência é como garantir que haja meios financeiros para assegurar, em médio e longo prazos, o pagamento de benefícios. Para isso, a obtenção de novas receitas tem sido o foco mais fundamental de uma discussão nacional.

No Piauí, algumas medidas adotadas estão centradas nesta percepção, já orientadas por alterações constitucionais e legais, entre as quais, destacam-se:

Proposta de Emenda Constitucional – Incluir o § 13 no art. 37 da CF/88 - § 13. O servidor investido em cargo por concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme inciso II do caput, que tenha sofrido limitação em sua capacidade laborativa, verificada em perícia oficial em saúde, enquanto permanecer nessa condição, na forma da lei, poderá ser readaptado para o exercício de atribuições de outro cargo, cujas responsabilidades sejam compatíveis com suas competências e com a limitação sofrida, mantido o recebimento da remuneração do seu cargo efetivo. O objetivo dessa mudança é diminuir ou até zerar as aposentadorias precoces em razão de alguma limitação sofrida pelo servidor público, policial militar e bombeiro militar, ativos em sua capacidade laborativa.



Aprovação imediata do Projeto de Lei - PL nº 6088/2016 – Altera a Lei nº 12.618/2012, permitindo que a FUNPRESP-EXE passe a ofertar planos de benefícios para Estados, Distrito Federal e Municípios que instituíam seu regime de previdência complementar.

Desonerar o RPPS de pagamento do PASEP

Descaracteriza os recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários dos RPPSs como receita corrente líquida; possibilita a economia de 1% sobre estes recursos (a cada R\$ 1 bilhão, economizam-se R\$ 10 milhões); aplica-se o disposto a partir da entrada em vigor da Lei Complementar nº. 101/2000, o que possibilitaria uma redução sensível nos parcelamentos dos Entes Federativos; e pode ser instituído por Medida Provisória.



MANTER O ATENDIMENTO MÉDICO DOS SERVIDORES, UM DESAFIO

A assistência médico-hospitalar aos servidores estaduais segue como prioridade. Neste sentido, o Governo tem feito esforços permanentes para melhoria e aperfeiçoamento do serviço, seja na obtenção de recursos financeiros, seja na aplicação judiciosa dos recursos disponibilizados e arrecadados. Importante fator para a manutenção do equilíbrio receita/despesa é o custo crescente da saúde em âmbito global, já que os custos dos serviços de saúde crescem muito acima da inflação oficial, medida por índices como o IPCA, em função da absorção de novas tecnologias de tratamento, bem como do aumento da expectativa de vida da população brasileira. Medidas foram adotadas ao longo dos últimos 18 meses para enfrentar estes desafios e proporcionar atendimento adequado aos servidores públicos. Entre elas, a reestruturação da administração pública, em julho de 2015, quando se transferiu parte da gestão do IAPEP, no que se refere aos inativos (aposentados e pensionistas) para a Superintendência de Previdência do Estado do Piauí, subordinada à Secretaria de Estado de Administração e Previdência.

Com a medida, o antigo IAPEP passou a se chamar Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado (IASPI), ficando responsável apenas pela assistência médica dos servidores e dependentes e gerenciando os dois planos de saúde: PLAMTA e IAPEP-SAÚDE.

Desde 2015, o IASPI vem passando por um período de mudanças e recuperação, buscando a melhoria nos processos gerenciais, a revisão da legislação

de assistência médico-hospitalar, o reequipamento e a modernização de sua estrutura, além da implantação de novo posto de atendimento.

O IASPI tem aumentado a sua carteira de usuários, dando robustez à sua rede prestadora de serviços e praticado uma política de sustentabilidade financeira que mantém e aumenta sua credibilidade a cada dia.

O IASPI-SAÚDE realizou 1.806.954 atendimentos aos beneficiários, entre consultas, exames e terapias seriadas, incluindo a capital e o interior do Estado, no período de janeiro a novembro de 2016, tendo aplicado **R\$ 70.766,605**.

Principais ações e resultados alcançados pelo programa em 2016:

- Garantia da assistência à saúde dos servidores públicos e seus dependentes através de serviços de medicina, odontologia, fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, nutrição, exames, atendimentos ambulatoriais, urgência/emergência e internações hospitalares e domiciliares.
- Qualificação de servidores para a melhoria de atendimento aos usuários.
- Garantia das condições necessárias para a execução das atividades administrativas e funcionais essenciais ao afetivo e eficaz funcionamento do órgão.
- Reparos no prédio do IASPI, que trouxe melhores condições funcionais ao desenvolvimento das atividades do órgão e ao acolhimento dos funcionários oriundos do prédio desativado no posto do bairro Cabral, foi mais uma ação de 2016.
- Inauguração do posto IASPI no Espaço Cidadania no Shopping Rio Poty, para atendimentos aos segurados do PLAMTA e IASPI-SAÚDE.





PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE NO IASPI

Como o maior plano de saúde do Estado em número de usuários, o IASPI consolidou-se como líder em seu segmento ao oferecer planos diferenciados, acessíveis e voltados para a promoção da saúde e prevenção de doenças do servidor público estadual e seus familiares. Um desses planos é o programa VIVA MELHOR IASPI, para estimular o servidor a melhorar sua qualidade com hábitos saudáveis a fim de prevenir doenças. Os resultados já são vistos, reconhecidos pelos beneficiários, pela imprensa e pelo Governo. O esforço conjunto da diretoria, dos conselhos e do corpo de servidores para colocar a casa em ordem é o que faz a conjuntura tão propícia e a perspectiva de um futuro ainda melhor.

Algumas das ações realizadas e resultados obtidos pelo programa:

- Palestra de administração financeira pessoal, com o diretor financeiro do IASPI, Rodrigo Cavalcante.
- Palestra sobre ergonomia e prevenção de dores crônicas, com o fisioterapeuta Rodrigo Amorim.
- Palestra sobre saúde bucal.
- Palestra “Novembro Azul”, sobre prevenção de câncer de próstata, com o Dr. Luciano Couto.
- Comemoração do Dia Mundial da Saúde no Parque Potytabana, com serviços gratuitos voltados à atenção da saúde dos presentes como alongamento e dança, teste de glicemia, medição de pressão arterial e avaliação e orientação nutricionais.



CGE: ECONOMIA DE R\$ 66,7 MILHÕES EM CONTRATOS

Órgão central de controle interno do Poder Executivo estadual, a Controladoria-Geral do Estado – CGE/PI, atuou fortemente para a melhoria da gestão pública com eficiência, eficácia e, sobretudo, efetividade. O resultado disso é que, em 2016, deixaram de ser gastos ou pagos R\$ 66,7 milhões em contratos, graças à fiscalização da CGE.

A economia para os cofres públicos dá-se em face de ações de controle, uma das quais foi o mapeamento das principais despesas do Estado. Com isso, foram criados e publicados manuais operacionais que estabelecem metodologias de trabalho adequadas para o dia a dia de todos os órgãos públicos do Poder Executivo Estadual.

Audidores da CGE escolheram órgãos do Governo para aplicação das metodologias de trabalho nas áreas de locação de mão de obra, locação de veículos e compra de combustíveis, obras e serviços de engenharia, diárias e passagens aéreas, contratação de pessoas físicas, convênios de receita, licitações estaduais e suprimento de fundos.



OLHAR ATENTO NAS CONTAS PÚBLICAS

Uma das principais ações da CGE realizadas em 2016 consistiu no trabalho de auditoria na folha de pagamento dos servidores do Estado. A Gerência de Auditoria (GERAU) da CGE avaliou o total de R\$ 81.161.690,00 em recursos pagos mensalmente a servidores das Secretarias de Educação, de Saúde e de Justiça. Caso todas as recomendações propostas pela CGE sejam atendidas pelos órgãos, a economia do Estado será de mais de R\$ 3 milhões por mês, o que, ao final de um ano, proporcionará uma economia efetiva de mais de R\$ 36 milhões.

Vale ressaltar que o trabalho na folha de pagamento é permanente e auxilia a tomada de decisão do Governador do Estado para que ele possa, em tempo hábil, adotar providências necessárias e corrigir possíveis inadequações.



ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

A atuação da CGE no acompanhamento da gestão tem permitido ao Estado melhor otimização dos gastos e melhoria na execução das atividades dos órgãos, adequação das despesas de custeio à realidade do Estado além de resultados específicos como a regularização das transferências de recursos federais às escolas do Estado, desenvolvimento de um sistema para apuração de custos nas unidades de prestação de serviços do Estado e subsídios à contratação de serviços para a SEADPREV.

O volume fiscalizado nessas atividades, entre janeiro e novembro de 2016, totalizou R\$ 13.665.978,00; desses, houve uma economia efetiva de **R\$ 5.824.816,00** e economia potencial de **R\$ 2.132.198,00**.



MONITORAMENTO DE OBRAS

Dar andamento a obras importantes é uma das prioridades do Governo Estadual, e a CGE tem tido papel importante nesse sentido. Em 2016, a Controladoria incluiu em suas atividades o monitora-



mento dos projetos referentes às Parcerias Público-Privadas e controle dos contratos em andamento, acompanhamento do processo licitatório do metrô de Teresina, acompanhamento das licitações de obras relevantes do Estado e das obras estratégicas.

Entre as ações de grande relevância, o acompanhamento da construção de dois Centros de Ensino Técnico-Profissionalizante, em Teresina e Esperantina, ambos concluídos ainda em 2016.

Ao todo, fiscalizou-se o volume de **R\$ 930.017.786,04**, entre janeiro e novembro de 2016, com economia efetiva de **R\$ 24.980.887,95**.



INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

A CGE tem desenvolvido vários projetos de grande impacto para a população e para o Governo do Estado. O principal deles é o aplicativo Gestão Transparente, que permite a qualquer cidadão enviar elogios, críticas, sugestões e denúncias, além de ser informado das ações do Governo, de modo fácil e rápido, em dispositivos móveis, como celulares e tablets.

O aplicativo foi desenvolvido em uma parceria da CGE com o projeto CUIA (Centro Unificado de Informação Aplicada), da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Isso representou a criação de um sistema de interação inovador de baixo custo e elevada eficiência, pois amplia os canais de comunicação para o cidadão e ainda possibilita aos gestores do Estado extrair estatísticas que possam direcionar as ações de Governo.

Além disso, a Controladoria-Geral do Estado está desenvolvendo ferramentas de Business Intelligence (BI), para análise qualitativa das informações da folha de pagamentos e de convênios, utilizando estatística e inteligência artificial.



CONTAS PÚBLICAS EM DIA

O monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e o acompanhamento da regularidade quanto a Tributos, às Contribuições Previdenciárias e à Dívida Ativa da União vêm permitindo ao Estado o oportuno recebimento de recursos de convênios federais, bem como firmar operações de crédito.

Houve redução de 57% do índice de registro de inadimplência no CAUC no primeiro semestre

de 2016 em comparação a igual período de 2015 e mesmo período de 2016.

Quanto ao acompanhamento da regularidade em relação a tributos e contribuições, o monitoramento da CGE permitiu a renovação da Certidão Negativa de Débito do Governo do Estado validada até o dia 23 de março de 2017 e a emissão de outras 81 Certidões de órgãos da Administração Direta e Fundos.



MAIS TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS

O Piauí avançou no Ranking Nacional da Transparência do Ministério Público Federal (MPF), subindo a nota de 7,20, na primeira avaliação (setembro/outubro de 2015), para 8,30, em maio de 2016. A evolução corresponde a 15,28%, alcançada em seis meses. Outro indicador positivo de transparência se refere aos pedidos atendidos por meio do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em 2016, a porcentagem de demandas atendidas ficou na média dos 98%, havendo um aumento considerável de pedidos respondidos desde que o serviço foi lançado, em 2013.



CAPACITAÇÃO PARA MELHOR USO DE RECURSOS

Servidores capacitados resultam na melhor execução dos serviços e, conseqüentemente, em benefícios à população e ao Estado. Pensando nisso, a CGE, cumprindo seu papel institucional de orientar os órgãos, realizou em 2016 diversos treinamentos sobre os mais variados temas, como fiscalização de contratos de terceirização de mão de obra, nova Lei das Parcerias Voluntárias e Tomada de Contas Especial. Nesses treinamentos, mais de 300 servidores foram capacitados.

Este ano, também foi realizado pela CGE o 1º Fórum Piauiense de Controle Interno, que reuniu mais de 350 pessoas no Tribunal de Contas do Estado para tratar, pela primeira vez no Piauí, sobre a atuação dos controles internos no Estado e nos municípios. Na ocasião, servidores do Estado, dos municípios e até do Maranhão participaram de minicursos sobre Termo de Referência, Convênios Federais, Prestação de Contas ao TCE e Gestão de Riscos.



AUXÍLIO AOS ÓRGÃOS

A assessoria direta aos demais órgãos foi reforçada em 2016 com a ampliação do número de auditores



setoriais que atuam nos principais órgãos do Estado. Ao todo, a CGE-PI dispõe de 7 (sete) auditores setoriais atuando nas Secretarias de Administração e Previdência, Educação e Saúde.

Além disso, a CGE também ampliou as ações junto aos demais poderes. Em 2016, a CGE e a ATI firmaram um Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça para auxiliar o órgão do Poder Judiciário a aperfeiçoar o seu Portal da Transparência para o fomento da transparência e do acesso à informação.



MAIS TÉCNICOS E REFORÇO À EQUIPE DE ORÇAMENTO

Visando a modernização e profissionalização da gestão pública, a Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí deu posse a oitos técnicos Analistas de Planejamento e Orçamento (APO), aprovados no último concurso em 2013. A criação do cargo de APO segue uma tendência nacional da união e vários outros estados possuem a mesma carreira em seus quadros. O papel deste profissional, destaca-se no reforço técnico ao planejamento, uma vez que suas atribuições são:

- Realizar atividades de alta complexidade e responsabilidade nas áreas de planejamento e orçamento;
- Desenvolver estudos, pesquisas e a implantação de novas metodologias, visando à elaboração de programas e projetos estruturantes de interesse do Estado do Piauí;
- Acompanhamento e assessoramento de todas as unidades gestoras em matéria de planejamento e orçamento.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

No ano de 2016, a equipe de orçamento no esforço de otimizar as rotinas e processos da gestão orçamentária do Estado, bem como o fortalecimento institucional da SEPLAN como órgão Central de Planejamento do Estado, promoveu:

- A capacitação dos técnicos das setoriais e o acompanhamento das ações orçamentárias no que tange ao gasto com pessoal, custeio e investimentos;
- A elaboração de notas técnicas e pareceres em auxílio a tomada de decisão dos gestores, bem como instrumento de normatização às unidades orçamentárias;
- As oficinas para a elaboração das peças orçamentárias englobando uma abordagem mais qualitativa e de integração com o planejamento;

- Criação do laboratório de informática de treinamento e assessoria às unidades orçamentárias;

- Criação de grupos técnicos em parceria com a Controladoria Geral do Estado e com a Secretaria de Fazenda no sentido de alinhar as metodologias de controle e acompanhamento das finanças públicas.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MAIS EFICIENTE

O Governo do Piauí, por meio da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria do Planejamento (SEPLAN), deu início ao processo de implantação do novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE). O sistema, que tem o objetivo de substituir o SIAFEM, irá promover um grande avanço no orçamento e finanças do Estado, pois facilitará o processo de elaboração de relatórios, bem como modernização de rotinas, otimizando o tempo de execução das tarefas orçamentárias e financeiras.

O SIAFE tem como objetivo melhorar a administração pública, integrando dados do orçamento, do planejamento, e da execução contábil e financeira do Estado. Antes de sua implantação, as Secretarias de Planejamento e da Fazenda trabalhavam com sistemas não integrados (SIAFEM e SISNAF, respectivamente). A integração vai facilitar, entre outras coisas, a gestão do orçamento e o acompanhamento das ações do Plano Plurianual, o PPA.

O sistema foi adquirido inicialmente pela SEFAZ, composto por dois módulos do SIAFE, sendo o primeiro de Planejamento e o segundo de Execução Orçamentária, Contábil e Financeira.

No ano de 2016, o SIAFE passou pelo processo de configuração, desenvolvimento, implantação e treinamento dos servidores públicos estaduais que atuam na gestão orçamentária, financeira e contábil dos órgãos da administração direta e indireta do Executivo Estadual, bem como dos outros poderes. A partir de 2017, o SIAFE entrará, definitivamente, em funcionamento, substituindo o atual Sistema Integrado da Administração Financeira dos Estados e Municípios (SIAFEM).

Com o novo sistema, o planejamento e o tesouro do Estado terão um melhor controle e transparência na gestão orçamentária e das finanças públicas. As operações neste novo sistema serão realizadas de forma mais ágil e com mais segurança, assim



como a elaboração de todos os relatórios e demonstrativos referentes ao cumprimento de metas fiscais. Com isso, a expectativa é que o SIAFE avance em uma melhor gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado.



PLANEJAMENTO MAIS AMPLO, PARTICIPATIVO E EFICAZ

Uma nova abordagem do planejamento estadual, com melhores resultados, começa a se tornar realidade a partir da instituição do o Sistema Integrado de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SIPMA), formalizado pelo Decreto 15.665, de 13 de junho de 2014.

Em 2016, estabeleceu-se a Rede de Planejadores do Estado do Piauí (REDEPLAN), uma articulação de técnicos de todos os órgãos do Estado que atuam nas áreas de planejamento, orçamento e monitoramento. A rede será organizada e gerenciada pela Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN).

A REDEPLAN reforça a cultura do planejamento no Estado e, para tanto, constrói uma interface entre as unidades de planejamento nas setoriais, de modo que as atividades de planejamento, orçamento e monitoramento sejam incorporadas na rotina de trabalho das equipes. A proposta não muda a estrutura do órgão, mas viabiliza a capacitação do pessoal envolvido com planejamento, com novas abordagens, de sorte que desempenhem suas funções, de planejamento, monitoramento e orçamento de forma uniformizada e sistêmica.

Busca-se com isso fortalecer o sistema de planejamento do Estado do Piauí de modo a aproximar o máximo possível a execução das ações ao que foi planejado.

Com a implantação do novo sistema, o nível de exigência sobre cada área de governo tem crescido, assim como a capacidade dos gestores e de pessoal da área de planejamento de avaliar metas e perceber deficiências.

Essa nova visão de planejamento decorreu de esforços para melhorar os processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Com isso, o Estado começa a viver um novo momento no qual a gestão orçamentária e de execução da contabilidade são tornadas mais eficientes, e há um reforço do processo de planejamento.

A REDEPLAN tem como metas:

- Estabelecer estratégias e planos de Governo de curto, médio e longo prazo.
- Definir os resultados a serem alcançados com os programas e projetos do PPA.
- Definir indicadores de acompanhamento e avaliação dos impactos das políticas públicas.
- Monitorar e avaliar os programas e projetos do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.
- Acompanhar e apoiar a execução das ações.

Em 2016, a REDEPLAN desenvolveu atividades para efetivar sua ação, projetando um novo momento no planejamento estadual, o que fez com que fossem envolvidos todos os órgãos da administração direta e indireta e os outros poderes:

- 1º Encontro de Planejadores do Piauí - apresentação da estratégia para as setoriais - 25/07/2016, com a participação 130 servidores públicos.

- Oficinas para a elaboração do PLOA 2017 no novo sistema - 01/08/2016 a 11/08/2016, com a presença de 165 servidores públicos.

- Reunião da Rede de Planejadores/Experiência de gestão e implantação do Sistema de Planejamento e Orçamento do Espírito Santo - 11/10/2015, com a presença de 120 servidores.

- Oficinas para a elaboração do Balanço 2016/Mensagem 2017 - 16/11/2016 a 25/11/2016 com a participação de 103 servidores público.

Tem-se, assim, um a gestão integrada do planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação. Daí resulta uma estratégia de gestão em rede, que pode se destacar a partir dos seguintes pontos:

- Construção de metodologias e processos de planejamento estratégico.

- Modernização tecnológica e de logística para o processo de planejamento e monitoramento.

- Capacitação dos Conselhos Territoriais para Planejamento Participativo, Controle Social e Monitoramento das Ações Estratégicas.

- Descentralização do processo de planejamento: Organização da Rede de Planejadores do Piauí - REDEPLAN / Criação de Núcleos Setoriais de Planejamento - NUPLAN.





CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos últimos anos, a Secretaria de Estado do Planejamento tem se destacado na captação de recursos que viabilizam importantes investimentos através de operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. É possível afirmar que esta é uma missão que tem se revelado de fundamental importância e se soma à já tradicional missão de planejar e controlar a execução das políticas públicas estaduais, dando à Secretaria melhores condições de garantir a eficácia das ações governamentais.

Esta é a principal estratégia do Governo do Estado para superar as dificuldades existentes em relação à capacidade de investimentos do Piauí com recursos próprios. O cenário de baixo crescimento da economia nacional e a redução dos investimentos públicos que vem se desenhando principalmente desde 2008 têm acentuado a relevância desta estratégia como forma de manter os níveis de investimento no Estado.

Em 2016, o Estado do Piauí recebeu recursos da ordem de R\$ 852,6 milhões oriundos de operações de crédito e, para 2017, estão sendo entabuladas várias negociações junto a organismos nacionais e internacionais para novas contratações, considerando a importância da continuidade dos investimentos, aliada à boa performance do Estado no tocante à capacidade de endividamento e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS

No que diz respeito às obras financiadas com recursos contratados junto a agentes financeiros internos, diversas ações foram concluídas e inauguradas no ano de 2016, entre elas:

PROINFRA I

1. PI 245 – Itainópolis - Vera Mendes - Isaías Coelho - Simplício Mendes.

PROINVEST

1. PI - 142/380 - Fábrica de Cimento/Fronteiras;
2. Rodovia Acesso ao Parque Serra da Capivara;
3. PI 245 - Itainópolis- Vera Mendes - Isaías Coelho - Simplício Mendes;
4. PI - 331 - Boa Hora / Barras.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Sistema de Monitoramento de Ações Estratégicas (SIMO) tem como objetivo monitorar as Ações Estratégicas do Governo do Estado, possibilitando maior controle sobre sua execução, de forma a identificar os problemas e ameaças existentes e tomar as devidas providências ou ajustes necessários para assegurar sua implantação conforme os objetivos e prazos estabelecidos, a fim de garantir que haja alinhamento entre o que foi planejado e os resultados esperados. Buscando melhoria contínua de produtividade, de resultados, de eficácia na implantação das ações de investimento, o SIMO, em 2016, desenvolveu ações de aperfeiçoamento de forma a contribuir para a mudança na cultura de gestão dos projetos. Para maior envolvimento e comprometimento dos órgãos neste processo, em 2016, houve a capacitação de 105 técnicos de 33 órgãos para descentralização da alimentação do sistema e efetivação do Decreto nº 16.199, de 28 de setembro de 2015, que estabelece procedimentos sobre a liberação de recursos mediante alimentação do SIMO, e determina a inclusão no sistema de:

- Todas as ações vigentes, objeto de pactuação com o Governo Federal.
- Todas as ações pactuadas com agentes financeiros internos e externos.
- Obras autorizadas pelo Governador com execução pela fonte de recurso do tesouro (neste caso, deve ser anexado ao sistema o documento que comprova autorização).

Também foi iniciado, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o aperfeiçoamento na metodologia de gestão dos projetos no qual serão apresentados novos procedimentos para o cadastro de dados no sistema, fomentando integração, planejamento, controle e monitoramento, permitindo que, ao analisar as informações cadastradas, se possa fazer um diagnóstico preciso das projeções de prazo e valores das ações. A proposta, apresentada ao governador e demais gestores estaduais, tem como próximos passos a capacitação das equipes de engenharia dos órgãos e das empresas contratadas para gerenciamento e execução de obras no Estado.

Atualmente, estão cadastradas no SIMO 1.853 ações; excluindo ações canceladas, temos efetivamente 1.738 ações executadas por 28 órgãos.

PRODESENVOLVIMENTO II

1. Duplicação da Ponte Wall Ferraz;
2. Prolongamento da Av. Barão de Castelo Branco / Ligação das avenidas Gil Martins e Getúlio Vargas;
3. Mobilidade Urbana em Picos - Pavimentação asfáltica dos bairros Passagem das Pedras, Boa Vista e Boa Sorte;

Entre outras obras que estão listadas no capítulo de infraestrutura desta mensagem.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS

O Governo do Estado do Piauí assinou, em maio de 2016, duas operações de crédito junto ao Banco Mundial. Foram duas modalidades de operações concretizadas, sendo uma no formato de financiamento para Políticas de Desenvolvimento (Development Policy Loan - DPL) no valor de US\$ 200 milhões, e uma na modalidade de financiamento de Abordagem Multissetorial (Investment Project Financing – IPF) no valor de US\$ 120 milhões.

As duas operações estão caminhando juntas e apoiam as áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Regularização fundiária, Geração de Emprego e Renda no Meio Rural e Gestão Pública. Em cada uma destas áreas foram criadas, ou mesmo regulamentadas, ações que compõem um conjunto articulado de políticas públicas com potencial para acelerar e regular o desenvolvimento econômico, ambiental e social do Piauí.

As operações estão alinhadas com um modelo de desenvolvimento que está baseado em três componentes: promoção do crescimento sustentável no meio rural, promoção do crescimento inclusivo e ainda o aumento da eficiência da gestão pública estadual. Desta forma, foi possível levar adiante as ações nas áreas citadas, e que estão organizadas nos seguintes Componentes descritos abaixo:

COMPONENTE EDUCAÇÃO

- Expansão do número de matrículas do Projeto Poupança Jovem para os alunos do ensino médio nos 11 territórios, nos municípios com maior índice de extrema pobreza, contemplando um total de 77 municípios;
- Construção do Plano de Ação do Projeto Poupança Jovem como o objetivo de reduzir o índice de evasão escolar nas escolas da rede estadual;
- Acompanhamento do desempenho e a frequência dos alunos *in loco*, realizado por meio da tabulação de dados de forma manual e com a realização de visitas técnicas;
- Ampliação da educação em Tempo Integral em todo o Estado;

- Ampliação e fortalecimento do ensino médio técnico da rede estadual;
- Expansão da educação de nível médio com a utilização da mediação tecnológica e previsão de instalação de 150 novas salas a cada ano;
- Aplicação das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica Piauí (SAEPI).

COMPONENTE SAÚDE

- Apoio à implementação do Centro de Especialidades de Doenças Crônicas de Picos que permitiu, no ano de 2016, a realização de 6.888 consultas especializadas nas áreas de Ginecologia, Mastologia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Clínica Geral e Ortopedia;
- Apoio para a contratação de consultoria para elaboração e aplicação de protocolos estaduais e regulação médica para áreas de cardiologia, oftalmologia, dermatologia e urologia;
- Apoio ao treinamento de equipes da Estratégia Saúde da Família para o uso de protocolos clínicos.

COMPONENTE RECURSOS HÍDRICOS

- Desenvolvimento e instituição do Cadastro Estadual de Fontes e Usuários de Recursos Hídricos do Estado do Piauí – CERH;
- Realização de campanhas de informação e cadastramento de usuários de águas subterrâneas no CERH;
- Implantação do Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental – CGEO.

COMPONENTE REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ÁREAS RURAIS EM DIVERSAS CADEIAS PRODUTIVAS

- Implantação da segunda etapa do Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural - PROGERE II. Com o objetivo de reduzir a pobreza rural do Estado, Programa financiará 60 Planos de Investimento Produtivo (PIPs) em cadeias produtivas pré-identificadas (apicultura, cajucultura, artesanato, criação de ovinos e caprinos, produção de mandioca e produção de cereais e legumes) que beneficiarão cooperativas e organizações produtivas lideradas por mulheres pobres da zona rural e comunidades quilombolas;
- O PROGERE II, com apoio das operações de crédito realizadas com o Banco Mundial, apoiará a capacitação dos agricultores de subsistência, produtores rurais e agentes de desenvolvimento local para elaboração e implementação dos PIPs.

COMPONENTE FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE BENS IMÓVEIS

- Apoio para a realização de aquisições voltadas para o fortalecimento e modernização do INTER-PI, bem como a contratação, por meio de consultorias especializadas, para o fortalecimento da capacidade técnica do órgão;
- Regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária do INTERPI;
- Aceleração do processo de regularização da propriedade de territórios quilombolas;
- Contratações para operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra, que ficará sob o controle da Corregedoria Geral do Justiça do Tribunal de Justiça do Estado Piauí.



COMPONENTE GESTÃO PÚBLICA

- Realização de aquisições voltadas para modernização da gestão das despesas e do investimento no setor público;
- Contratações de consultoria para apoiar a implementação de mudanças nas políticas de fortalecimento do processo de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos de investimento na SEPLAN;
- Modernização da gestão das finanças públicas na SEFAZ;
- Melhoria da qualidade da compra e contratação de bens e serviços, através da concepção e implementação de um novo sistema de compras e gestão de contratos na SEADPREV;
- Desenvolvimento de políticas mais qualificadas com relação ao gênero, por meio de apoio à Coordenadoria de Políticas para as Mulheres – CEPM;
- Aumento do nível de envolvimento dos cidadãos e da responsabilização social, através do fortalecimento da Ouvidoria Geral do Estado.



APOIO ÀS PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

A Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) tem como missão contribuir para o desenvolvimento econômico e social, por meio da produção e disseminação de estudos e pesquisas de interesse da Administração Pública e da sociedade. Em 2016, a Fundação CEPRO programou e desenvolveu as seguintes atividades:

a) Elaboração do Plano de Ação Estratégica do exercício de 2016, com o estabelecimento dos seguintes Programas:

- 1) *Reestruturação Organizacional e Administrativa;*
- 2) *Mobilização, ampliação e motivação das equipes de trabalho;*
- 3) *Cooperação Institucional e Parcerias;*
- 4) *Ações Prioritárias;*
- 5) *Levantamentos de Pesquisas de Campo e Cartográfica, e*
- 6) *Estudos de Pesquisas Socioeconômicas e Territoriais/Municipais.*

b) Conclusão e divulgação do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável - PDES, através de seminários técnicos com envolvimento de técnicos da CEPRO e de todos os órgãos estaduais envolvidos com o tema.


c) Celebração de parcerias institucionais com a FAPEPI, UESPI, FUFPI, IFIPI, FEE, INSPER, IETS, SDR, BNB, IBGE, IPEA, DIEESE, dentre outras.

d) Importante destacar que a CEPRO, em parceria com a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, está desenvolvendo o DATACEPRO, ferramenta informatizada que possibilitará ao público em geral acessar em tempo real as informações e indicadores socioeconômicos e ambientais do Estado do Piauí.

Também em 2016 foram publicados quatro estudos da conjuntura econômica, 12 pesquisas e estudos de Índice de Preço ao Consumidor, duas publicações de estudo da Carta CEPRO, um estudo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) em nível estadual e municipal; um estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No apoio a estes estudos, foi criado o Programa de Produção de Informações, Pesquisas e Estudos para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social no Piauí, em que se incluem outros estudos, principalmente das cadeias produtivas nas áreas da agropecuária. Foram realizadas Pesquisas de Opinião Pública para a avaliação de ações governamentais nas áreas de educação, saúde, segurança pública.







**TRANSFORMAR
A REALIDADE
EM BENEFÍCIO
DE TODOS**



130.000

procedimentos, entre consultas, exames e cirurgias de catarata no Projeto Olhar Bem.

6.000

mulheres atendidas com consultas e exames de mamografia pelo Projeto Amigos do peito.

21.332

estudantes de ensino médio vão estudar em escola de tempo integral em 2017.

R\$ 1.047.160,00

Investidos no Programa Poupança Jovem, que incentiva permanência de jovens na escola.

R\$ 6,7 MILHÕES

investidos no financiamento de projetos de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação

Promover o desenvolvimento humano com ênfase na saúde, educação e segurança é comprometer-se com a justiça social e a proteção ao cidadão, de modo que cada piauiense, nos 224 municípios, possa contar com serviços de saúde de qualidade, com uma educação transformadora e contextualizada e com segurança para viver bem. Os esforços e trabalho do Governo são na direção de tornar nosso Estado competitivo, capaz de transformar a realidade em benefício de todos, de forma integrada, respeitando as especificidades dos Territórios de Desenvolvimento.

No campo da Saúde, o Piauí tem buscado ampliação do acesso aos serviços de saúde, bem como reduzir riscos de agravos à saúde da população, por meio das ações de Prevenção, Promoção e Vigilância em Saúde. Do mesmo modo, também tem buscado modernizar e qualificar o processo de gestão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para melhor atender as demandas da população.

Na Educação, houve ações em 2016 no intuito de promover a educação de jovens e adultos. Através do Ministério da Educação (MEC), o Governo firmou adesão ao Programa de Fomento à implementação de Escolas em Tempo Integral, bem como reforçou a educação profissional visando o desenvolvimento do Estado e combate ao analfabetismo.

Ressalte-se que o Governo do Estado tem se esforçado no compromisso criar e efetivar políticas que diminuam os índices de violência contra as mulheres piauienses. Do mesmo modo, também tem desenvolvido ações na implantação de políticas públicas de enfrentamento às drogas no Estado do Piauí, buscando sempre meios efetivos de combate e prevenção.

Por fim, a Segurança Pública trouxe ações que promoveram não só políticas repressivas, como também de prevenção no combate à violência, oferecendo serviços de segurança pública de qualidade para todos os cidadãos, que incluem a intensificação do policiamento ostensivo, otimizando os serviços de Inteligência bem como políticas preventivas visando a redução da criminalidade e da violência doméstica.





SESAPI AMPLIA O ACESSO A SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

Um dos mais notáveis avanços da saúde pública no Piauí, em 2016, foi a ampliação do acesso a serviços médicos especializados, sem embargo da continuidade e melhoria da atenção básica, sempre reforçada por ações de prevenção.

A ampliação do acesso da população a serviços de saúde, sobretudo em áreas mais remotas do Estado, dá-se tanto na atenção básica quanto em procedimentos de alta complexidade – área para a qual foi adotada a estratégia de mutirões nos hospitais da rede estadual da capital e do interior com o intuito de zerar as filas de espera por cirurgias nas diversas especialidades.

Nesse sentido, o Hospital Getúlio Vargas (HGV), principal hospital da rede pública do Estado, realizou, somente nos finais de semanas, mais de 1.500 procedimentos cirúrgicos, desde cirurgias ginecológicas, neurocirurgias, a cirurgias de catarata e ortopédicas, permitindo a redução de 80% na fila de espera por essa especialidade.

Da mesma forma, por meio do Projeto Olhar Bem, foram percorridos todos os territórios/regiões de saúde, de dezembro de 2015 a junho de 2016. Foram realizadas neste período aproximadamente dez mil cirurgias de catarata – que são precedidas de exames e consultas, os quais, junto com as operações, somaram mais de 130 mil procedimentos.

Dentro da estratégia de melhoria do acesso a especialidades médicas, houve ampliação da assistência aos pacientes nefrológicos, com a realização de hemodiálises e dois importantes reforços no tratamento contra o câncer: a implantação de duas unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), em Parnaíba (rede credenciada) e outra no Hospital Universitário (HU), em Teresina, possibilitando cobertura para uma população superior a um milhão de pessoas dos Territórios Entre Rios, Carnaubais, Cocais e Planície Litorânea, além de 27 municípios do Maranhão. Atualmente, a capacidade de atendimento mensal é de 1.000 consultas especializadas de oncologia, mais de 3.200 exames, entre ultrassonografia, endoscopia, colonoscopia e anatomias patológicas, para uma projeção de atendimento anual de mais de 1.200 cirurgias oncológicas e mais de 10 mil procedimentos de quimioterapia.

O projeto itinerante Amigos do Peito, lançado em agosto de 2015, realizou serviço de rastreamento e

prevenção de casos de câncer de mama em mais de 70 municípios, atendendo cerca de 6.000 mulheres. Além do formato itinerante, foram estruturados os hospitais de Campo Maior, Bom Jesus, Uruçuí e Corrente para a realização de mamografias, evitando-se o deslocamento das usuárias para Teresina.

A implantação da Telemedicina propiciou a aproximação das melhores tecnologias, das experiências e casos exitosos, dos médicos, preceptores e residentes do HGV, onde se encontram em processo de licitação 20 leitos de UTI mais cinco leitos de Cuidados Intensivos. Em Parnaíba, no Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA), ampliou-se em 15 novos leitos na ala pediátrica e, para 10, o número de leitos de UTIN (Neonatal) na Rede Cegonha.



REESTRUTURA E MELHORIA DA REDE HOSPITALAR ESTADUAL

Foi priorizada pela Gestão Estadual do SUS a reestruturação da rede hospitalar estadual. As ações desenvolvidas para consecução desse objetivo foram indispensáveis para a garantia do cuidado e da atenção à saúde, por meio das Redes de Atenção à Saúde (RAS). A Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), em parceria com os municípios, implementou ações voltadas para a efetivação dos pontos de atenção propostos no Plano Estadual de Rede, elaborado no final de 2015.

Assim, hospitais como os de Valença, Luzilândia, Esperantina e Barras realizaram, em 2016, cerca de 700 cirurgias de catarata em centros cirúrgicos adaptados, nos finais de semana. Além destes, os Hospitais Regionais de Campo Maior, Piri-piri, Luzilândia, Esperantina, Barras, Bom Jesus e São Raimundo Nonato investiram nos mutirões aos finais de semana, aumentando o número de cirurgias pediátrica, ortopédica e geral, incrementando o acesso para mais de 1.000 pessoas, reduzindo a necessidade de deslocamento para a capital.

No Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA), em Parnaíba, concluiu-se a climatização da ala no pronto-atendimento e avança-se em direção à reforma dos leitos da Clínica Cirúrgica.

Em Uruçuí, o Hospital Regional Senador Dirceu Arcoverde ganhou um centro cirúrgico e novos equipamentos, além de melhorias na fachada, com uma nova jardinagem, na recepção, nas enfermarias, na sala de estabilização, nos consultórios, nas dependências do pronto atendimento e equipamentos como ultrassonografia, mamografia e raio-X.



Na cidade de Amarante, o Hospital Francisco Ayres Cavalcante, por meio da parceria com a Caixa Econômica Federal, teve autorizada a reforma, contemplando o setor de urgência e emergência, o centro cirúrgico, a área administrativa, as enfermarias, bem como toda a fachada e cobertura do hospital. As obras da ambiência obstétrica, de acordo com a Rede Cegonha, encontram-se em andamento.

Avançou-se também na descentralização dos serviços da saúde, com a oferta de procedimentos especializados antes não oferecidos na rede de hospitais do interior e também na capital:

- Realização da primeira cirurgia neonatológica no interior do Estado, pelo Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA), em Parnaíba.
- Primeiro enxerto no Hospital Deolindo Couto, em Oeiras.
- Cirurgia de endarterectomia carotídea, no Hospital Tibério Nunes, em Floriano.
- Microcirurgia de Tumor Intracraniano com Biópsia Estereotáxica, no Hospital Infantil Lucídio Portella.
- Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica (CPRE) no Hospital Getúlio Vargas, em Teresina, onde também foram feitas uma Embolização de Aneurismas Cerebrais Bilaterais, em um mesmo procedimento e com anestesia local, e uma Cirurgia Endoscópica da Base do Crânio, sem a necessidade de abrir a cabeça, com a retirada do tumor por via nasal.
- Implantação do primeiro Serviço de Exame por Videoenteroscopia por Duplo Balão do Piauí.
- Implantação do Ambulatório Noturno, no HGV, garantindo atendimento nas mais diversas especialidades médicas, bem como em Fisioterapia. Mensalmente, o Ambulatório Azul desse estabelecimento de saúde oferta mais de dez mil consultas ambulatoriais, em 38 especialidades.

O Hospital Infantil Lucídio Portella praticamente triplicou a oferta de consultas, elevando de 2.500 consultas por mês em 2014, para cerca de 7.000 em 2016.

No Hospital do Mocambinho, referência no atendimento de álcool e outras drogas, estruturou-se o serviço de odontologia, ampliando a oferta de procedimentos para a comunidade.



ESTADO AMPLIA A ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL

A atenção materno-infantil foi redobrada com a abertura da Casa da Gestante da Maternidade Dona Evangelina Rosa, dispondo de 20 leitos, onde gestantes, puérperas e bebês recebem atendimento 24 horas, prestado por uma equipe formada por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos e nutricionistas.

Ademais, redobraram-se os cuidados na Maternidade, com a autorização de mais 10 leitos de Cuidados Intermediários Neonatal Comum (UCINCO) e reforma da UTI adulta, com a conclusão da reforma do Setor de Nutrição, a readequação do centro cirúrgico, aquisição de equipamentos, como material de reanimação neonatal, material de ventilação mecânica e dez unidades do equipamento monitor fetal (cardiotocógrafo).

A parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, na implementação do projeto de Reestruturação dos Hospitais Públicos, possibilitou avanços e o fortalecimento da segurança dos pacientes na implantação de protocolos clínicos e qualificação de recursos humanos.

Concomitantemente a esses processos, uma equipe técnica formada por pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado avançou a largos passos para a finalização do processo licitatório de construção da nova maternidade, que contará com uma UTI adulta com 20 leitos, e 30 leitos de UTI neonatal. Além desses, 45 leitos de Cuidados Intermediários e 20 de leitos Intermediários Canguru. Portanto, serão 105 leitos para tratamento intensivo, além de 260 leitos comuns.

Priorizou-se, no âmbito da Rede Cegonha, a assistência qualificada à mãe e ao bebê, com a implantação e pleno funcionamento, no Hospital Regional Chagas Rodrigues em Piripiri, do primeiro Centro de Parto Normal fora de Teresina. A maternidade conta com quatro salas de parto, onde a mulher terá acolhimento no pré-parto, no parto e no pós-parto e, ainda, equipadas com banheiras para um parto humanizado. Aliado a isso, no anexo do Hospital, em ritmo acelerado de obras, a construção da Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal (UCINCO), com 10 leitos. No HEDA de Parnaíba, além do bebê, o atendimento a mulheres com gestação de alto risco está garantido com a conclusão do Ambulatório de Alto Risco. Ademais, houve a finalização da obra da Casa da Gestante, com dez leitos, nas proximidades do hospital.



PRAIA ACESSÍVEL GARANTE LAZER SAUDÁVEL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Há uma crença no Brasil de que a praia é uma das formas mais democráticas de lazer, porque todos podem ir sem maior custo ou dificuldades. Mas, para pessoas com deficiência, não é bem assim: o acesso e a acessibilidade a esta forma tão saudável de lazer torna-se bastante dificultado.

Diante disso, em seu trabalho de aperfeiçoar as políticas públicas e ações desenvolvidas em benefício das pessoas com deficiência do Piauí e, em julho de 2016, um grande passo foi dado pela Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência – SEID, a implantação do Projeto Piauí Praia Acessível.

O Piauí Praia Acessível garante às pessoas com deficiência momentos de lazer na praia, com segurança, dignidade e autonomia, bem como o banho de mar assistido, através do acompanhamento por monitores.

A ação foi executada em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo e a Faculdade Maurício de Nassau na Orla da praia de Atalaia, município de Luís Correia.

O projeto conta com cadeiras anfíbias para locomoção na areia e banho de mar, equipamentos de acessibilidade, rampa de acesso ao mar com 70 metros, banheiros adaptados e espaço para guardar objetos dos usuários.

A SEID vê a acessibilidade ao turismo como uma forma de promover a igualdade de oportunidades, a solidariedade e o exercício da cidadania, possibi-

litando a todas as pessoas participar juntas e ativamente de atividades nos mesmos locais, desfrutando de momentos de lazer em ambientes comuns.

Além disso, existe o Passe Livre Intermunicipal, benefício que assegura o direito de ir e vir das pessoas com deficiência, que vivam em domicílios cuja renda familiar mensal *per capita* seja de até um salário mínimo. O passe assegura gratuidade das passagens de ônibus intermunicipais.

Há também o Passe Livre Cultura, benefício que garante a gratuidade da entrada e acesso das pessoas com deficiência, que comprovarem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, aos cinemas, teatros, casas de espetáculos, estádios, ginásios esportivos e locais similares.

A SEID desenvolve uma ação continuada de garantia dos direitos destas pessoas em todo o Piauí, além de possibilitar uma melhor qualidade de vida e acesso a lazer, cultura, esporte e outros entretenimentos.

Em 2016, foram expedidas 4.160 novas carteiras do Passe Livre Intermunicipal e 1.093 novas carteiras do Passe Livre Cultura, números que revelam o grande sucesso e abrangência desta ação no Estado.

Outra importante ação realizada ao longo do ano de 2016 foi a campanha “Isso Não Tem Vaga”, a qual tem o objetivo de educar, sensibilizar e denunciar as pessoas que estacionam irregularmente nas vagas destinadas às pessoas com deficiência. No decorrer do ano, a campanha foi divulgada nos 12 Territórios de Desenvolvimento do Estado, por meio de palestras e distribuição de material informativo.





UM ANDAR MAIS SEGURO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em parceria com a Secretaria para Inclusão da Pessoa Com Deficiência (SEID), implantou-se o Programa Passo à Frente, para confecção de próteses e órteses e a disponibilização de cadeiras de rodas e de banho, muletas e bengalas, além de sapatos para pé diabético.

Em sete meses de ação, o programa já atendeu aproximadamente 4.000 pessoas com deficiência, em mais de 50 municípios, como Floriano, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Oeiras, Valença, Piri-piri e Picos, Francisco Ayres, Guadalupe, Jerumenha, Nazaré do Piauí e São Francisco do Piauí, São João do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio de Oliveira, João Costa, Nova Santa Rita, Socorro do Piauí, Ribeira do Piauí e Pedro Laurentino.

Para facilitar o acesso às consultas e procedimentos especializados, implantou-se o Sistema de Transporte Eletivo de Pacientes, contemplando os 31 municípios do Território Entre Rios. São 30 micro-ônibus com ar-condicionado e 28 lugares cada um, que levam e trazem os pacientes de sua cidade a Teresina para os procedimentos ambulatoriais especializados. Implantado em maio, o Sistema já transportou mais de 67 mil pacientes. Na rota, pontos de parada nos municípios e no destino, desembarque nos locais de atendimento para consultas e exames previamente agendados pela Central de Regulação.



SAÚDE DO TRABALHADOR EXPANDIDA PARA O INTERIOR

No âmbito da saúde do trabalhador, instalou-se o primeiro Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Rural (CEREST) no Piauí, atendendo às demandas do setor rural da região de Uruçuí, e juntamente com o núcleo do município de Corrente vem consolidando a saúde pública como referência na localidade. Com o núcleo de Uruçuí, o CEREST amplia ainda mais sua rede, já existente em Teresina, Parnaíba, Picos e Bom Jesus.

Em 2016, foram realizados 7.909 atendimentos aos trabalhadores por equipe multiprofissional, com ações de prevenção, incluindo vacinação, além de inspeções em ambientes de trabalho, sobretudo atividades onde há maior risco e periculosidade, como a aplicação de agrotóxicos e produtos químicos, indústria de confecção, locais onde o barulho

excessivo pode causar perda auditiva induzida por ruído, transporte de cargas e passageiros, área da saúde, construção civil.

Especificamente nas unidades do CEREST em Picos, Parnaíba e Bom Jesus desenvolveram-se atividades com horticultores e agricultores.



VIGILÂNCIA SANITÁRIA

No âmbito da Vigilância Sanitária, ações essenciais foram desenvolvidas em um número total de 2.663 atividades, tais como: inspeção e monitoramento de hospitais gerais e especializados, clínicas, laboratório de biologia molecular, laboratórios de análises clínicas, radiodiagnóstico (médico e odontológico), medicina nuclear, quimioterapia, radioterapia, hemoterapia nas agências transfusionais do interior, avaliando-se o cumprimento das boas práticas no ciclo do sangue.

Também foram inspecionados serviços de hemodiálise, indústria farmacêutica, fármaco-química, indústria de alimentos, de resíduos de saúde, indústria de saneantes e cosméticos, distribuidoras, farmácias de manipulação e toxicologia, etc., de acordo com o preconizado nas legislações e nos regulamentos técnico-sanitários, minimizando os riscos à saúde da população e proporcionando a melhoria da qualidade do serviço prestado.



A PREVENÇÃO COMO MEDIDA EFICIENTE DE MELHORIA DA SAÚDE

Para reduzir riscos de agravos à saúde da população, por meio das ações de prevenção, promoção e vigilância em saúde nos âmbitos epidemiológico, ambiental e sanitário, a Secretaria Estadual de Saúde implementou diversas ações previstas no Plano Estadual de Enfretamento às Doenças Negligenciadas. O Plano tem por meta a diminuição dos indicadores de doenças como tuberculose, hanseníase, doença de Chagas, leishmaniose e geohelmintíase (verminoses). A prevenção das arboviroses ganhou destaque com a redução, em média de 30% nos casos de dengue, quando comparados os números de 2015/2016. A diminuição somente foi possível com o efetivo envolvimento do Governo e da sociedade no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, com mobilização para limpeza de ambientes domiciliares e de trabalho, conscientização da população, com vistoria nos imóveis e distribuição de material educativo. Essas ações tiveram apoio do Exército, Correios, Agespisa e Eletrobrás/PI.



No bojo das ações de reabilitação e tratamento, cumpre destacar a ampliação e melhoria do acesso à saúde para os pacientes com transtorno mental, em conflito com a lei, a partir da abertura de duas novas residências terapêuticas em Teresina, ação essa reconhecida pelo Ministério da Saúde com modelo para o País.

Ao todo, 18 novos pacientes são beneficiados com ressocialização através do acompanhamento realizado por uma equipe multiprofissional.

DESCENTRALIZAÇÃO DA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

A Assistência Farmacêutica iniciou a descentralização do processo de dispensação de medicamentos do componente especializado, com a instalação de unidades em todos os Territórios do Estado. Isso deve favorecer milhares de pacientes do interior do Estado, que antes precisavam se deslocar a Teresina para ter acesso a medicamentos.

Outra medida para beneficiar os usuários foi a ampliação do horário de atendimento para dois turnos, além de se ter avançado na marcação de atendimento online, bem como o agendamento de data e horário para o paciente ou responsável se dirigir à farmácia, sem burocracia.

Mediante parceria firmada com o Tribunal de Justiça, 12 novos medicamentos serão incorporados à farmácia e passarão a ser dispensados por via administrativa e não mais por judicialização dos

processos. Isso porque havia uma grande demanda judicial em face desses medicamentos, e a incorporação dos princípios ativos à lista de medicamentos excepcionais deve fazer cair em até 70% as ações judiciais com esse fim.

LACEN CENTRALIZA ATIVIDADES

Os serviços laboratoriais, por sua vez, foram centralizados em um mesmo espaço físico, das diferentes áreas técnicas do Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Costa Alvarenga (LACEN), no centro de Teresina, resultando em economia com gastos de manutenção e, principalmente, ganhos para o cidadão, que passou a dispor de maior comodidade e conforto nas instalações do laboratório.

Por seu turno, para aumentar o número de doadores, o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Piauí (HEMOPI) está implantando o Hemocentro Móvel, para doação de sangue, espaço para cadastro e triagem, área de repouso e lanches, cuja previsão de entrega estima-se para o primeiro semestre de 2017.

DIÁLOGO E INTERFACE INTERSETORIAL RESULTAM EM SAÚDE MELHOR

Considerando a amplitude do conceito de Saúde proposto pela OMS, a articulação de ações e a intersetorialidade das políticas públicas e políticas sociais são procedimentos fundamentais para a

ENFRENTAMENTO À MICROCEFALIA NO PIAUÍ

Com a implantação do Centro de Referência em Microcefalia na Maternidade Dona Evangelina Rosa, pôde-se atender pelo menos 190 crianças de todo o Estado, as quais tiveram diagnóstico deste agravo, causado pelo vírus Zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*.

A partir do diagnóstico, as crianças passaram por avaliação médica, exames de ultrassonografia, tomografia computadorizada, triagem auditiva e exame de fundo de olho, além do seguimento da assistência pela estimulação precoce, no Centro Estadual de Reabilitação (CEIR), ou mediante a parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) em todo o Estado.

Mais de 250 profissionais de saúde que atuam nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram capacitados, tomando o Estado do Piauí pioneiro na iniciativa e avançando na descentralização do serviço de apoio à criança com microcefalia.



melhoria dos indicadores sanitários e da qualidade de vida e saúde da população. Nesse sentido, tornou-se fundamental fortalecer parcerias com os Municípios e com as instâncias colegiadas de gestão do SUS, a saber: Comissões Intergestores Regionais (CIR), Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e Conselho Estadual de Saúde (CES).

Uma das estratégias utilizadas para a prevenção e promoção à saúde deu-se com a formalização de convênios e parcerias para a construção, reforma, ampliação ou equipamentos para diversas unidades de saúde em todo o Estado, a exemplo de São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí e Itainópolis.

Várias Unidades Básicas Avançadas de Saúde (UBAS) foram concluídas, equipadas e entregues à gestão municipal de João Costa, Cocal de Telha, Tanque do Piauí, Boqueirão, Nossa Senhora de Nazaré e Lagoa do Piauí.

Para facilitar o acesso de pacientes aos serviços localizados fora da sede do município e na necessidade de deslocamento para outras unidades de saúde, foram entregues ambulâncias aos municípios de Pedro II, Esperantina, Bertolínia, Nazaré do Piauí, Capitão de Campos, Sigefredo Pacheco, Anísio de Abreu, Caracol, Santa Filomena e Nossa Senhora de Nazaré. Dos Hospitais geridos pelo Estado, receberam ambulâncias os estabelecimentos de saúde localizados em Piriipiri, Corrente, Oeiras, Uruçuí, Campo Maior, Barras, São Raimundo Nonato, Cocal de Telha, Bom Jesus, Esperantina e Valença.

Na interface com outras políticas sociais, cumpre destacar as iniciativas da SESAPI rumo à efetivação do princípio da equidade, olhando para os diversos segmentos da sociedade. Para atender os índios, a Secretaria criou a Comissão para instituir o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-PI), com representantes de diversas instituições, abrindo oportu-

nidades para a pesquisa de identificação e de caracterização da população indígena. No segmento GLBTT, também foi fortalecida a garantia de uma saúde inclusiva, com elaboração e conclusão do projeto para implantação do primeiro Ambulatório Especializado no ano de 2017.



MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS

No bojo do processo de modernização e qualificação dos processos de gestão, a SESAPI investiu em ações de educação permanente.

Com objetivo de qualificação dos profissionais da saúde, promoveram-se cursos através da Escola Técnica do SUS e de parcerias com instituições como a Escola Nacional de Saúde Pública e Fiocruz, Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês, Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí e Hospital do Coração – HCOR/SP.

Foram empossados 191 concursados para atuação nas Regiões de Saúde/TD e elaborados 43 projetos, que se encontram no Ministério da Saúde em processo de análise, para a captação de recursos destinados a obras, aquisição de equipamentos e habilitação de novos serviços. Esses projetos totalizam **R\$ 31.784.437,00** dos quais **R\$ 12.747.113,00** provenientes de recursos de programas do MS, e **R\$ 19.037.324,00** de emendas parlamentares da bancada federal. Contemplam 25 Hospitais da rede estadual, além do HEMOPI, Unidades de Pronto Atendimento, unidade mistas, postos e Unidades Básicas de Saúde/UBS. Na perspectiva de viabilizar técnica e financeiramente a implantação e implementação das Redes de Atenção à Saúde, bem como a ampliação do acesso à saúde nos diferentes níveis do cuidado, a SESAPI discutiu e pactuou, com os municípios do Estado, a conformação do seu Plano Diretor de Regionalização (PDR) na lógica de agregação interregional, definindo quatro Macrorregiões de Saúde, de modo a assegurar economia de escala e escopo na efetivação de serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.



EDUCAÇÃO TEVE NOTA AZUL NO IDEB EM 2015

A mais inspiradora notícia para a educação pública estadual no Piauí em 2016 foi construída no ano anterior, em 2015. Submetido aos exames do



FORTALECIMENTO DA SAÚDE NO SUL DO ESTADO

Uma série de ações e obras do Governo fizeram com que parte ao Sul do Piauí tivesse mais e melhor oferta de serviços médicos especializados, favorecendo as populações de cidades como Oeiras, Floriano, Uruçuí, Picos, São Raimundo Nonato, além dos residentes em municípios no entorno dessas cidades-polo.

Marcante neste rumo foi a abertura da segunda Unidade de Pronto Atendimento (UPA) gerida pelo Estado em São Raimundo Nonato, já em janeiro de 2017. A primeira foi em Oeiras, em outubro de 2015. Cada Unidade tem capacidade de atender até 150 pacientes, diariamente, com cobertura de mais de 140 mil habitantes por território.

Com as UPAS, os hospitais regionais Deolindo Couto, em Oeiras, e Senador Cândido Ferraz, em São Raimundo Nonato, passaram a ter um perfil de hospital de retaguarda, e somente os casos de obstetrícia passam a ser atendidos neles.

Em Oeiras, foi possível acelerar a implantação de dez leitos de UTI adulta, a serem entregues em 2017. Ademais, pôde-se investir em qualificação profissional, ampliar a quantidade de cirurgias, inclusive com procedimentos inéditos, como a primeira cirurgia de enxerto naquela unidade.

Em São Raimundo Nonato, avançam as obras do Centro de Parto Normal (CPN) e os dez leitos da Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Comum (UCINCO) vão tornar o hospital referência no atendimento materno-infantil. Casos graves, de média complexidade, poderão ser ali atendidos.

O fortalecimento da saúde no Sul do Estado também é uma realidade em Floriano. Ao final de 2015, foi entregue o Centro de Diagnóstico de Imagem, com oferta de exames por imagem e a implantação do primeiro tomógrafo numa unidade hospitalar do

sul do Estado. Além disso, exames de mamografia e ultrassom, funcionando 24 horas para os casos de urgência e emergência, e os ambulatoriais.

Com o Centro, a expansão de serviços médicos vai ocorrer com a implantação do pronto atendimento em neurocirurgia. Inicialmente clínicos, o Hospital Regional Tibério Nunes se prepara para os atendimentos de urgência e emergência, mais uma vez evitando que o paciente se desloque para Teresina. Com os dez leitos já instalados, avança-se a assistência na média e alta complexidade.

O Centro de Parto Normal e dez leitos de UCINCO estão em fase de finalização e vão permitir, assim como em São Raimundo Nonato, assistência adequada e resolutiva às mães e bebês.

Em Picos, no Hospital Regional Justino Luz, vão ser abertos no primeiro semestre de 2017 dez leitos de UTI adulta e mais 20 leitos para cuidados do neonato: dez de UTIN e 10 de UCINCO. Atrelado a isso, em obras aceleradas, o Centro de Parto Normal e a Casa da Gestante. Naquela região, a cobertura assistencial de mais de 60 municípios, numa população estimada de 500 mil habitantes.

Em Uruçuí, a mudança na assistência hospitalar se deu logo na entrada do Hospital Regional Dirceu Arcoverde: reestruturação da fachada, jardinagem, recepção, pronto atendimento, ampliação de leitos e mais equipamentos. Pode se dizer que é um novo hospital. Com a reestruturação, tem-se atendimento com classificação de risco e mais humanizado e, numa segunda etapa da obra, será feita a reforma do centro cirúrgico.

Também nos hospitais regionais, a realização de mutirões de cirurgias, seja geral ou pediátrica, ou ainda de catarata, como a que foi realizada no Hospital Regional Eustáquio Portela, em Valença, que atendeu mais de 100 pacientes, e a realização de 85 cirurgias de catarata.



Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Ministério da Educação, o Estado cumpriu a meta estabelecida, e em 74 escolas da rede estadual houve notas maiores que a média obtida pela rede estadual (3,2) para o IDEB.

Melhores notas no IDEB resultam de esforços comuns da SEDUC, dos professores e dos estudantes na busca de resultados positivos para a educação pública do Piauí, onde, em 2016, mais de 190 mil pessoas se inscreveram para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio no Piauí (ENEM). Desses, 40 mil são concludentes do ensino médio em escolas públicas, privadas e federais do Estado. O trabalho da SEDUC, no sentido de dar apoio aos estudantes, foi parte de um esforço que resultou em ampliação da oferta de vagas para o ensino em tempo integral, construção, reforma, ampliação e adequação de escolas, ampliação de Internet em banda larga nas escolas e programas de melhoria da qualidade do ensino e de incentivo à permanência dos estudantes em sala de aula.

NOTA AZUL NO IDEB E MENOR TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), apenas quatro Estados da Federação atingiram a meta para o Ensino Médio do Índice de Desenvolvimento da Educação Bá-

sica (IDEB), referente ao ano de 2015, e o Piauí se destaca entre estes.

O Ensino Médio da Rede Estadual de Educação obteve 3,2 pontos, igualando a meta estipulada para o Piauí neste ano. A rede também alcançou as metas estipuladas para os anos iniciais (4,6) e finais do Ensino Fundamental (3,8).

A SEDUC também conseguiu reduzir a taxa de abandono no Ensino Médio de 16% para 13,5%, nos anos de 2014 para 2015, de acordo com dados do Censo Escolar. Este número ultrapassa, inclusive, a meta de redução do abandono projetada para o ano de 2019, acordada com o Banco Mundial através do Projeto Piauí: Pilares do Crescimento e Inclusão Social.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Um dos mais poderosos mecanismos de aumento da qualidade do ensino é o aumento da carga horária do estudante, devidamente acompanhada de maior oferta de matérias para estudo. Assim, a ampliação do acesso à escola de tempo integral concorre para melhores resultados dos estudantes.

A SEDUC firmou a adesão ao Programa de Fomento à implementação de Escolas em Tempo

AS 15 ESCOLAS COM MELHOR NOTA NO IDEB-2015

ESCOLA	CIDADE	NOTA
Augustinho Brandão	Cocal dos Alves	6,2
Patronato Irmãos Dantas	Piracuruca	5,8
João Ferry	Agricolândia	5,7
Desembargador Arimathea Tito	Piripiri	5,7
Patronato Nossa Senhora de Lourdes	Campo Maior	5,6
João de Sousa Moura	Santo Inácio do Piauí	5,5
Raldir Cavalcante Bastos	Teresina	5,5
Milton Aguiar	Teresina	5,5
Maria Antonieta Torres dos Reis Velloso	Valença	5,4
José Alves Bezerra	Monsenhor Hipólito	5,3
Manoel Ribeiro	Ipiranga	5,0
Teresinha Nunes	Picos	4,9
Paulo Ferraz	Capitão de Campos	4,8
Djalma Nunes	Floriano	4,8
Costa Alvarenga	Oeiras	4,8

Fonte: MEC/FNDE.

Integral, criado pela Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Com isso, 26 escolas da rede estadual deverão ser adaptadas ao regime de tempo integral em 2017.

O programa ampliou a jornada escolar de 800 para 1.400 horas/aula e o número de alunos por escola é limitado a 400.

Atualmente a SEDUC possui 44 escolas em regime de tempo integral e, destas, quatro foram aprovadas para funcionar no novo regime:

- Centro de Ensino Médio de Tempo Integral Lima Rebelo (Parnaíba).

- Centro de Ensino Médio de Tempo Integral CETI Marcos Parente (Picos).

- Centro de Ensino Médio de Tempo Integral Moderna (São Raimundo Nonato).

- Centro de Ensino Médio de Tempo Integral Didácio Silva (Teresina).

Porém, em 2017, a SEDUC terá 66 escolas funcionando em regime de tempo integral, sendo 40 no modelo anterior e 26 no novo modelo. O número de alunos atendidos deve saltar de 11.397 para 21.332.

AS 15 ESCOLAS COM MELHOR NOTA NO IDEB-2015

	CIDADE	ESCOLA
01.	Altos	U. E. Rama Boa
02.	Buriti dos Lopes	U.E. Deputada Francisca Trindade
03.	Campo Maior	C. E. Prof. Raimundinho Andrade
04.	Floriano	U. E. Fauzer Bucar
05.	José de Freitas	U. E. Antônio Freitas
06.	Luzilândia	U.E. Profa. Cleonice de Castro Teles
07.	Luís Correia	U. E. Zulmira Xavier
08.	Parnaíba	Colégio Estadual Lima Rebelo
09.	Paulistana	U. E. Lucinete Santana da Silva
10.	Piracuruca	U. E. Presidente Castelo Branco
11.	Piripiri	U. E. José Narciso da Rocha Filho
12.	Teresina	U. E. Antônio Tarciso P. e Silva
13.	Teresina	U. E. Dr. Fontes Ibiapina
14.	Teresina	U.E. Helvídio Nunes
15.	Teresina	U. E. José Pereira da Silva
16.	Teresina	U. E. Professor Joca Vieira
17.	Teresina	U. E. Professor José Amável
18.	Teresina	U. E. Professor Pinheiro Machado
19.	Teresina	U. E. Professor Edgar Tito
20.	Teresina	Unidade Escolar Moaci Madeira Campos
21.	Teresina	U. E. Residencial Pedra Mole
22.	Uruçuí	U. E. Cícero Coelho

Fonte: SEDUC.





POUPANÇA JOVEM PIAUI

Um dos mecanismos de redução das taxas de abandono do Ensino Médio, o Programa Poupança Jovem Piauí, prevê um incentivo financeiro para os alunos do Ensino Médio matriculados na rede estadual dos 44 municípios com as maiores taxas de pobreza do Piauí.

Concedido através de repasse direto para os alunos, mediante abertura de conta poupança, o saque deste recurso pelo próprio aluno está condicionado à frequência escolar e à aprovação em cada ano do Ensino Médio.

Nos anos de 2015/2016 foram investidos R\$ 1.047.160,00 para pagamento deste incentivo, alcançando 5.800 alunos em 56 escolas contempladas pelo projeto.

A meta é que diminuam o abandono e a reprovação, aumentando o índice de aprovação nessa modalidade de ensino.

De acordo com a Lei Estadual e Decreto que instituem o programa, ao concluir o primeiro ano, o estudante recebe R\$ 400,00. As demais parcelas são de R\$ 500,00 no segundo ano e R\$ 600,00 no último ano do Ensino Médio.

O estudante ou responsável tem o direito de retirar 40% de cada um dos dois primeiros depósitos efetuados. Somente a última parcela pode ser retirada integralmente junto com o saldo remanescente das anteriores e os rendimentos.

Para receber cada pagamento, o aluno precisa ser aprovado ao final do ano.

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

TERRITÓRIO DA PLANÍCIE LITORÂNEA – Caraubas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Murici dos Portelas, Bom Princípio do Piauí e Cajueiro da Praia.

TERRITÓRIO DE COCAIS – Joaquim Pires, Milton Brandão, Campo Largo do Piauí, São João do Arraial, Madeiro, Joca Marques, Lagoa de São Francisco.

TERRITÓRIO DOS CARNAUBAIS – Assunção do Piauí, São Miguel do Tapuio, Buriti dos Montes, Novo Santo Antônio, São João da Serra, Sigefredo Pacheco, Juazeiro do Piauí.

TERRITÓRIO DE ENTRE RIOS – Pau-D'Arco do Piauí, Palmeirais, Miguel Alves, Olho D'Água do Piauí, Curralinhos, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí.

TERRITÓRIO DO VALE DO SAMBITO – Lagoa do Sítio, Francinópolis, Barra D'Alcântara, Prata do Piauí, Pimenteiras, Novo Oriente do Piauí, São Miguel da Baixa Grande.

TERRITÓRIO DO VALE DO GUARIBAS – Vera Mendes, Betânia do Piauí, Queimada Nova, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, São Luís do Piauí, Caridade do Piauí.

VALE DO CANINDÉ – São Francisco de Assis do Piauí, Isaías Coelho, Bela Vista do Piauí, Campinas do Piauí, Floresta do Piauí, São João da Varjota, Wall Ferraz.

SERRA DA CAPIVARA – Lagoa do Barro do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Guaribas, Capitão Gervásio Oliveira, Coronel José Dias, Dom Inocência, Várzea Branca.

VALES DOS RIOS PIAUI E ITAUEIRA – Nova Santa Rita, Pedro Laurentino, Socorro do Piauí, Ribeira do Piauí, Arraial, Pajeú do Piauí, Flores do Piauí.

TABULEIROS DO ALTO PARNAÍBA – Sebastião Leal, Canavieira, Baixa Grande do Ribeiro, Landri Sales, Ribeiro Gonçalves, Porto Alegre do Piauí, Jerumenha.

CHAPADA DAS MANGABEIRAS – Riacho Frio, Morro Cabeça no Tempo, Cristalândia do Piauí, Alvorada do Gurguéia, Gilbués, Júlio Borges e Sebastião Barros.





MOBILIZAÇÃO E CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O ENEM

Quem chega ao terceiro ano e quer uma vaga numa universidade pública ou conseguir bolsa pelo PROUNI tem por foco uma melhor preparação para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio. Mais de 40 mil jovens terminaram o terceiro ano em 2016 e se inscreveram no ENEM. Por isso, foi fundamental criar meios para garantir a eles mais chances de acesso ao ensino superior.

O Pré-ENEM SEDUC promoveu revisões presenciais, com milhares de alunos. As revisões feitas tiveram a participação presencial de no mínimo 15 mil estudantes de Teresina, Parnaíba, Floriano Picos, Bom Jesus, São João do Piauí e Campo Maior. Mas as revisões transmitidas pela TV para 180 municípios pelo Canal Educação atingiram pelo menos mais 30 mil estudantes.



CANAL EDUCAÇÃO: O ENSINO VAI MAIS LONGE

Visando ofertar Ensino Médio aos estudantes que concluíram o Ensino Fundamental e residem em localidades distantes, a implementação do Projeto Canal Educação amenizou crise de falta de professores de áreas consideradas carentes de profissionais, como Ciências da Natureza e Matemática. O Projeto contribuiu para que estudantes pudessem dar continuidade aos seus estudos e permanecessem residindo em suas comunidades, evitando, dessa maneira, o deslocamento para outras regiões. No Piauí, o projeto de mediação tecnológica disponibilizou 300 polos distribuídos em todas as Gerências Regionais de Educação, com exceção de Teresina, com atendimento a 8.420 alunos.

A SEDUC concentrou esforços na implementação do Projeto Canal Educação com o propósito de oferecer Ensino Médio com Mediação Tecnológica buscando universalizar o ensino médio no Piauí e superar as adversidades locais, naturais, sociais e educacionais.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Piauí, o número de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir os estudos da educação básica em idade adequada é bastante elevado. Segundo dados do IBGE, o Esta-

do lidera o ranking de adultos jovens (entre 18 a 25 anos) considerados analfabetos funcionais. Reduzir essa estatística negativa foi um desafio aceito pela SEDUC, que começou 2016 com uma intensa campanha de mobilização social para ampliar as matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual.

Tal ação foi fortalecida por meio de cursos e avaliações, como o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), os cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), além do Programa de Educação nas Prisões (PEP), que conta com o apoio da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS.



REFORÇO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A inauguração, em dezembro, do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Leonardo das Dores, em Esperantina, cidade a 180 km ao Norte de Teresina, amplia a oferta de vagas nesta modalidade de ensino.

A escola é a maior de sua modalidade no Estado, devendo oferecer quinze cursos de Ensino Médio Técnico, em regime regular, com eixos profissionais levantados de acordo com o perfil socioeconômico da juventude e as cadeias produtivas regionais. Outra escola técnica, o Centro Estadual de Educação Profissional José Pacifico Neto, na região do Grande Dirceu, em Teresina, vai atender 1.400 alunos. O prédio tem elevador para pessoas com deficiência, refeitório com capacidade para 600 pessoas, auditório com 200 lugares, quadra poliesportiva coberta e uma grande área externa para atividades extraclasse.

As duas escolas devem ainda receber equipamentos para laboratório, além de climatizadores para permitir maior conforto térmico a professores e estudantes. Ainda na área do ensino voltado para a profissionalização, destaque-se a ação da SEDUC na oferta de cursos do PRONATEC, num total de 8.660 vagas.



REDE ESCOLAR AMPLIADA E MELHORADA

Um total de 67 obras de construção, ampliação, reforma e adequação de escolas concorreu para que em 2016 milhares de estudantes tivessem aulas e atividades extraclasse em melhores condições.



Em 2016, foram concluídas:

- 6 escolas construídas;
- Centro de Artes Marciais Sara Meneses;
- 16 quadras escolares;
- Cobertura de 5 quadras escolares;
- Reformas de 48 prédios escolares;
- Reforma do Instituto de Educação Antonino Freire;
- Reforma / ampliação de 9 escolas;
- Ampliação de 7 escolas;
- Adequação de 3 escolas.

Obras em andamento:

- 14 escolas;
- 15 quadras;
- Perfuração de 7 poços tubulares;
- Cobertura de 5 quadras;
- Reforma e ampliação de 12 escolas;
- Reforma de 28 escolas e
- Ampliação/Construção de 2 quadras.



JOVEM DE FUTURO: O ALUNO MELHORA, A ESCOLA TAMBÉM

O Programa Jovem de Futuro tem como foco a gestão escolar voltada para resultados de aprendizagem, de modo a se ter uma educação pública de qualidade, que garanta o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Médio, proporcionando um aprendizado esperado no tempo adequado.

Outro objetivo é o de tirar o Piauí da 18ª para a 12ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2017.

A principal proposta é o aperfeiçoamento da gestão escolar como forma vital de organização e articulação de processos e recursos disponíveis, com vistas a atingir metas com responsabilidades compartilhadas, voltadas à garantia da aprendizagem. A intenção é refletir sobre os processos que compõem e organizam a gestão escolar e elaborar novas possibilidades de atuação.



O programa vem sendo implementado desde maio de 2015, em parceria com o Instituto Unibanco, inicialmente em 137 escolas do Ensino Médio Regular. De lá até aqui, as melhorias foram bastante notáveis, tanto em estrutura física como na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Em 2016, o Jovem de Futuro alcançou 42.455 estudantes e qualificou 414 professores.

Para 2017, a expectativa é atuar em 250 escolas, com foco na busca de melhores resultados das proficiências de língua portuguesa, matemática e taxa de aprovação, mobilizando toda a rede na busca de promover a Gestão Escolar por Resultado. A Secretaria de Estado da Educação está motivada com os resultados de 2016, um ano de muito trabalho, construção e conquistas.

Uma boa novidade do programa é o envolvimento dos estudantes na gestão escolar e em diálogos para interação com o corpo docente e diretivo dos estabelecimentos escolares. Nesse sentido, em outubro passado, foi realizado em Teresina o 1º Diálogo sobre Gestão para Juventude. Houve a participação de 274 estudantes das 137 escolas.

Outro momento do Jovem de Futuro no Piauí com os estudantes foi a realização do primeiro IUHack - Maratona Tecnológica. O encontro aconteceu em um final de semana do mês de outubro para cerca de 50 jovens de Teresina. As atividades foram realizadas no Centro de Ensino Médio e Profissional de Tempo Integral (CEMPTI) Zacarias de Góis (Liceu Piauiense).



MELHORIA E EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A Universidade Estadual do Piauí manteve, em 2016, em nível de graduação, um total de 17.392 alunos matriculados, cumprindo seu papel na formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, fazendo-os aptos às necessidades de um mercado de trabalho cujo cenário atual exige domínios de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos.

Nesse sentido, a UESPI conduziu uma ampliação e diversificação das modalidades de ensino, e atualmente, a comunidade piauiense tem a possibilidade de acesso a uma formação de nível superior dentre as modalidades:

- Regular presencial, com 13.489 alunos.
- Especial presencial, com 1.840 alunos no Plano Nacional de Formação

de Professores da Educação Básica (PARFOR), e 103 alunos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

- Educação a Distância, com 1.960 alunos.

CONSOLIDAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UESPI

O desenvolvimento e consolidação da pós-graduação na UESPI tem a finalidade de ofertar formação de recursos humanos à sociedade. Em 2016, a IES ofertou cinco pós-graduações *stricto sensu*, sendo dois Programas de Mestrado Acadêmico e três Programas de Mestrado Profissionalizante, ultrapassando a meta estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que previa três mestrados.

Quanto à pós-graduação *lato sensu*, foram ofertados 13 cursos de especialização, com um aumento significativo das vagas, de 468, em 2015, para 1.150, em 2016 – um aumento de 145 pontos percentuais.



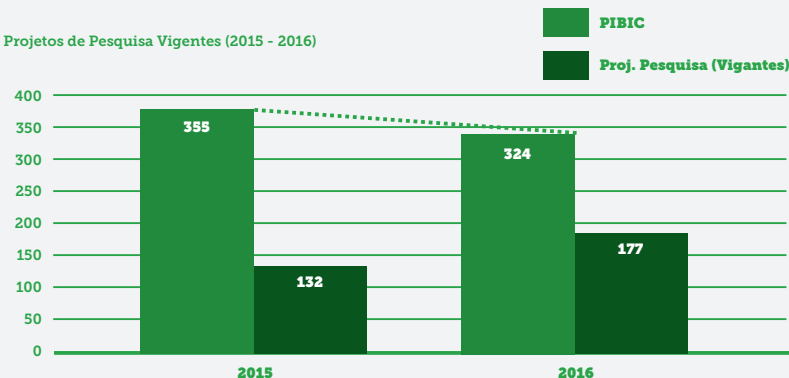
ESTÍMULO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A fim de desenvolver e consolidar a pesquisa na Instituição, busca-se estimular a cultura da Ciência, Tecnologia e Inovação na comunidade acadêmica. Para tanto, três frentes foram trabalhadas em 2016:

- * Incentivo à pesquisa, com implementação de projetos de pesquisa na instituição.
- * Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), CNPq/UESPI.
- * Projetos de Pesquisa com financiamento externo.

PROJETOS DE PESQUISA COM FINANCIAMENTO EXTERNO

Projetos de Pesquisa Vigentes (2015 - 2016)

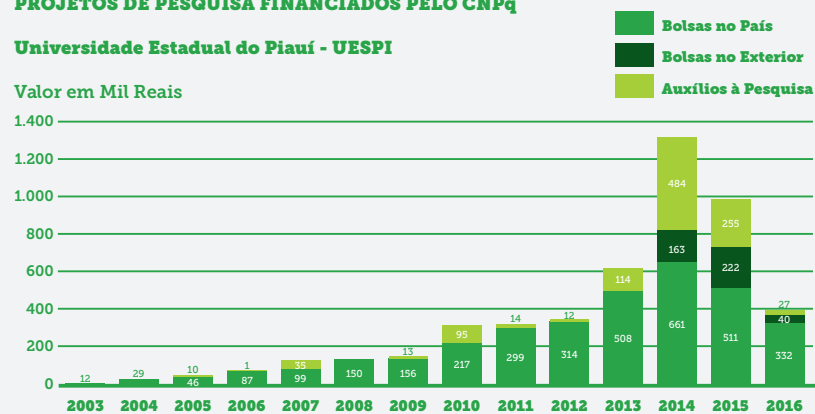


Fonte: UESPI

PROJETOS DE PESQUISA FINANCIADOS PELO CNPQ

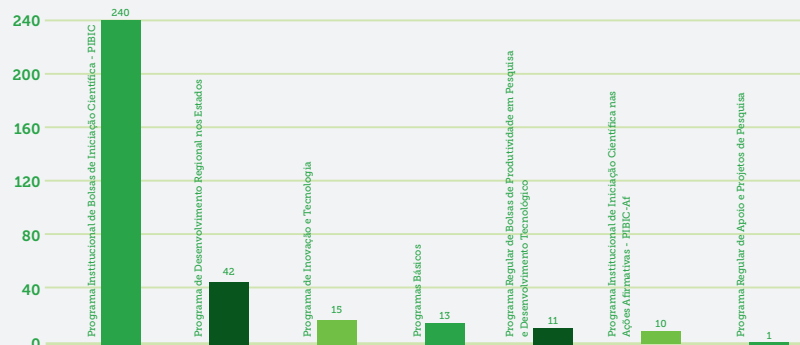
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Valor em Mil Reais



Fonte: UESPI

BOLSAS NO PAÍS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ X PROGRAMAS - 2016



Para o programa Ciência sem Fronteiras não foram incluídos os valores das taxas escolares pagas às instituições no exterior. Data Mart. de Pagamentos (consolida dados das folhas de pagamento de bolsistas e pesquisadores do CNPq) - Dados atualizados até outubro/2016 - Os resultados apresentados paa o ano corrente são parciais.

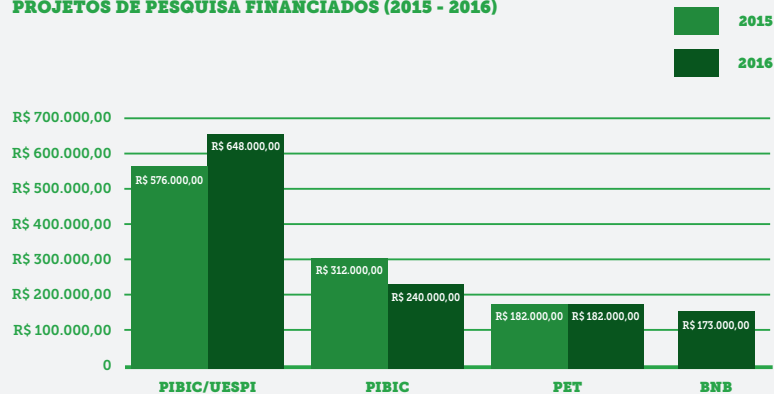
Fonte: UESPI



PROJETOS DE PESQUISA FINANCIADOS PELO CNPQ

- Projetos de pesquisa com outras fontes de financiamento.
- Programa de Bolsas de Iniciação Científica (UESPI).
- Programa de Bolsas de Iniciação Científica (CNPq) Projetos Banco do Nordeste (ETENE).
- Programa de Educação Tutorial / MEC.

PROJETOS DE PESQUISA FINANCIADOS (2015 - 2016)



Fonte: UESPI





A UESPI ATUANTE JUNTO À SOCIEDADE

Para 2016, foi estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias a execução de 75 programas e projetos de extensão. Essa meta foi ultrapassada e a UESPI encerrou o ano com 82 projetos e programas executados. Dentre eles:

- Núcleo de Atividade Física para a Terceira Idade (NUTI), atendendo 300 idosos.
- Universidade Aberta para a Terceira Idade (UNATI), atendendo 190 idosos.
- Projeto Tecnologias Assistivas – um caminho para a inclusão, destinado à formação de profissionais da educação para um melhor atendimento a alunos cegos.
- Projeto Cine Cidadania: mostra de Cinema em Direitos Humanos.



MAIS E MELHOR INFRAESTRUTURA NO ENSINO SUPERIOR

Ao longo do ano de 2016, foram realizadas várias melhorias na infraestrutura da Universidade Estadual do Piauí, em seus diversos *campi*, polos e núcleos, das quais destacamos:

- Construção da etapa de infraestrutura da Pista de Atletismo do Campus Poeta Torquato Neto, um investimento de R\$ 8.875 000,00, que contou com repasse do Ministério do Esporte, por meio da Caixa Econômica Federal, com a contrapartida do Governo do Estado.
- Assinatura da Ordem de Serviço para a construção do Campus Possidônio Queiroz, em Oeiras.
- Melhorias em diferentes prédios dos 12 *campi*, totalizando 22 obras de reformas.
- Regularização fundiária de terrenos e prédios. A UESPI vem trabalhando para a regularização fundiária de terrenos e prédios de seus *campi* e núcleos, distribuídos em todos os territórios do Piauí. A regularização consiste na definição e implantação de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, necessárias à reversão das situações de pendência de regularização, que devem ser sanadas para, por exemplo, firmar convênios com os demais órgãos da esfera pública.

A Instituição encerrou 2016 com os termos de cessão de uso dos *campi* Clóvis Moura (Teresina/

Dirceu) e Uruçuí, e com os registros de imóvel dos *campi* Poeta Torquato Neto (Teresina), Possidônio Queiroz (Oeiras) e Professor Barros Araújo (Picos).



ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TODOS OS CAMPI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL

Em 2016, a Universidade Estadual do Piauí prestou assistência a 1.532 estudantes, em seus 12 *campi*, nas seguintes modalidades:

- Bolsa trabalho: 327 alunos assistidos
- Auxílio moradia: 235 alunos assistidos
- Auxílio pedagógico: 7 alunos assistidos
- Auxílio alimentação: 891 alunos assistidos

Além das modalidades acima, também foram contemplados 72 estudantes com bolsas para atividades artístico-culturais em coral, teatro e dança.



A ARTE E A CULTURA VÃO MAIS LONGE PARA FICAR PERTO DAS PESSOAS

Em 2016, foi desenvolvida uma série de ações para o fomento à cultura do Piauí, com investimentos em torno de 15 milhões de reais em festivais de cultura. As principais ações do órgão este ano contemplam reforma e modernização dos patrimônios arquitetônicos que possibilitam a preservação da história cultural, bem como o apoio às manifestações tradicionais e populares do povo piauiense.

A geração de renda nessas regiões é impulsionada com a comercialização do artesanato piauiense e de comidas típicas durante os festivais de cultura, que atraem grandes públicos, inclusive de outros estados. A circulação de espetáculos também descentraliza o acesso à cultura, levando artistas da capital e interior a outros municípios.

Projetos já consagrados no calendário cultural do Estado como o Projeto Seis e Meia e Projeto Boca da Noite foram ampliados para as cidades do interior. Os dois projetos agora recebem artistas piauienses e nacionais também em Floriano e Oeiras. Artistas como Fafá de Belém e Joanna passaram por esses municípios. Em Teresina, o projeto Seis e Meia apresentou Zizi Possi, Maria Gadú, Zélia Duncan, Chico César, Jorge Aragão, entre outras atrações, sempre acompanhados de artistas piauienses na abertura dos shows.

A SECULT também realizou e apoiou diversos eventos culturais pelo Estado, como o 40º Encontro Nacional de Folguedos, o 9º Festival de Rabecas



ESPAÇOS CULTURAIS REVITALIZADOS EM FLORIANO

A reforma e a modernização dos espaços culturais mantidos pela Secretaria Estadual de Cultura tornaram possível a descentralização de alguns projetos, como o Boca da Noite e o Projeto Seis e Meia. Entre as cidades contempladas, está Floriano, a pouco mais de 200 quilômetros da capital.

Com a reabertura do Espaço Cultural Maria Bonita – reformado e entregue em 2015 – a cidade passou a receber grandes nomes da música piauiense e nacional. Através do projeto Seis e Meia, passaram pela cidade artistas como Joanna, Geraldo Azevedo e Fafá de Belém. Com o projeto Boca da Noite, promoveram-se shows de cantores e bandas piauienses.

O espaço cultural revitalizado serviu de palco para o Festival de Teatro Lusófono – Festluso, que este ano saiu de Teresina e também desembarcou no interior do Estado, incluindo Floriano neste roteiro. A Casa sedia ainda eventos como o Festival Nacional de Teatro – Pontos de Cultura e Grupos Independentes. Em novembro, o Maria Bonita também abrigou parte da programação do 11º Encontro Nacional de Cinema e Vídeos dos Sertões.

Há no Espaço Cultural Maria Bonita cursos e oficinas. Em novembro, por exemplo, foi realizada a oficina de teatro “Ações físicas e vocais para atores”. No mesmo mês, a casa realizou ainda um Festival de Arte para crianças.

Outros eventos, realizados em diferentes espaços culturais, também contam com o apoio da Secretaria Estadual de Cultura. Dentre eles, está o tradicional espetáculo da “Paixão de Cristo”, que todos os anos é apresentado no Teatro Cidade Cenográfica (o segundo maior teatro a céu aberto do País), sob a coordenação do grupo Escalet.

Através do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura – SIEC, são realizados eventos na cidade, além da melhoria de espaços. O Teatro de Bolso da Cidade Cenográfica ganhou melhorias através do Siec.

Outro espaço cultural que está sendo revitalizado em Floriano é o casarão centenário em que funciona o Espaço Cultural Christino Castro, a ser devolvido em breve à população. O espaço, inaugurado em 2002, pertence à família do empresário Christino Castro e reúne museu, biblioteca, anfiteatro e loja de artesanato. Pouco mais de R\$ 300 mil foram investidos na reforma da casa, com apoio do Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Cultura – SECULT.

Com a reforma, todo o teto da casa foi refeito, algumas salas ganharam novos forros, todo o piso também foi recuperado, além das instalações hidráulica e elétrica. As portas e janelas do casarão também foram recuperadas e o local ganhou uma nova pintura, na parte externa e interna. Para dar suporte ao anfiteatro, foi construído um camarim. Além disso, a sala ganhou um novo sistema de iluminação.



de Bom Jesus, o I Festival das Águas de Luzilândia, o Festival de Teatro Lusófono e o Festival de Inverno de Pedro II, bem como organizou toda a programação do palco principal do evento.

A secretaria consolida ainda a parceria com o Ministério da Cultura. Em março, apoiou o MINC na realização do VIII Fórum de incentivo à Cultura, em Parnaíba. Mesas-redondas, oficinas e atendimento individual aos produtores culturais foram realizados durante o fórum, que oportuniza e capacita esses agentes a obter informações com pessoas que estão envolvidas diretamente na escolha de projetos via Lei Rouanet.

OBRAS CONCLUÍDAS EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Ação	Município	Equipamento
Reforma e restauração	Teresina	Complexo Cultural Clube dos Diários
Reforma e modernização	Teresina	Escola Estadual de Dança Lenir Argento
Reforma e modernização	Teresina	Escola Estadual de Música Possidônio Queiroz
Reforma e restauração	Oeiras	Sobrado Major Selemérico
Reforma e modernização	Teresina	Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho
Reforma e modernização	Floriano	Espaço Cultural Chrstino Castro
Inauguração	Bom Jesus	Espaço Cultural Mestre Joaquim Carlota

Fonte: SECULT

EQUIPAMENTOS CULTURAIS COM OBRAS EM ANDAMENTO

Ação	Município	Equipamento
Reforma e modernização	Teresina	Memorial Zumbi dos Palmares
Reforma e modernização	TeresinaM	useu do Piauí
Reforma e modernização	Teresina	Central de Artesana Mestre Dezinho
Reforma e modernização	Piripiri	Museu de Perypery
Reforma e modernização	União	Casa da Cultura Benedito Martins do Régio
Reforma e modernização	Teresina	Sede da Secretaria Estadual de Cultura

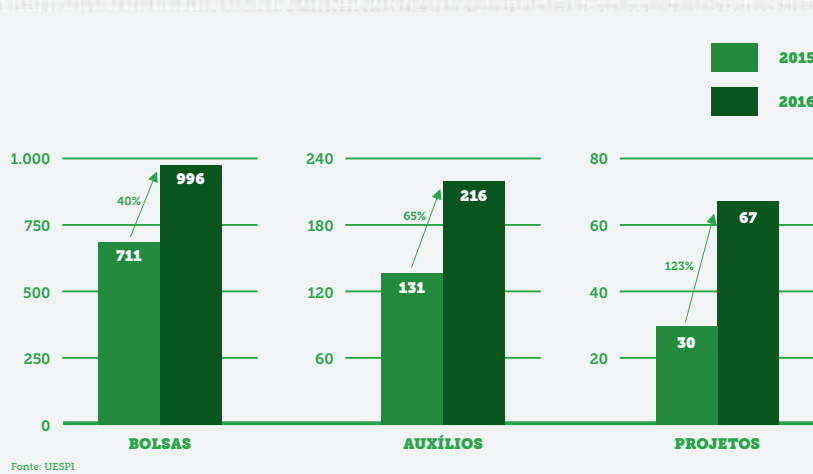
Fonte: SECULT

Ao longo do ano, a SECULT focou suas ações na recuperação de espaços culturais pertencentes ao patrimônio do Estado, bem como parcerias com municípios na reforma de casas importantes na conservação da memória piauiense.

Em 2017, a SECULT visa dar continuidade à recuperação do patrimônio, em obras já em andamento e outras já autorizadas. O próximo ano também será direcionado à circulação de editais de promoção cultural nos espaços já recuperados, a fim de dar vida a essas casas de cultura e beneficiar diretamente a população. A ideia é ampliar a circulação de eventos e oficinas que capacitam jovens e adultos em funções ligadas à cultura e também promover esse acesso a toda a população. Parcerias com áreas como educação e esporte também serão norteadas com o objetivo de atingir mais pessoas, possibilitando assim a diminuição da violência e evasão escolar entre os jovens

APOIO À PESQUISA TEVE APORTE 40% MAIOR EM 2016

Os investimentos em bolsas de pesquisa e de apoio técnico, auxílio a pesquisadores e financiamentos de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação mantidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) totalizaram 6,7 milhões em 2016, representando um aumento de mais de 40% em relação a 2015.



Fonte: UESPI

Com a finalidade de contratar pesquisas no âmbito da política do Sistema Único de Saúde, foi publicado o edital do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), com recursos no valor de **R\$ 1.200.000,00**, fruto da parceria da FAPEPI com a SESAPI, CNPq e Ministério da Saúde, resultando na aprovação de 33 projetos.



EDITAIS GARANTEM RECURSOS PARA PESQUISAS EM DIVERSAS ÁREAS

Em 2016, houve aumento no valor disponível para os editais de auxílios a pesquisadores, através da publicação de dois editais dos programas de Participação em Eventos Científicos, de Organização de Eventos Científicos e de Auxílio à Publicação Científica no valor de **R\$ 400.000,00**, sendo **R\$ 200.000,00** para cada edital. Como resultado, a FAPEPI concedeu auxílio financeiro a 56 eventos científicos, a maioria realizada no interior do Estado, à participação de 106 pesquisadores em even-

tos fora do Estado e do País, e ainda a 29 publicações científicas, entre livros e artigos, totalizando 191 auxílios.

Outro avanço no financiamento da pesquisa se deu pela aprovação do Projeto de Fomento à Inovação e Competitividade, orçado em **R\$ 4.100.000,00**, para atuação na difusão do conhecimento e cultura de empreendedorismo, no apoio à Política de Inovação Estadual, fortalecimento dos Polos de Tecnologia de Teresina, Picos, Parnaíba e Bom Jesus, e apoio às empresas da área de tecnologia da informação, as startups.

INVENTÁRIO DA BIODIVERSIDADE DE SETE CIDADES

Através do Programa de Apoio ao Núcleo de Excelência (PRONEX), a FAPEPI e o CNPq financiaram a pesquisa sobre biodiversidade de solo e plantas no Parque Nacional de Sete Cidades, no Território dos Cocais.

Entre 2012 e 2016, o núcleo de pesquisa, coordenado por um professor e integrado por 16 alunos do Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal do Piauí – dez em nível de iniciação científica e seis em nível de mestrado – conseguiu dois resultados de grande relevância para o Estado: primeiro, a montagem de um inventário da biodiversidade de solo dentro da área do parque; segundo, a formatação de uma biblioteca genômica, ou seja,

toda a diversidade genética microbiana existente na área está catalogada e será depositada em um banco de genes colocado à disposição de pesquisadores, estudantes e toda a sociedade, contribuindo para a difusão do conhecimento e de novas pesquisas e descobertas.

Seis artigos científicos produzidos por participantes do núcleo já foram publicados em periódicos internacionais e outros cinco estão em fase de revisão para futura publicação.

A pesquisa está em fase de finalização e os resultados obtidos estão sendo divulgados através de eventos, relatórios, workshops internacionais e publicação de trabalhos. A ideia agora é publicar um livro com as informações da biodiversidade das plantas e do solo do parque reunidas durante a pesquisa.



Como ampliação de suas metas, a FAPEPI lançou um edital do Programa de Fomento à Popularização da Ciência no Estado do Piauí, com o objetivo de fomentar projetos de pesquisas visando despertar vocação para os campos das ciências e as carreiras tecnológicas através do desenvolvimento de pesquisa básica ou aplicada, a fim de incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio e profissionalizante da rede pública de ensino do Piauí, com recursos oriundos do Tesouro estadual, no valor de **R\$ 100.000,00**, que beneficiarão estudantes com bolsas de iniciação científica.

Além disso, foi publicado o edital do Programa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR) em parceria com o CNPq, para fixar pesquisadores doutores no Estado do Piauí, contemplando mais cinco bolsas vinculadas a projetos de pesquisas. Dois novos editais foram publicados concedendo nove bolsas de pós-graduação para docentes e seis bolsas de apoio técnico.

Merece destaque a parceria firmada com a Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí (SEADPREV), para o desenvolvimento de estudos em eficiência energética em órgãos públicos estaduais.

Com a parceria, financiou-se estudo sobre a economia de energia nos órgãos do Poder Executivo do Estado do Piauí, iniciando pelo Bloco I do Centro Administrativo e pelo prédio sede da própria FAPEPI.

O projeto deve ainda oferecer subsídio à elaboração de políticas públicas de eficiência energética no âmbito da administração pública estadual.

Em outra parceria, com a Fundação CEPRO, estabeleceu-se a realização de pesquisas sobre as cadeias produtivas prioritárias; com a Universidade Estadual e a SEDUC, a parceria visou à operacionalização da Universidade Aberta do Piauí (UAPI).

Dentro dessa perspectiva de expansão de suas ações, a FAPEPI abriu um núcleo de atividades em Oeiras, propiciando a interiorização de suas atividades na maioria dos territórios do Piauí, visando fortalecer a instituição, bem como inaugurando um Núcleo de atividades na cidade de Oeiras, que beneficiará inúmeros pesquisadores piauienses.



FUNDAÇÃO DOS ESPORTES DO PIAUÍ – FUNDESPI

Em 2016, a Fundação dos Esportes do Piauí (FUNDESPI) atuou para tornar mais amplo, eficiente, efetivo o esporte educacional, o esporte participação e o rendimento esportivo, em consonância com a Lei nº 9.615/98, conhecida também como Lei Pelé, que estabelece as normas gerais sobre as práticas desportivas no Brasil. Neste contexto, iniciativas institucionais se notabilizaram ao longo de 2016 como importantes para a materialização do planejamento plurianual 2016-2019.

Segundo a Lei, o desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evita a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Com essa orientação legal, o esporte educacional tornou-se o foco das ações em 2016. Competições como a Copa Estudantil Piauiense de Futebol Sub-20, os Jogos Escolares Piauienses – JEPs, o projeto Vôlei Piauí e a organização da delegação para os Jogos Escolares da Juventude compuseram as ações mais relevantes no âmbito educacional.

A Copa Estudantil Piauiense de Futebol Sub-20, evento de grande sucesso desde a sua primeira edição, realizada em 2005, mais uma vez teve ampla participação e êxito na temporada de 2016.

Considerada em 2006, no RANKBRASIL, como o maior campeonato de futebol amador entre municípios do Brasil, quando contou com 153 seleções, a Copa Piauiense de Futebol Sub-20 teve, em 2016, um total de 86 seleções municipais. Os atletas inscritos somaram 2.580, com o título sendo conquistado pela seleção de Luzilândia.





bém de alunos, professores e familiares dos participantes. Os jogos tiveram a participação de 1.500 estudantes das redes pública federal, estadual, municipal e privada de ensino.

Foram realizados 181 competições e 10 torneios, em 14 modalidades esportivas. Os jogos foram abertos em uma cerimônia com milhares de pessoas.

Essa iniciativa sintetiza o ponto de encontro entre o complemento curricular da Educação Física Escolar e o processo desportivo que deve ser desenvolvido no contexto da comunidade educativa através de uma metodologia de caráter abrangente, integradora e multidisciplinar. É um evento esportivo desenvolvido em duas etapas: a primeira com estudantes de 12 a 14 anos, e a segunda com estudantes de 15 a 17 anos.

Os JEPs foram realizados para selecionar equipes e atletas para o maior evento esportivo educacional do País – os Jogos Escolares da Juventude. Em 2016, esses jogos aconteceram em João Pessoa, na Paraíba, em suas duas categorias (12 a 14 anos e 15 a 17 anos) e o Piauí participou em 11 modalidades.

A FUNDESPI levou uma delegação composta por 320 pessoas: 14 dirigentes, 33 técnicos e 273 atletas de 75 escolas piauienses, que conquistaram 16 medalhas, sendo seis de ouro, quatro de prata e seis de bronze. O badminton, o judô e o atletismo feminino, o voleibol e o handebol masculino foram os destaques piauienses desta competição nacional.

O Projeto Vôlei Piauí é uma iniciativa da FUNDESPI em parceria com a Federação de Esportes Estudantis do Piauí – FEEPI, que integra o voleibol como atividade esportiva complementar em escolas da rede pública estadual em Teresina. Com isso, busca-se dar maior qualidade de vida aos alunos,

ao mesmo tempo em que se incentiva a prática de uma atividade esportiva, que tanto pode revelar talentos quanto contribui para melhorar o desempenho dos estudantes em sala de aula e fora da escola.

O projeto foi desenvolvido em quatro núcleos instalados em escolas públicas estaduais e atendeu a 200 estudantes de 12 a 14 anos.

O Esporte Participação teve como destaque o Verão Esportivo no Litoral e as obras de infraestrutura de construção, manutenção e reformas de quadras, estádios e ginásios poliesportivos.

O Verão Esportivo no Litoral é uma iniciativa da FUNDESPI para oferecer atividades esportivas e de lazer no litoral piauiense no mês de julho, período de veraneio. Foram organizadas atividades esportivas de futebol de areia, vôlei de areia, atletismo e basquete para cadeirantes.

OBRAS PARA MELHORIA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Quanto às ações de infraestrutura, em 2016, a FUNDESPI deu continuidade a vários projetos como a reforma do estádio de futebol Deusdeth Melo, em Campo Maior. Também foram contratadas as obras de reforma dos estádios de futebol do município de São João do Piauí, Monte Alegre do Piauí, Cabeceiras e Campo Largo do Piauí. Outras obras em execução incluem a reforma de ginásios e complexos poliesportivos como os de Campo Maior, José de Freitas, Picos e São João do Piauí; a construção da Praça da Juventude em Teresina, das quadras poliesportivas de Monsenhor Gil (Canafistula e Vila Maria) e São João do Piauí.

Foram ainda contratadas as obras de construção de estádios de futebol de Buriti dos Montes, Esperantina, Simplicio Mendes e Pedro II, além da modernização do estádio Joaquim de Félix, no município de Paes Landim, em andamento, assim como a adequação da acessibilidade do estádio Albertão e a revitalização e reforma do ginásio Verdão, que neste início de 2017 será entregue à população piauiense.

Em 2016, a Volta da Cajuína foi o evento mais importante desenvolvido pela Fundação na área do esporte de alto rendimento individual. Dela participaram 400 atletas e foram investidos mais de R\$ 100.000,00 para sua execução, que envolveu ainda o patrocínio dos vencedores para a Corrida de São Silvestre.



Além dessa competição de atletismo de alto nível, diversas outras atividades foram desenvolvidas, como as seletivas regionais para a Corrida de São Silvestre, cursos de capacitação de arbitragem de futebol, a I Oficina de Esportes do Município de Esperantina-PI.

Também foram adquiridos materiais esportivos e cadeiras adaptadas para basquetebol de cadeirantes. Nesta ação foram investidos R\$ 865.003,85.

APOIO A ATLETAS E A EVENTOS ESPORTIVOS

Em 2016, a FUNDESPI apoiou os atletas José Carlos Gomes Moreira (Codó) e Rodrigo Pereira do Nascimento, que conseguiram índice nos 100 metros rasos para participar das Olimpíadas do Rio 2016. Houve ainda o apoio a atletas para participar de competições nacionais e internacionais, a exemplo dos karatecas Francisco Vitor Marcos Delano Soares e João Soares, da equipe feminina Delta Rugby, presente no Super Sevens do Campeonato Brasileiro de 2016, e de 54 capoeiristas piauienses (de Teresina, Picos, José de Freitas, Esperantina, Porto, Matias Olímpio, Luzilândia, São Raimundo Nonato e Oeiras), que estiveram no VIII Encontro Internacional de Capoeira Raízes do Brasil.

Apoio a inúmeros eventos esportivos, com destaque para os seguintes:

- Copa Norte de Futsal, Troféu Teresina de Basquete em Cadeira de Rodas (Piauí, Maranhão e Ceará) e Copa Cajuína Capoeira (com participantes de 13 estados brasileiros).
- Torneio Intermunicipal de Futsal Estudantil Masculino Amador Sub-17 (que contou com 48 seleções), Campeonato Society Master Vale do Fidalgo (com 12 equipes da região), Projeto Educando com

o Berimbau e VII Encontro Cultural de Capoeira de 2016 (com participação de capoeiristas de cinco estados da federação).

- Copa Fundespi Estudantil de Handebol, VII Circuito de Corridas Farmácia Pague Menos - Etapa Teresina (participaram 1.500 corredores de rua), os Jogos do Interior Estudantil 2016 (handebol) e Copa Hélio Queiroz de Tênis (equivalente à 4ª etapa do Campeonato Piauiense de Tênis de Mesa).

A FUNDESPI tem como principal função governamental o fomento de atividades esportivas de rendimento, lazer e educacionais. Assim, destacam-se os inúmeros convênios para a realização de eventos esportivos firmados com as prefeituras de Paes Landim, Campinas do Piauí, Cabeceiras do Piauí, São João do Piauí e Monte Alegre.

Firmou, também, convênios com associações e federações esportivas para o mesmo fim. Parcerias foram realizadas com a Federação de Jiu-Jitsu, Instituto de Futebol do Piauí, Federação de Handebol do Piauí, Federação de Esportes Estudantis do Piauí, Sindicato dos Árbitros de Futebol do Piauí, Federação Piauiense de Futebol de Salão, Associação de Atletismo do Piauí, Associação de Pescadores do Coqueiro, Associação de Judô Exedito Falcão, Federação Piauiense de Esportes para Pessoas com Deficiência, Ordem dos Advogados do Brasil, e Federação Piauiense de Boxe Amador.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, LAZER E URBANO

A Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer - CDSOL, desenvolveu no ano de 2016 várias ações no Parque Potycabana de Teresina, que integra a rede pública estadual de lazer. Foi garantido o bom funcionamento, manutenção e melhoria da qualidade da infraestrutura física do Parque. O Potycabana tem fluxo médio semanal de 15 mil pessoas, podendo dobrar essa média durante a realização de eventos. Para garantir a sua sustentabilidade, a CDSOL formalizou parcerias com a iniciativa privada a fim de fornecer à população piauiense serviços de maior qualidade, como a doação pela UNIMED de 20 (vinte) bicicletas para uso gratuito dos visitantes. Realizou também ações de incentivo ao esporte e lazer através de programação diária com aulas de exercícios funcionais, dança e esporte. Outras ações do órgão no ano de 2016:

- Recuperação de estradas nos municípios de Arraial e São Miguel do Tapuio.



• Construção da praça pública no município de Simões.

• Realização e apoio a diversos eventos que levam o desenvolvimento social e lazer pelo Estado, como a Feira Mulheres de Talento, o Projeto Potyartes e o 11º Arraiá da Região da Grande Pedra Mole.

INTERAÇÃO ENTRE SEGURANÇA E SOCIEDADE DÁ MELHORES RESULTADOS

Entre janeiro e novembro de 2016, a apreensão de drogas no Piauí foi maior que em anos anteriores. Isso resulta muito mais da eficiência policial do que do aumento do consumo de substâncias ilícitas. Um aplicativo para smartphones e tablets, com a sigla da Delegacia Especializada de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (DEPRE) foi e tem sido fundamental no êxito das ações do aparato policial do Estado no enfrentamento ao tráfico.

O DEPRE foi baixado por milhares de pessoas em lojas virtuais de aplicativos para telefones celulares e tablets. Denúncias feitas pelo aplicativo resultaram em investigações que culminaram em operações policiais bem-sucedidas que ampliaram a apreensão de drogas e a prisão de traficantes.

Em dezembro, 320 quilos de entorpecentes, entre maconha e cocaína, foram incinerados, evidenciando o êxito em um ano no qual foram presos 484 traficantes, apreendidas 73 armas, 385 motocicletas, sete carros e um caminhão usados pelo narcotráfico no Piauí.

Mais do que apreender drogas, a Segurança Pública do Piauí também atua junto a organizações que tratam dependentes químicos e fazem a prevenção ao uso de entorpecentes. Por isso, dos veículos apreendidos com traficantes, dez foram entregues para comunidades terapêuticas.



POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA VOLTADA PARA AS MULHERES

Em sua atuação no território, destacam-se as políticas de segurança pública voltadas à proteção da mulher em situação de violência. Tal política tem sido desenvolvida no território Entre Rios, mais especificamente no município de Teresina, com a implementação de três estratégias:

1) Plantão de Gênero, destinado ao atendimento qualificado e feminino de meninas, mulheres e meninos atingidos por violência flagrante.

2) Delegacia da Mulher Zona Sul, para atendimento das mulheres da zona Sul e zona rural contígua.

3) Delegacia do Feminicídio, com sede em Teresina e atuação em todos os territórios.

SISTEMA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA – SISBO

Outro destaque relevante das ações da segurança pública nos territórios em 2016 foi a criação do Sistema de Boletim de Ocorrência – SISBO, em que todos os territórios foram beneficiados com sua implantação, garantindo o registro da ocorrência policial em qualquer Distrito ou delegacia, não se adstringindo ao local de ocorrência do fato.

O SISBO foi criado para substituir o sistema de BO Eletrônico, de modo a recepcionar os registros de ocorrência nas diversas unidades policiais do Estado, de forma célere e prática, com a eficiência de facilitar os trabalhos da investigação policial e promover estatísticas capazes de fomentar a elaboração de relevantes políticas de segurança pública.



O uso de tecnologia da informação, interação entre a comunidade e a polícia e de tecnologias mais modernas e eficientes de investigação são resultado de um novo modo de fazer segurança pública. A política de segurança reativa, adotada historicamente, perdeu a capacidade de lidar com as demandas por segurança da sociedade, exigindo que o Estado adeque sua estrutura institucional, oferecendo serviços de segurança pública de qualidade para todos os cidadãos, que inclui a intensificação do policiamento ostensivo, otimizando os serviços de inteligência e contrainteligência, bem como políticas preventivas visando a redução da criminalidade e da violência doméstica.

Nesse contexto, a visão da segurança pública não deve estar limitada a uma questão de polícia. Ela se expande à prevenção do crime e ao respeito aos direitos humanos. Partindo dessa premissa, compete à Secretaria de Segurança a prestação dos serviços de polícia em geral, a preservação da ordem e dos bons costumes, a segurança pública e a proteção à integridade física, à vida e à propriedade, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, programar, supervisionar, dirigir e orientar a ação da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar (Art. 46 da LC nº 028/2003). Sobre isso, convém lembrar, que em 2016, houve maior integração das forças de segurança estaduais, resultando em operações planejadas na cidade de Teresina com a participação conjunta do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Polícia Militar.



PROJETO MIRIM CIDADÃO

Entre as ações desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública, destacam-se incentivos à implementação e fomento do Projeto Mirim Cidadão nos territórios de desenvolvimento. A finalidade é disseminar uma consciência cidadã em crianças e adolescentes por meio do Projeto Preventivo Mirim Cidadão, com vistas a efetivar o Princípio da Prioridade Absoluta para crianças e adolescentes, previsto no art. 227 da Constituição Federal.

O projeto conseguiu ampliar o número de turmas bem acima do planejado nos municípios de Teresina, Campo Maior e José de Freitas, demonstrando eficiência na condução das ações. Na mesma linha, a Secretaria de Segurança atingiu a meta planejada no tocante à reinserção social de crianças e adolescentes em situação de risco por meio do Projeto cidadão mirim em Teresina e Campo Maior.



AMPLIAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE SEGURANÇA DO ESTADO

As ações policiais rotineiras para combater e prevenir a violência se fizeram acompanhar, no âmbito da Secretaria de Segurança, de ampliação das estruturas físicas de segurança pública do Estado. Para dinamizar o fluxo operacional de prevenção e enfrentamento à violência, foram feitas reformas em seis unidades de segurança pública de Teresina, e ainda nos municípios de José de Freitas, Lagoa do Piauí, Parnaíba, Buriti dos Lopes e Picos.



POLÍCIA MILITAR MAIS EQUIPADA E MELHOR TREINADA

A Polícia Militar do Piauí buscou em 2016 ampliar e melhorar sua atuação, orientada pelos princípios norteadores da administração pública, tais como a transparência, eficiência e economicidade. Neste contexto, a PM contribuiu com ações de fortalecimento e capacitação de seu efetivo, bem como melhorias físicas e aquisição de equipamentos.

Foram adicionadas 195 novas viaturas policiais em Teresina e no interior do Estado, bem como adquiridos 2.000 coletes balísticos para proteção individuais dos policiais em serviço.

Houve um aumento do efetivo policial, com 322 novos soldados e 43 oficiais devidamente capacitados em cursos de formação.

Além disso, os cursos de formação realizados na Polícia Militar, no ano de 2016, para qualificação e aperfeiçoamento de policiais, atenderam mais de 1.500 integrantes da PM, com destaque para:

- Curso de Formação de Oficiais, com 43 alunos formados na Academia de Polícia Militar do Piauí, no período de 3/2015 a 12/2016.
- Curso de Formação de soldados, com 323 alunos, formados no Centro de Educação Profissional, no período de 29/02 a 22/07/2016.
- Curso de formação de sargentos, com 161 alunos formados no Centro de Educação Profissional, no período de 30/11/2015 a 26/02/2016.
- Curso de Aperfeiçoamento de sargento, com 123 alunos formados no centro de educação profissional, no período de 15/06 a 23/09/2016.

• Curso de Formação de sargentos com 205 alunos no centro de educação profissional no período de 08/08 a 11/11/2016

• Curso de Ciotecnia com 36 alunos no Canil/PM-PI, no período de 15/02 a 16/03/2016.

• 23ª Instrução de nivelamento de conhecimento para grandes eventos, com 149 alunos no Centro de Educação Profissional, no período de 15 a 20/02/2016.

• 24ª Instrução de nivelamento de conhecimentos para grandes eventos, com 125 alunos no Centro de Educação Profissional, no período de 22 a 27/02/2016.

• 1º Nivelamento de conhecimento Tático - COM-II/PM-PI com 40 alunos na 2ª CIA /11º BPM-São João do Piauí, no período de 31/10 a 04/11/2016.

• Treinamento em patrulhamento Tático Moto-rizado - BPRONE, com 90 alunos no Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especiais, no período de 05/09 a 22/09/2016.

• IX Estágio de aplicações Táticas - BOPE PM-PI, com 41 alunos no Batalhão de Operações Especiais, no período de 1º/07 a 12/07/2016.

• I Nivelamento de Conhecimento Tático-CPM-II/PM-PI com 79 alunos no CEP/BOPE/EXPOAPI, no período de 01/08 a 26/08/2016.

Está em andamento o Curso de formação de cabos, com 690 alunos no Centro de Educação Profissional, devendo ser encerrado em março de 2017.

Em 2016, foram formados 27 policiais militares para aplicarem o currículo PROERD para pais ou responsáveis; os pelotões mirins realizaram atividades com mais de 3.580 crianças e adolescentes promovendo autoestima, dignidade e disciplina aos mirins.

Trânsito seguro - Em 2016, houve um fortalecimento de policiais em 25% na prevenção à violência no trânsito. Desse modo, foram feitas campanhas educativas nas escolas, que atingiram em torno de 25.000 pessoas.

Foram criadas duas unidades de Fórum Consultivo Estadual sobre Trânsito. Assim como existe um Projeto-piloto de fiscalização eletrônica e automática de veículos automotores sendo implementado no Estado para diminuir os índices de acidentes no trânsito.

AÇÕES NO COMBATE À VIOLÊNCIA

Com o objetivo de combater a criminalidade, a Polícia Militar do Piauí intensificou o policiamento na capital e no interior do Estado. Os números mostram que a medida foi acertada: em 2016, a Central de Comunicação da PM-PI registrou 53.055 atendimentos à população, através do telefone 190.

Para reforçar as áreas de policiamento, foram realizadas 348 operações pelo Comando de Policiamento da Capital (CPC); 3.225 operações pelo Comando de Policiamento do Interior (CPIN), e 60 ações através do Comando de Missões Especiais (CME).

Na comparação entre 2014 e 2015, houve uma redução de 15,56% no número de homicídios em Teresina. Em 2015, foram recuperados 1.706 veículos roubados, número maior que os 1.353 carros e motos registrados em 2014.

Ademais, foram desenvolvidas ações policiais que resultaram na recuperação de 903 veículos somente nos primeiros quatro meses do ano.

A PM registrou 211 ocorrências com apreensão de drogas, de janeiro a maio de 2016. Em todo o ano de 2015, foram 380 casos de apreensão de drogas por policiais militares no Piauí.

Outro dado positivo foi a diminuição em 28% do número de registros de roubo a comércio na capital.



A PM fez ainda 275 operações de reforço do policiamento ou em eventos especiais. Além disso, a capital passou a contar com dois Comandos de Policiamento Metropolitano - CPM, um, abrangendo as áreas do 5º BPM, 8ºBPM, 13º BPM, 16º BPM e Batalhão de Guardas e CPM II, abrangendo as áreas do 1º BPM, 6º BPM, 9º BPM, 17º BPM, 18º BPM e Companhia Independente do Promorar.

Na Planície Litorânea passou a atuar o Comando de Policiamento do Litoral Meio Morte, que inclui ainda municípios dos territórios de Cocais e Carnaubais.

No interior, atuarão os Comandos de Policiamento do Semiárido (inclui municípios dos territórios do Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé e Serra da Capivara) e o Comando de Policiamento dos Cerrados (Territórios do Vale dos rios Piauí e Itaueira, Tabuleiro do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras).

Com a criação desses comandos, a PM se aproxima muito mais das comunidades, tendo condições para aprimorar o serviço de policiamento ostensivo, mais ainda porque os 11 Territórios de Desenvolvimento tiveram em 2016 um aumento de efetivo e mais aparelhamento de policial.



JUSTIÇA E CIDADANIA

A Secretaria de Estado da Justiça do Piauí, no propósito de garantir aos apenados oportunidades de ressocialização com ações de apoio, remissão de penas e promoção de cidadania, reafirma a missão de colaborar para a recuperação social do preso. O objetivo da ação é melhorar a condição de vida dos internos das 15 unidades prisionais do Estado, com elevação do nível de sanidade física, moral, educacional, além da capacitação profissional e encaminhamento para oportunidades de trabalho remunerado.

Em razão disso, foram implantadas a Diretoria de Humanização e a Escola Penitenciária, cujo objetivo é cumprir a função social da pena, incrementando condições mais humanizadas no encarceramento de homens e mulheres que descumpriram as leis, possibilitando, além do custodiamento, o trabalho social, a capacitação profissional, o sistema educacional e o desenvolvimento laboral dos internos e apenados progredidos em regime, com a finalidade de prepará-los ao retorno a uma convivência social mais equilibrada, para minimizar o círculo vicioso da violência e a reincidência criminal.

REMISSÃO DE PENAS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Entre as ações voltadas para a remissão de penas e promoção de cidadania, destacam-se a construção de um centro de justiça comunitária e apoio a egressos, um centro de triagem, quatro cursos sobre direitos, cidadania e inclusão, criação de cinco núcleos de penas alternativas em municípios com mais de 20 mil habitantes, em parcerias com o Poder Judiciário e as prefeituras. Foram feitas ainda parcerias para emissão de documentos e com entidades terapêuticas para tratamento de dependência química. Essas ações atingiram os municípios de São Raimundo Nonato, Picos, Oeiras, Altos, Teresina, Esperantina, Parnaíba e Floriano.

AÇÕES SOCIOECONÔMICAS E EDUCATIVAS

Além disso, foram promovidas ações socioeconômicas e educativas aos detentos e ampla modernização dos estabelecimentos penitenciários, em ações conjuntas e coordenadas de trabalho, educação, saúde e esporte para os detentos.

Ao lado disso, foram modernizados e fortalecidos os sistemas de segurança, com a criação de uma central de monitoramento, interligando todo o sistema prisional, uma central de penas e medidas alternativas, um convênio hospitalar com a SESAPI, fortalecimento de 10 parcerias de trabalho/emprego com a iniciativa privada, para aproveitar a mão de obra dos detentos.

A leitura e a educação estiveram ainda mais presentes nos estabelecimentos penais do Piauí, com 20 projetos educacionais, entre os quais leitura livre, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Pronatec, apoio sobre prevenção, tratamento e repressão ao uso de entorpecentes.





PRESOS FAZEM ENEM

A Secretaria de Justiça do Piauí ainda inscreveu 478 detentos de 14 unidades penais do Estado para participarem da edição 2016 do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM/PPL).

A Casa de Custódia de Teresina foi o presídio que mais inscreveu detentos (123), seguida pela Colônia Agrícola Major César Oliveira (68), penitenciárias de Parnaíba (51), Floriano (36), Feminina de Teresina (35), Esperantina (32), Masculina de Picos (26), Casa de Detenção de Altos (23), Irmão Guido (20), Casa de Detenção de São Raimundo Nonato (19), Oeiras (15), Bom Jesus (13), Feminina de Picos (11) e Casa de Albergado de Teresina (6).

Outro fato importante foi a promoção e articulação de ações de educação em direitos, proteção às mulheres e enfrentamento às drogas, cuja finalidade foi ampliar o número de conciliações especializadas para a mulher em situação de violência nas ações cíveis e de família, assim como promover novas práticas através de reeducação e reabilitação dos homens autores de violência doméstica e familiar e oferecer ou prestar auxílio para o tratamento da dependência química.

As ações realizadas no sistema prisional do Piauí são importantes para o desenvolvimento dos territórios que possuem unidades penais, uma vez que tanto recolhemos as vidas de quase 4.000 pessoas entre homens e mulheres, quanto as trabalhamos, através da humanização e reintegração social delas.



VIVA MELHOR, VIVA SEM DROGAS

A Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas – CENDROGAS – vem buscando meios efetivos de combate e prevenção ao uso de drogas. Mesmo em um momento em que há limitações de ordem financeira e orçamentária, tem-se conseguido re-

sultados significativos no combate ao crack e outras drogas. O crack tem sido o foco maior da ação da CENDROGAS, porque, de acordo com estatísticas oficiais, atinge entre 0,7% e 1% da população brasileira adulta. A capacitação de pessoal para lidar com esse problema é um dos meios que se tem usado para conscientizar a população quanto aos riscos do uso de substâncias entorpecentes, bem como o enfrentamento do problema, que hoje é também uma questão de saúde pública.

Em 2016, foram capacitadas 1.500 pessoas, entre profissionais, estudantes, jovens, lideranças comunitárias em diversos municípios do Piauí, além disso, foram implantados Conselhos de Política sobre Drogas municipais.

Também se firmaram diversas parcerias com outros órgãos para realização de ações de enfrentamento às drogas no Estado, dentre eles: SESAPI, SSP/PI, DEPRE, SASC, SEDUC, UESPI, UFPI, COJUV, PF, SENAD, PRF, OAB/PI, FENNOCT, PMPI, FUND. MILTON CAMPOS e Prefeituras municipais.

Na área da prevenção, destacamos a realização de cursos de capacitações em parceria com a Federação Norte e Nordeste de Comunidades Terapêuticas, Ordem dos Advogados do Brasil/PI, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, Secretaria da Segurança do Estado do Piauí, Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Secretaria de Estado da Educação, Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí e Fundação Milton Campos.

A Coordenadoria desenvolve ações em escolas, faculdades/universidades, CREAS, CAPS e Unidades Prisionais por meio de seminários, palestras, conferências e outras atividades. Na política de tratamento e recuperação, o Estado conta com duas casas de acolhimento (masculina e feminina) instaladas em Teresina, e ainda em parceria com diversas Comunidades Terapêuticas que realizam tratamentos e reinserção social de dependentes de Substâncias Psicoativas; vagas estas financiadas pelo Governo do Estado.

Ademais, a CENDROGAS realiza o Projeto Anti-drogas nas Escolas - Conhecer para Evitar. O objetivo é levar ao conhecimento dos alunos da rede pública e particular dos níveis fundamental e médio, palestras sobre todos os malefícios causados pelas drogas, discutindo o tema com a abertura de diferentes canais de participação entre os alunos,



educadores e família. É de fundamental importância trabalhar estratégias de prevenção e atenção ao fato do consumo de substâncias psicoativas, principalmente entre crianças e adolescentes. Dados do crescente número de usuários reforçam a necessidade de se desenvolver ações de prevenção para sensibilizar a sociedade, despertando para uma cultura de paz e valorização da vida.

Anualmente a CENDROGAS, juntamente com o Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, realiza a Semana Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. Em 2016, destacou-se durante a semana de prevenção às drogas a participação das reeducandas da penitenciária feminina de Teresina, com apresentação de uma peça teatral, cuja proposta é de humanizar e ressocializar, incentivando a produção artística entre as pessoas privadas de liberdade. Também foi realizada apresentação de uma peça teatral com crianças e adolescentes da instituição Fraternidade, o Amor é a Resposta, uma entidade parceira que trabalha a prevenção e a redução de danos no bairro Ilhotas.

Em parceria com a Fundação Milton Campos e a Coordenadoria Estadual de Enfrentamento às Drogas, foram realizadas diversas edições do Seminário: Drogas, Por Quê - Desafios para a Educação, com objetivo de formar multiplicadores de conhecimentos acerca de ações preventivas, dentre elas, a identificação de possíveis usuários e contato com as famílias. Com o trabalho preventivo de profissionais que estão inseridos nas comunidades, como educadores e profissionais de saúde, é possível ter ações mais efetivas junto a crianças e adolescentes. Os eventos contam com painéis e palestras ministradas por especialistas em prevenção ao uso de drogas, onde foram capacitados mais de 8.000 profissionais, em 19 municípios: Picos, Batalha, Teresina, Porto, Corrente, Cabeceira do Piauí, Cocal de Telha, Parnaíba, Luís Correia, Ipiranga do Piauí, Valença do Piauí, Elsbão Veloso, Floriano, São Pedro do Piauí, São Gonçalo do Piauí, Água Branca, Agricolândia, Sigefredo Pacheco e Castelo do Piauí.

Numa parceria com a Universidade Federal do Piauí, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (UFPI/PRAEC), Polícia Militar (PROERD), Secretaria de Educação do Governo do Estado (SEDUC), promoveu-se capacitação sobre prevenção às drogas.

Em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) foram feitas *blitze* educativas, juntamente com a Escola Piauiense de Trânsito (EPT), Polícia Rodoviária Estadual e Federal, na ca-

pital e nos municípios do Piauí. Com o SESC, realizou-se o evento "Vem pro Parque".

A CENDROGAS fez o trabalho de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, podendo assim levar mais conhecimento às pessoas que participam durante os dois dias de evento no Parque da Cidadania.

INICIATIVAS DA COORDENADORIA DE MULHERES

Através da Coordenadoria de Estado de Políticas Públicas para as Mulheres (CEPM), órgão vinculado à Governadoria do Estado, tem-se mantido um continuado compromisso de criar e efetivar políticas que possibilitem a diminuição dos índices de violência contra as mulheres; melhorar a estrutura dos órgãos estaduais que atendem os casos de violência doméstica; desenvolver estratégias para dar autonomia para que a mulher não se submeta à violência; capacitar os órgãos estaduais integrantes da Rede de Enfrentamento/Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e de seus quadros; e incentivar a utilização de visão interinstitucional, buscando sempre o respeito às questões de gênero.

Muitas são as ações levadas a efeito pela CEPM na busca de se alcançar os objetivos mencionados acima, o que inclui, entre outras medidas:

- A sensibilização dos gestores municipais na criação de Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM.
- O assessoramento e acompanhamento da implantação e implementação dos Organismos de Políticas para as Mulheres.
- Seminário de práticas exitosas na execução dos Organismos de Políticas para as Mulheres.
- Atendimento integral à mulher em situação de violência.
- Capacitação de técnicos, gestores e conselheiros integrantes dos órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência.
- Adoção de medidas visando a construção da Casa da Mulher Brasileira, como a doação do terreno onde será construída, e demais tramitações jurídicas e técnicas.
- Utilização e manutenção das Unidades Móveis na política de enfrentamento à violência contra a



mulher do campo, tendo sido visitados vários municípios piauienses.

- Reestruturação e manutenção do Centro de Referência para as Mulheres em situação de violência, com a locação de imóvel com melhores condições de funcionamento, equipamentos suficientes para seu bom funcionamento.

- Início da tramitação do processo de criação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, com a realização de parceria com o Banco Mundial, da qual culminou a realização de várias reuniões entre a CEPM e o banco em referência, estando em andamento projeto para tal finalidade, com previsão de efetivação no ano de 2017.

- Visitas de sensibilização aos municípios para incentivar a criação dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher.

- Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher.

- Manutenção do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

- Confeção e entrega de exemplares de cartilhas sobre a Lei Maria da Penha, em cumprimento à Lei nº 6.731 de 24 de novembro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que indica para consulta da população, em local visível e de fácil acesso nas Delegacias de Polícia, nas Bibliotecas Públicas das Escolas Públicas da rede estadual de Ensino e nas Bibliotecas Públicas no âmbito do Estado do Piauí.

Nesse cenário, merecem destaque os Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM, que são agentes governamentais locais de promoção das políticas públicas dirigidas às mulheres em suas localidades, e os Conselhos Municipais de Defesa

dos Direitos das Mulheres. Cada OPM criado potencializa as possibilidades de ações específicas dirigidas à população feminina nos Municípios. Além disso, sua criação demonstra o reconhecimento do poder público com relação às desigualdades e discriminações existentes, e sinaliza para a população o desejo de revertê-las.

Hoje, no Piauí, temos o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres e 11 Conselhos Municipais em funcionamento. A CEPM, em parceria com o Conselho, está monitorando e fiscalizando as ações dos Conselhos existentes e incentivando a criação de 30 Conselhos municipais para o quadriênio 2016/2019.

Importante salientar que o investimento nessas ações, no ano de 2016, foi de R\$ 1.000.000,00, o que denota que o custo/benefício dessas atividades foi de excepcional proveito.

Acrescente-se que os projetos e ações da CEPM previstos no PPA para o quadriênio 2016/2019 e que serão desenvolvidos no ano de 2017, continuarão em plena execução, de sorte que sejam alcançadas as metas ali traçadas.



A CIDADANIA VAI AO ENCONTRO DAS MULHERES

Há no Piauí dois ônibus especialmente desenvolvidos para o trânsito na área rural, que são unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência. Eles levam a essas mulheres em pontos remotos serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Campo e da Floresta. Com isso, prestam serviços de prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramento legal, além de levarem educação e informação, incluindo palestras e esclarecimentos da Lei Maria da Penha e sua aplicação.

Essas Unidades Móveis representam uma importante iniciativa para alavancar as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e da floresta, preferencialmente as mulheres integrantes dos assentamentos, quilombolas, ciganas, indígenas e ribeirinhas.

Cabe ressaltar que o investimento nessa ação, no ano de 2016, foi de R\$ 1.099.350,99, o que denota que o custo/benefício dessa atividade foi de excepcional proveito. As ações das Unidades Móveis desenvolvidas no ano de 2016 alcançaram mais de



2.500 pessoas de 23 municípios piauienses, distribuídos por nove territórios de desenvolvimento, conforme a seguir:

ENTRE RIOS – Altos (Pernambuquinho) e Alto Longá (Assentamento Quilombos): 379 atendimentos, sendo 275 mulheres adultas, 64 adolescentes do gênero feminino e 40 adolescentes do gênero masculino.

CARNAUBAIS – Novo Santo Antônio (São José do Matos), Juazeiro (Croatá) e Campo Maior (Água Fria): 556 atendimentos, sendo 357 mulheres adultas, 143 adolescentes do gênero feminino e 56 adolescentes do gênero masculino.

PLANÍCIE LITORÂNEA – Luís Correia (Maramar): 64 atendimentos, sendo 30 mulheres adultas, 22 adolescentes do gênero feminino e 12 adolescentes do gênero masculino.

VALE DO GUARIBAS – Picos (Chapada do Mombambo), Geminiano (Uberlândia Ambrósio): 153 atendimentos, sendo 91 mulheres adultas, 43 adolescentes do gênero feminino e 19 adolescentes do gênero masculino.

COCAIS – Batalha (Assentamento Caraíbas II), Esperantina (Vassouras), São João do Arraial (Marajá), Joaquim Pires (Assentamento Flamengo), Luzilândia (Olho D'Água), Joca Marques (Jatobá), Cocal de Telha (Cocalinho): 683 atendimentos, sendo 465 mulheres adultas, 155 adolescentes do gênero feminino e 63 adolescentes do gênero masculino.

VALE DO CANINDÉ – Colônia do Piauí (Angical-Quilombo), Oeiras (Fomento): 191 atendimentos, sendo 120 mulheres adultas, 48 adolescentes do gênero feminino e 23 adolescentes do gênero masculino.

VALE DO SAMBITO – Francinópolis (Malhada Vermelha): 76 atendimentos, sendo 40 mulheres adultas, 25 adolescentes do gênero feminino e 11 adolescentes do gênero masculino.

CHAPADA DAS MANGABEIRAS – Bom Jesus (Eugenópolis), Avelino Lopes (Deonezinho), Corrente (Santa Marta), Parnaaguá (Sede): 333 atendimentos, sendo 220 mulheres adultas, 81 adolescentes do gênero feminino e 32 adolescentes do gênero masculino.

VALES DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRA – Pajeú (Nova Esperança): 93 atendimentos, sendo 50 mulheres adultas, 28 adolescentes do gênero feminino e 15 adolescentes do gênero masculino.



ACÇÕES PARA ATENUAR EFEITOS DE CINCO ANOS DE SECA

Em 2016, o Governo do Estado realizou esforços, através da Defesa Civil, para minimizar os efeitos da seca, principal desastre verificado sobre a comunidade piauiense, afetada com ações de distribuição de água através de operação carro-pipa, perfuração e instalação de poços tubulares, instalação de sistemas de abastecimento de água, limpeza e recuperação de barreiros e pequenas barragens, elaboração de projetos para instalação de adutora de engate rápido, distribuição de kits de ajuda humanitária, recuperação de barragens, construção de reservatórios estratégicos para o abastecimento de água. A estiagem de cinco anos seguidos, que reduziu os estoques de água de superfície e dificultou o acesso a reservas subterrâneas, obrigou o Governo a acatar decretos de emergência das prefeituras e a usar carros-pipa para o atendimento emergencial.

Foram aplicados, a partir de setembro, com repasses do Governo federal e contrapartida estadual, R\$ 10,1 milhões para a realização de operação carro-pipa em 42 municípios, mobilizando 214 caminhões numa área onde residem 124 mil pessoas. As cidades atendidas emergencialmente com carros-pipa: Acauã, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Bonfim do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Caridade do Piauí, Coronel José Dias, Cural Novo do Piauí, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fatura do Piauí, Francisco Macedo, Fronteiras, Guaribas, Isaias Coelho, Itaueira, Jacobina do Piauí, Jaicós, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, Marcolândia, Massapê do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Padre Marcos, Pio IX, Queimada Nova, São Braz do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Julião, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Várzea Branca e Vila Nova do Piauí.



PREVENÇÃO DE DESASTRES

Destacam-se ainda as ações de prevenção, com a finalidade de prevenir desastres, com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais. Desse modo, foram concretizadas ações de proteção e defesa civil, orientadas aos territórios com maior vulnerabilidade social e risco de desastres em 60 municípios.





ACÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS

Ademais, em 2016, houve implantação de ações de recuperação dos danos causados por desastres, cuja finalidade é restabelecer o cenário destruído mediante ações de socorro, de construção e/ou recuperação de áreas destruídas, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. Por conseguinte, ocorreram restabelecimento do estado de normalidade em 60 municípios.

Por fim, ocorreram ações de construção e recuperação de obras estruturantes relacionadas a fenômenos climáticos e desastres, no intuito de Assistir às populações dos municípios piauienses atingidos por fenômenos climáticos e desastres, bem como construção de infraestrutura para garantir a não ocorrência de desastres naturais. Dessas ações, foram implantados sistema de abastecimento de água.



DESTAQUE POR TERRITÓRIO EM 2016

Planície Litorânea: projetos para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água.

Cocais: implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água no município de Campo Largo do Piauí.

Carnaubais: recuperação do sistema de abastecimento de água do município de Pedro II, com recursos federais destinados à perfuração de poços tubulares e implantação de rede de distribuição, face ao iminente colapso do açude Joana, principal manancial para abastecimento local.

Entre Rios: implantação de sistema de abastecimento de água em diversos povoados do município de Miguel Alves.

Vale do Sambito: implantação de sistemas de abastecimento de água em Pimenteiras, Lagoa do Sítio e Valença do Piauí.

Vale do Rio Guaribas: construção do reservatório para armazenamento de água do Poço Estratégico, em São João da Canabrava.

Vale do Canindé: implantação de sistema de abastecimento de água em Oeiras, Cajazeiras do Piauí, Simplício Mendes, São Francisco do Piauí.

Serra da Capivara: construção de uma estação de tratamento de água em Capitão Gervásio Oliveira, vales dos rios Piauí e Itaueira: implantação de sistemas de abastecimento de água em Rio Grande do Piauí e Paes Landim.

Tabuleiros do Alto Parnaíba: construção de pequenos barreiros na zona rural do município de Ribeiro Gonçalves.

Vale do Rio Itaim: Limpeza e recuperação de barreiros e pequenas barragens em diversos municípios.

Chapadas das Mangabeiras: implantação de sistemas de abastecimento de água em Parnaaguá, Monte Alegre e Colônia do Gurgueia.



PIAUI USA ATÉ AVIÕES EM COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Uma série de incêndios florestais que devastaram áreas de mata e atingiram pessoas e rebanhos levou o Governo do Piauí a agir com rapidez. A situação de emergência levou o Corpo de Bombeiros a usar todo seu efetivo no combate ao fogo e até aeronaves foram usadas no trabalho.

Três aeronaves atuaram durante uma semana no rastreamento e combate aos focos de incêndios da zona rural de Teresina. Também foi usado um drone para monitorar áreas de ocorrência de fogo em áreas de floresta.

O avião-tanque usado no combate a incêndios tinha capacidade para despejar 3.000 litros de água sobre os focos de incêndio e autonomia de 10 horas de voo. Além disso, foi montada pela Secretaria de Segurança uma força-tarefa para combater queimadas na região metropolitana de Teresina. Mais de 100 pessoas, entre policiais militares, civis, e rodoviários federais, pessoal civil das Secretarias de Defesa Civil e de Meio Ambiente e voluntários se uniram ao Corpo de Bombeiros para controlar os incêndios.

Em outubro, com baixa umidade e elevadas temperaturas, houve um aumento dos focos de incêndio. Somente na região de Teresina foram registradas 122 ocorrências, sendo 99 de fogo em mata na zona rural e 23 de incêndios em vegetação na área urbana. Como houve destruição das casas de dezenas de famílias nas zonas rurais de Teresina, União, José de Freitas e Lagoa Alegre, com perdas materiais totais, o governo adotou medidas para ajudar essas pessoas.

Além das ações emergenciais para conter os incêndios – como a proibição de queimadas, mesmo controladas – o governo atua para que em 2017 sejam adotadas medidas preventivas para evitar a propagação de incêndios florestais em todo o Piauí.







**TRANSFORMAR
A REALIDADE
EM BENEFÍCIO
DE TODOS**



100.000

famílias de agricultores familiares atendidos com mudas e sementes.

US\$ 33.000.000

estão sendo investidos no Programa Viva Semiárido, que atinge 89 municípios.

1.849,8 GW

é a quantidade de energia gerada em parques eólicos no Piauí nos próximos dois anos.

103.776

imóveis incluídos no Cadastro Ambiental Rural, superando 8,6 milhões de hectares.

R\$ 37,7 BILHÕES

é o valor do PIB do Piauí, que segue com crescimento acima da média brasileira.

Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí apresentou em 2014 uma expansão de 5,3%, conforme dados disponibilizados pelo IBGE e Fundação CEPRO em novembro. O PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas no Estado, atingiu R\$ 37,7 bilhões.

Manter uma dinâmica de expansão do PIB do Piauí acima do crescimento da economia brasileira é um desafio para o Governo do Estado, especialmente nos anos de 2015 e 2016, quando a retração econômica fez diminuir as receitas e dificultou investimentos públicos e privados.

O trabalho do Governo foi o de manter equilíbrio financeiro através do qual pudessem ser mantidas ações de desenvolvimento econômico sustentável nas mais variadas áreas, como a economia rural, com incentivo e apoio à agricultura familiar, ao agronegócio e aos mais competitivos arranjos produtivos locais.

O Governo também cuidou de garantir investimentos que assegurassem melhor qualidade de vida a populações rurais, através de programas como o Viva Semiárido e o Progere II, ao mesmo tempo em que apoiava empreendimentos que estão transformando o Piauí em um dos grandes produtores brasileiros de energia eólica, que cada vez mais tem importância na matriz energética brasileira.

Outro avanço na área de energia é o início da prospecção para pesquisa de viabilidade da produção de gás natural no lado piauiense Bacia do Parnaíba. Juntamente com novos empreendimentos na mineração, esta deve ser uma nova área de expansão econômica no Piauí nos próximos anos, completando-se com novos negócios na agropecuária e indústria voltada para o mercado externo.

O crescimento de novos negócios em áreas onde existem impactos ambientais e a necessidade de mais e melhor qualificação de mão de obra levam o Governo a atuar para dar suporte. Com isso, o Governo esforçou-se para criar uma lei de inovação tecnológica, melhoria da fiscalização sanitária animal, vegetal e ambiental, além de recuperar estabelecimentos para qualificação de pessoal.

Uma boa interface do Governo com todos os segmentos produtivos, do maior ao menor, é uma rotina positiva que se confirma com o incentivo à criação de câmaras setoriais nos mais variados ramos da economia piauiense.

Tem-se uma ação de Governo, descrita a seguir, com foco na manutenção de um crescimento econômico estadual, se possível com taxas maiores que a média brasileira.





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO NO CAMPO

Aquisição e produção de sementes e mudas – Foram adquiridas para a safra agrícola 2016/2017, 320 toneladas de sementes de feijão, milho e sorgo, 500 mil raquetes de palma forrageira e um milhão de mudas de caju anão precoce, a serem distribuídas diretamente a cerca de 100.000 famílias de agricultores familiares ou aproximadamente 400 mil pessoas.

Garantia safra – Desde 2003, esse programa já aportou cerca de R\$ 600 milhões no Piauí, dos quais R\$ 56.533.772,05 do Estado, R\$ 22.877.602,11 dos municípios e R\$ 7.629.048,10 aportados pelos trabalhadores. O volume de recursos repassados pelo Governo federal aos agricultores familiares do Piauí somou R\$ 512.530.002,74. Para o ano agrícola 2015/2016, aderiram ao programa 196 municípios, com participação de 120.978 famílias agrícolas.

Irrigação – Implantação de 133 kits de irrigação do convênio com a CODEVASF, acompanhamento da implantação dos projetos de irrigação de Colônia do Gurgueia (100 hectares) e Jerumenha (10 hectares).

Subsídio à energia – Esta ação atendeu 4.856 agricultores familiares e produtores rurais para piscicultura e em áreas de irrigação com até cinco hectares. O subsídio a estas atividades resultou em aporte de R\$ 16.978.764,00.

Apoio à comercialização da agricultura familiar Foram realizadas 10 Feiras da Agricultura Familiar em Monsenhor Gil, União, José de Freitas, Miguel Alves, Pau D'Arco (Festival da Melancia), Esperantina (Festival do Peixe) e Teresina, onde, por dois dias, durante a EXPOAPI, foram expostos e comercializados produtos de agricultores familiares das cidades de Teresina, José de Freitas, Esperantina, Piripiri e Pedro II. Essa experiência positiva consolidou um espaço para a participação da agricultura familiar na EXPOAPI.

Aquicultura e pesca - Produção e distribuição de 1.300.000 alevinos na estação de Nazária, atendendo as associações e grupos de piscicultores do Estado do Piauí. Além disso, foi feito diagnóstico da piscicultura do Estado para elaboração do Plano de Desenvolvimento do setor, tendo como referência o projeto Peixe da Amazônia e consultoria do Projeto Pacu. Encontram-se em execução projetos para implantação de tanques-rede e aquisição de insumos destinados a piscicultores de Batalha, Caxingó e Luzilândia.

Mecanização agrícola - Aquisição de cinco conjuntos de mecanização agrícola (um trator, grade aradora, carreta, roçadeira e bateadeira de cereais) beneficiando agricultores de União, Beneditinos e Oeiras, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Madeiro, pela Associação do Assentamento Murici; e São Miguel do Tapuio, pela Prefeitura Municipal. O aporte de recursos foi de R\$ 584.149,45, oriundos de convênio com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Apoio à ovinocaprinocultura - Entre as ações para este projeto, destaque para a implantação do Centro de Treinamento, Inovação e Difusão de Tecnologias para criadores de caprinos e ovinos no município de Oeiras, em convênio com a CODEVASF. Com isso, espera-se uma expansão da criação de caprinos e ovinos, com maior ganho em produtividade e mais renda para os agricultores familiares dos municípios do território do Vale do Canindé, com um investimento de R\$ 750.000,00.

Apoio à cajucultura - A Câmara Setorial da Cajucultura elaborou projeto de reestruturação da atividade no Piauí, bastante prejudicada por cinco anos de estiagem. Com o plano, o Governo do Estado assumiu o compromisso de adquirir um milhão de mudas de caju anão precoce, num investimento de R\$ 2.800.000,00, para atender aproximadamente 5.000 agricultores familiares das principais áreas produtoras nos territórios do Vale do Guaribas, Vale do Sambito, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos rios Piauí e Itauera, Entre Rios, Cocais e Carnaubais. Nessas regiões ficam concentradas as maiores perdas de áreas cultivadas com caju.



ÁGUA PARA TODOS

O Governo atuou para ampliar o nível de segurança hídrica dos piauienses residentes no campo. Para tanto, a Secretaria de Desenvolvimento atuou em três frentes:

Cisternas – Com a análise dos contratos de prestação de serviços sociais e de instalação de 5.548 cisternas de polietileno em 12 municípios da região Norte do Piauí, foi viabilizada a liberação de recursos do Ministério da Integração Nacional para a sua implantação. Além dessas, encontra-se licitado, através de chamada pública, o projeto-piloto para implantação de 336 cisternas de placa para atuar nos municípios de Pedro II, Luís Correia e Castelo do Piauí, com ações programadas para 2017.



Água canalizada – Este ano foram construídos 13 sistemas simplificados de abastecimento de água e seguem sendo feitas gestões para que o Governo Federal libere mais recursos destinados à continuidade de obras de abastecimento de água para comunidades rurais.

Pequenos reservatórios – Mobilização para liberação dos recursos para construção de 69 barreiros já licitados e monitoramento e fiscalização de sete barreiros em andamento.

Combate à pobreza rural - O enfrentamento à pobreza rural e o incentivo à geração de renda em comunidades tradicionais e quilombolas se fizeram através dos projetos Viva o Semiárido (PVSA) e Projeto Estadual de Geração de Emprego e Renda (PROGERE II), cuja atuação também contemplou outras atividades em 2016.

O Projeto Viva o Semiárido, resultante de financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem área de atuação nos territórios dos Vales do Guaribas, Sambito, Canindé e Serra da Capivara, abrangendo 89 municípios do semiárido piauiense.

Sua atuação prioritária dá-se nos arranjos produtivos da cajucultura, ovinocaprino cultura, apicultura, mandiocultura, piscicultura, artesanato e quintais produtivos, tendo como público prioritário agricultores familiares, jovens, mulheres e comunidades quilombolas. O projeto envolve recursos da ordem de U\$ 33.000.000 em seus quatro componentes:

- Desenvolvimento produtivo.
- Desenvolvimento social e humano educação contextualizada para a convivência com o semiárido, e qualificação de jovens para o trabalho.
- Fortalecimento institucional.
- Gestão e monitoramento e avaliação.

Em 2016, foi realizado o Estudo de Linha de Base/Marco Zero do PVSA; consolidou-se a estrutura de funcionamento da Unidade de Gestão do Projeto (UGP) e cinco Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGPs); pactuação de termo de cooperação com três instituições Coexecutoras – EMATER, SEDUC e SETRE; credenciamento de sete instituições para serviços de assistência técnica sistemática; contratação de oito consultores especialistas em áreas de interesse do projeto, e estão em processo de contratação outros 13 consultores; celebração de acordo de cooperação técnica com a SEMAR visando garantir os procedimentos de licenciamento ambiental.

Foram realizados eventos de divulgação/sensibilização do PVSA e pactuação com 45 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), culminando com o alcance da meta do projeto nos 89 municípios do Semiárido. Esta ação mobilizou 245 comunidades com cartas consultas apresentadas junto à UGP, 194 delas com visitas prévias realizadas pelas equipes das URGPs, resultando em 62 planos de negócio aprovados no Conselho de Gestão do Projeto.

Os 62 planos de negócio aprovados beneficiam diretamente 2.553 famílias, das quais 27% (678) chefiadas por mulheres e outras 124 tendo jovens como provedores. O investimento é de R\$ 17.133.206,61 em atividades produtivas incentivadas.

Nº	Atividades Produtivas	Quant. de Planos de Negócio
01.	Ovinocaprino cultura	14
02.	Apicultura	11
03.	Cajucultura	01
04.	Ovinocultura	07
05.	Caprinocultura	08
06.	Apicultura/Avicultura/Mandiocultura	01
07.	Processamento de Frutas	01
08.	Mandiocultura	01
09.	Processamento de mandioca	01
10.	Suinocultura	01
11.	Piscicultura	02
12.	Irrigação	01
13.	Ovinocultura e apicultura	02
14.	Apicultura e cajucultura	01
15.	Avicultura	03
16.	Ovinocaprino cultura e avicultura	04
17.	Ovinocaprino cultura e apicultura	01
18.	Caprinocultura , piscicultura e irrigação	01
19.	Cajucultura e avicultura	01
TOTAL		62

Fonte: SDR.

PLANOS DE NEGÓCIO POR TERRITÓRIO

Território	Planos de Negócio
Guaribas	29
Sambito	07
Canindé	14
Serra da Capivara	12
Total	62

FONTE: SDR.

De sua parte, o EMATER, como coexecutor do Projeto Viva o Semiárido, ficou responsável pela execução do componente desenvolvimento produtivo, com objetivo de organizar os grupos de beneficiários, capacitar técnicos e agricultores nas cadeias prioritárias fomentadas pelo PVSA, elaborar e prestar o serviço de Assistência Técnica Sistemática (ATS) aos planos de negócio, além de coordenar e monitorar o serviço de ATS prestado pelas demais entidades credenciadas para este fim.

Em 2016, a Unidade Gestora do Projeto Viva o Semiárido – UGP/PVSA, autorizou ao EMATER-PI a elaboração e prestação de ATS a 69 Planos de Negócio distribuídos nos Territórios Serra da Capivara, Vale do Canindé, Vale do Sambito, Vale do Guaribas e em seis Regiões Administrativas do EMATER-PI.

PLANOS DE NEGÓCIO CONTRATADOS E ELABORADOS PELO EMATER

Atividades Produtivas	Nº	Municípios	Atividade	Nº de Famílias	Valor R\$
Vale do Guaribas	01	Vera Mendes	Caprinocultura	20	205.604,10
	02	Padre Marcos	Ovinocaprinocultura	26	204.183,93
	04	Paulistana	Processamento de Frutas	21	163.712,47
	05	Paulistana	Ovinocaprinocultura	71	198.135,93
	06	Paulistana	Ovinocaprinocultura	29	188.000,00
	Serra da Capivara	07	Dom Inocêncio	Piscicultura em Tanque Rede	20
08		São Raimundo Nonato	Ovinocultura/Apicultura	44	340.335,51
09		Jurema	Apicultura	24	194.842,47
Serra da Capivara	10	São João do Piauí	Unidade de Beneficiamento de Mandioca	47	362.303,23
	11	Bela Vista	Ovinocultura	15	129.296,90
	12	Bela Vista	Caprinocultura	28	238.351,59
	13	São Francisco de Assis do Piauí	Apicultura	16	151.962,99
Vale do Canindé	14	Oeiras	Apoio do Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura e Avicultura Caipira	17	150.657,04
	15	Oeiras	Cadeia produtiva de Ovinocaprinocultura	14	122.119,89
	16	Oeiras	Galinha Caipira e Ovinocaprinocultura	32	276.989,68
	17	Santo Inácio do Piauí	Caprinocultura/Aguada	35	284.861,37
Vale do Sambito	18	Valença	Ovinocaprinocultura	23	205.284,72
TOTAL				496	3.808.462,46

Fonte: EMATER

MELHORIA DA QUALIDADE DOS PROJETOS PRODUZIDOS

As capacitações realizadas em 2016 consistiram em atividades de mobilização, formação, intercâmbio e visita técnica para a qualificação dos profissionais que atuam no PVSA.

Também se buscou a melhoria da qualidade dos projetos produtivos elaborados e implementados; a construção de conhecimento dos agricultores familiares, beneficiários com planos de negócio em

cadeias produtivas; a ampliação do percentual de mulheres e jovens participantes dos projetos produtivos e a troca de experiências de boas práticas.

Foram realizados 20 eventos, com a participação de 2.500 pessoas, entre representantes de associações comunitárias, sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais. As atividades de mobilização e sensibilização para ampliar a participação de famílias da agricultura familiar no PVSA alcançaram 45 municípios dos territórios do semiárido, envolvendo 1.575 atores sociais locais. Como consequência dos avanços e conquistas do PVSA, destaca-se a visita da Junta Executiva do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) ao Piauí, para conhecimento das ações implementadas e experiências dos projetos estratégicos pelo PVSA.

A Executiva foi composta por representantes de 10 Países: Arábia Saudita, Indonésia, Argentina, Quênia, Nigéria, Angola, Gana, China, Noruega, Suíça, além do staff do FIDA no Brasil, América Latina e Roma. A Junta Executiva avaliou positivamente os investimentos realizados no semiárido piauiense, e as experiências visitadas foram qualificadas como exitosas diante dos resultados alcançados.



PROGERE II GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O Projeto Estadual de Geração de Emprego e Renda (Progere II) resulta de financiamento do Banco Mundial. Sua área de atuação se estende pelos territórios Carnaubais, Entre Rios e Cocais, abrangendo 67 municípios, com recursos de R\$ 21.902.000,00 para investimento em apicultura, ovinocaprinocultura, mandiocultura, artesanato, quintais produtivos e cajucultura.

O público prioritário é formado por quilombolas, mulheres, jovens e agricultores familiares, com meta de 120 planos de investimentos produtivos (agrícolas e não agrícolas), em quatro anos.



OUTRAS ATIVIDADES DE COMBATE À POBREZA RURAL:

- Construção e inauguração de cinco Unidades Básicas Avançadas de Saúde – UBAS em Miguel Leão, Nossa Senhora de Nazaré, Bela Vista, Lagoa do Piauí e Tanque.
- Instalação de três polos da Universidade Aberta – UAB, em Passagem Franca, Barro Duro e Madeiro.
- Construção de 55 unidades habitacionais em Alto Longá (31) e Wall Ferraz (24).



QUATRO EXEMPLOS DE ÊXITO NA ECONOMIA RURAL

Entre os planos de negócio em execução, quatro são estratégicos, posto que estão ancorados por organizações cooperativas de segundo grau, ou seja, aquelas que congregam maior quantitativo de associados. Nesses planos, os investimentos somam mais de R\$ 6 milhões.

As quatro organizações que executam planos estratégicos atuam na apicultura (Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes – COMAPI, e Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis); na cajucultura (Central de Cooperativas de Cajucultores do Piauí – Cocajupi); e na caprinovinocultura, com a Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos do Município de Betânia (Ascobetânia). Elas guardam em si, além do associativismo, a característica da prática de uma produção mais afeita às práticas orgânicas e agroecológicas.

O plano de negócio da COMAPI atende mais de 1.000 famílias diretamente e, aproximadamente, 4.000 indiretamente – um universo de 20 mil pessoas. Entre as famílias atendidas, 579 são de cooperados.

Os investimentos somam R\$ 1.251.030,85, numa área de 10 municípios, com 45 comunidades rurais, onde atuam os apicultores.

Com a implementação do plano de negócios, a COMAPI passou a trabalhar com 11.945 colmeias, o que aumenta a produção e a inserção de novas famílias beneficiárias no processo econômico social da cadeia produtiva apícola.

Ainda no incentivo à apicultura, destaque-se o plano de negócios da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro – Casa Apis, localizada no território Vale do Guaribas, com sede no

município de Picos, se constitui numa cooperativa de segundo grau, composta por cinco cooperativas singulares com sedes em Picos, Itainópolis, Anísio de Abreu, Piracuruca e São José do Piauí, e alcance de municípios de outros territórios. A Casa Apis atua em 40 municípios, com 52 associações congregando 850 apicultores familiares.

O plano de negócio em execução, com investimento de R\$ 1.700.945,12, contempla 329 famílias para a geração de renda de segmentos excluídos da população, em bases sustentáveis, solidárias e distributivas. Outra meta é ampliar a produtividade com melhorias nas condições físicas de trabalho dos apicultores nas comunidades de base da Casa Apis.

A Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí (Cocajupi), com sede em Picos e atuação no território Vale do Guaribas, é formada por nove cooperativas singulares e atende a 450 famílias da agricultura familiar.

O plano de negócio foca principalmente na ampliação da capacidade produtiva e comercial da cajucultura, com uma série de atividades para aumento da produção, produtividade e volume de comercialização dos produtos; plantio e replantio de pomares de cajueiros; e melhoramento do manejo das práticas produtivas de seus cooperados. O plano contempla 331 cooperados, com investimentos de R\$1.702.569,86.

A Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos de Betânia do Piauí (Ascobetânia) é uma entidade formada por pequenos criadores e agricultores familiares de todo o município de Betânia do Piauí, no território Vale do Guaribas.

O plano de negócio em execução busca ampliar a capacidade produtiva e comercial da ovinocaprinocultura, beneficiando direta e indiretamente 327 associados, com investimentos de R\$ 1.355.458,06.





PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos, uma ação do Governo Federal, executada pelo Governo do Estado, aplicou R\$ 3.389.781,26, na compra de 976.248,51 quilos de alimentos, produzidos por 1.484 famílias de agricultores em 128 municípios dos 11 territórios de desenvolvimento.

Os alimentos produzidos por agricultores familiares são distribuídos a diversas organizações sociais e assistenciais, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), associações comunitárias, hospitais, igrejas, escolas e estabelecimentos penais.

O PAA fortalece a agricultura familiar, porque assegura a venda dos alimentos produzidos, a preço justo e com garantia de pagamento. Isso garante renda a milhares de pessoas, além de servir como um suporte para a inversão de parte do faturamento em expansão de negócios na agricultura familiar.



GARANTIA-SAFRA UM SEGURO CONTRA PERDAS AGRÍCOLAS

Outra ação garantidora de maior tranquilidade econômica para o homem do campo é o Garantia-Safra, uma ação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), levada a efeito no Piauí pela SDR. Destina-se a agricultores familiares de municípios onde haja ou tenha havido perdas de safra em razão de extremos climáticos, como secas e enchentes. Os agricultores que aderirem ao Garantia-Safra (GS) nos municípios em que forem verificadas perdas de pelo menos 50% do conjunto da produção, recebem o benefício diretamente, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. Para participar do Garantia-Safra, é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores façam adesão ao programa.

O Estado do Piauí participa do Garantia-Safra desde o ano agrícola 2002/2003. Ao longo desse período de 14 safras, o Estado aportou **R\$ 56.533.772,05**, os municípios aportaram **R\$ 22.877.602,11** e os agricultores familiares aportaram **R\$ 7.629.048,10**.

O Programa já pagou **R\$ 599.570.425,00** aos agricultores familiares aderidos, que tiveram perda comprovada de produção, o que significa que a União já repassou aos agricultores familiares **R\$ 512.530.002,74**.

AGENDA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento territorial do Estado vem sendo construído de forma participativa a partir de uma estratégia conjunta de trabalho operacionalizada pela Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN, Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, EMATER, Fundação CEPRO e Secretaria de Turismo-SETUR, no que tange à implementação das ações, objetivando a construção da Agenda de Desenvolvimento Econômico-Produtivo no Território de Desenvolvimento Serra da Capivara.

Iniciada com o propósito de se constituir numa experiência piloto para referenciar os demais territórios, a ADT, no Território Serra da Capivara, além de permitir o diálogo entre os diferentes instrumentos de planejamento como o PPA e a LOA, em especial nos níveis estadual e municipal, promoveu o adensamento de ações previstas, tendo como foco os principais Arranjos Produtivos Locais (APL) e o desenvolvimento das cadeias produtivas correlatas, estimulando a formação de parcerias e incentivos ao investimento privado, tendo como principais eixos os arranjos produtivos **da Apicultura, da Ovinocaprinocultura, e do Turismo**, além de iniciativas inclusivas já em curso, a exemplo do **cultivo irrigado da uva**, no município de São João do Piauí, experiência que ganha relevância pela inovação no processo produtivo, já em fase de consolidação no Território.

A Agenda do Desenvolvimento Territorial possibilitou a identificação de ações prioritárias de investimentos no sentido de potencializar o que vem sendo realizado, identificar as demandas solucionadas, gerenciar os conflitos existentes e mapear demandas ainda não atendidas pela sociedade.

Foram realizadas três plenárias preparatórias nos municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Anísio de Abreu, além de um evento de validação em São Raimundo Nonato, envolvendo cerca de 250 participantes ao longo do processo, representando instituições públicas e privadas dos 18 municípios do território.



No ano agrícola 2015/2016, o seguro safra teve 196 municípios participantes, beneficiando um total de 120.987 famílias, com um aporte financeiro de R\$ 12.339.745,00 por parte do Governo do Estado. Na atual fase, o pagamento do benefício está em análise.

Para o ano agrícola 2016/2017, esperam-se a participação de 150 mil famílias, já havendo 115.977 inscrições homologadas. O número de municípios aderentes ao programa e o aporte financeiro do Governo do Piauí ainda estão por ser definidos



PROGRAMA NACIONAL DO CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) tem como objetivo garantir o acesso à terra ao agricultor familiar de baixa renda que não tem terra ou com terra insuficiente para garantir o sustento da família, na definição do Estatuto da Terra, e que não tenha acessado os programas de Reforma Agrária por meio do INCRA.

Nesta modalidade, o agricultor familiar adquire a terra em duas linhas de financiamento: SIC (Subprojeto de Investimento Comunitário) e SIB (Subprojeto de Investimento Básico). A primeira é destinada para associações e, a segunda, à Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), com financiamento individual.

Na modalidade associativa, além da aquisição do imóvel pelo Fundo de Terras da Reforma Agrária (SAT Subprojeto de Aquisição da Terra), são garantidos os investimentos básicos – SIC, como energia, casas, abastecimento de água e projetos produtivos, dependendo da disponibilidade de recursos no projeto. Na modalidade individual, o agricultor não faz jus aos investimentos. Nas duas formas são garantidas a assistência técnica e a extensão rural, por empresa escolhida pelos beneficiários por um período de até sete anos.

Em 2016, foram assentadas 127 famílias no Piauí, com aplicação de recursos superior a 6,5 milhões de reais, ao mesmo tempo em que foram preparados os processos de 449 famílias que tramitam nos bancos para a contratação. Com isso, o número de processos encaminhados para assentamentos soma 576 famílias, mais que a meta prevista, de 450 famílias a serem assentadas nas duas modalidades.

Foram implementadas também ações visando consolidar os assentamentos realizados em anos anteriores, viabilizando, em parceria com as associações beneficiárias e a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, financiamento de **R\$ 6.240.000,00**, por meio do PRONAF, beneficiando diretamente 240 famílias com projetos produtivo

QUADRO RESUMO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO

Áreas contratadas			Valor aplicado R\$			
Território	Área ha	Fam.	SAT	SIC	SIB	TOTAL
Planície Litorânea	785,220	30	442.340,00	1.082.762,00		1.525.102,00
Carnaubais	121,80	05	120.034,00		40.340,00	143.522,00
Cocais	23,34	01	17.852,00		8.926,00	25.778,00
Chap. Mangabeiras	134,00	05	118.850,00	178.700,00		297.500,00
Entre Rios	120,58	03	67.040,00		33.520,00	97.560,00
Vale do Canindé	1.100,08	28	657.094,00	700.370,00	27.000,00	1.384.464,00
Vale do Guaribas	871,60	35	631.836,00	1.261.850,00	34.750,00	1.928.436,00
V. Rio Piauí Itauera	548,34	20	412.980,00	739.000,00		1.151.980,00
TOTAL	3.704,96	127	2.468.026,00	3.962.682,00	144.536,00	6.554.342,00

Fonte: SDR.

PROPOSTAS ENCAMINHADAS PARA ANÁLISE E CONTRATAÇÃO DOS BANCOS

Território	Famílias
Cocais	4
Carnaubais	31
Entre-Rios	39
Vale do Sambito	20
Vale do Guaribas	115
Vale do Canindé	87
Chapada das Mangabeiras	44
Tabuleiros Alto Parnaíba	35
Vales dos Rios Piauí e Itauera	74
TOTAL	449

FONTE: SDR.



ATER NOS ASSENTAMENTOS

O EMATER elaborou uma proposta de assistência técnica e extensão rural para contemplar 2.800 famílias oriundas de 90 assentamentos do INCRA, em 10 municípios do território Entre Rios, com a finalidade de construir, de forma participativa, projetos produtivos para aplicação dos créditos fomento e crédito fomento-mulher, na ordem de R\$ 18 milhões.

O processo de aprovação e alinhamento de agendas levou cerca de 10 meses para que o Termo de Cooperação Técnica entre EMATER-PI e INCRA fosse assinado em novembro de 2016, de modo que as atividades resultantes disso somente devem ser executadas em 2017.





ATER PARA MULHERES RURAIS

Os serviços de assistência técnica voltados especificamente para mulheres agricultoras familiares é uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria. Beneficiam-se desses serviços 240 mulheres do Território dos Carnaubais nos municípios de Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Juazeiro do Piauí, São João da Serra, Campo Maior, Jatobá do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Cabeceiras do Piauí, Sigefredo Pacheco e Cocal de Telha.

As atividades contratadas são executadas de forma coletiva (reuniões, oficinas e intercâmbios) e individual (visitas técnicas) e têm como objetivo promover a autonomia econômica, financeira, política e organizacional das mulheres rurais.

No que se refere ao aspecto produtivo, o foco é o aumento da renda familiar, integrando essas mulheres como contribuintes ativas da dinâmica econômica e financeira de suas famílias.



CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES

A ação de capacitação de agricultores familiares no Estado do Piauí foi levada a efeito a partir das demandas das associações e cooperativas de agricultores, assim como daqueles beneficiários de outras ações de assistência técnica e extensão rural, desenvolvidas pelo EMATER.

Em 2016, foram realizados 20 cursos de capacitação envolvendo 291 agricultores e agricultoras familiares, em 16 municípios. Com os cursos, amplia-se a possibilidade de acesso às políticas públicas para agricultura familiar, tais como o mercado institucional (PAA e PNAE), crédito do PRONAF e outras linhas de financiamento para agricultura familiar.

Os cursos realizados enfocaram o aproveitamento integral de produtos agrícolas como a melancia, a macaxeira, o pendúculo do caju, da goma, produção de derivados do leite, processamento e filetagem de tilápia e processamento de frutas para a produção de polpa.



PROGRAMA CRÉDITO-RURAL

O Programa Crédito Rural tem por objetivo o fortalecimento dos sistemas produtivos dos Agricultores familiares através da captação de crédito - Linhas de atuação, investimento ou custeio ao

amparo do Fundo Constitucional do Nordeste-FNE (Banco do Nordeste) e do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e CAIXA) e serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, possibilitando o incremento da renda e geração de empregos no campo e a consequente melhoria da qualidade de vida da população rural. O EMATER-PI desenvolveu a ação nos 12 Territórios de Desenvolvimento do Estado, abrangendo 92 municípios, beneficiando diretamente 4.059 famílias.

ÁGUA BOA ONDE ANTES SÓ HAVIA ÁGUA SALOBRA

Onde há uma secular falta de água, seja por escassez de chuva, seja porque a formação geológica do terreno não permite acumulação de água subterrânea, há agora uma esperança, com nome e sobrenome: Programa Água Doce (PAD), uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil.

A proposta é garantir permanente acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização para atender, prioritariamente, populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido. No Estado do Piauí, o programa é executado pelo EMATER -PI, nos seguintes territórios e municípios:

Serra da Capivara: Campo Alegre do Fidalgo e Lagoa do Barro.

Vale do Guaribas: Curral Novo do Piauí, Betânia, Acauã, Caldeirão Grande do Piauí, Massapé e Queimada Nova.

Vale do Rio Canindé: São Francisco de Assis do Piauí.

Vale do Rio Piauí e Itauera: Pedro Laurentino.

Vale do Rio Guaribas: São Julião e Vila Nova.

No ano de 2016 foram finalizados 201 diagnósticos socioambientais e técnicos, 71 testes de vazão de poços selecionados, 31 projetos executivos e entrega de três sistemas no município de Betânia do Piauí, nas comunidades Laranjo, Silvino e Barra dos Pereiros.



DEFESA AGROPECUÁRIA

A parceria estabelecida entre a Agência de Defesa Agropecuária (ADAPI) e o Ministério Público tem contribuído para melhorar a qualidade da oferta



de carne e derivados ao comércio piauiense, através de vistorias do Serviço de Inspeção Estadual – SIE, a matadouros públicos e privados, bem como orientações para se adequarem às normas técnica, conforme a legislação vigente.

As ações de defesa sanitária vegetal por sua vez têm contribuído para o desenvolvimento do agonegócio piauiense, especialmente no Sudoeste do Piauí, onde predominam grandes propriedades de produção de grãos nos cerrados, e ainda nos Platôs de Guadalupe, com a produção de bananas para consumo interno e exportação com Certificado Fitossanitário de Origem.

O Serviço de Fiscalização de Agrotóxico tem desempenhado a sua função no controle e uso de insumos agroquímicos em todo o Estado, principalmente no que se refere ao cadastro de agrotóxicos, registro de estabelecimentos, fiscalização de propriedades, revendas, transporte e destino das embalagens vazias com vistas a preservar a saúde do trabalhador e consumidor, além de minimizar o impacto ambiental.

O Serviço de Defesa Sanitária Animal e Vegetal cobriu todo o Estado através de 13 Unidades Regionais, 41 Unidades de Saúde Animal e Vegetal – USAVs, localizadas estrategicamente em 41 municípios piauienses e 146 Escritórios de Atendimento à Comunidade, perfazendo um total de 187 municípios com a presença da ADAPI. O trabalho esteve apoiado em treze (13) barreiras fito e zoossanitárias fixas, implantadas nos limites com os estados vizinhos.



ALGUNS NÚMEROS DA AÇÃO DA ADAPI EM 2016:

- Fiscalização de 90% dos estabelecimentos agropecuários que revendem vacina contra febre aftosa, em 48% dos locais que concentram animais e em 58% das propriedades com risco sanitário.
- Cobertura de 96% do rebanho com vacina contra aftosa.
- 32 vistorias feitas pelo Sistema de Inspeção Estadual.
- 46 mil toneladas de produtos de origem vegetal classificados.
- 280 eventos de educação e conscientização, do qual participaram 3.080 produtores e consumidores.
- Fiscalização em 94 estabelecimentos de revenda de agrotóxicos e em 213 propriedades que usam esses produtos.
- 28.598 fiscalizações no trânsito de veículos com produtos e subprodutos de origem vegetal.
- 5.480 levantamentos fitossanitários em unidades de produção agrícola.

CÂMARAS SETORIAIS

Criadas para estabelecer um diálogo entre representantes do setor produtivo e a administração pública, as Câmaras Setoriais começam a atuar para que sejam atendidas demandas de cada área, bem como encaminhar soluções que resultem em um ambiente mais apropriado para os negócios de cada área de atuação.

Nas Câmaras, organizações representativas podem interagir entre si e com o Estado, de tal forma que possam influenciar e alterar os ambientes organizacionais e institucionais, no sentido de aumentar a eficiência das relações econômicas e a eficácia das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário, além de contribuir na elaboração do Planejamento Estratégico para o setor do desenvolvimento rural do Estado.

No âmbito da SDR já existem nove câmaras setoriais: agronegócio, apicultura, avicultura, cajucultura, fruticultura, leite e derivados, ovinocaprinocultura, piscicultura e suinocultura. Todas estão formalmente constituídas por decreto do governador e realizando reuniões bimensais.

Além das reuniões específicas de cada Câmara, foram realizadas, em 2016, três reuniões conjuntas para discussão sobre a questão da energia, a Lei de Inspeção Sanitária Animal e a aquisição de abatedouros móveis.

As Câmaras Caju, Agronegócio e Leite comemoram o sucesso das reuniões em que foram acordadas a estratégia para a recuperação da área de caju perdida, em virtude do longo período de estiagem; a garantia de mais segurança para as fazendas do agronegócio; a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Leite no Estado, e o envio para a Assembleia da proposta de lei de Inspeção Sanitária Animal.

Além disso, avançou-se na elaboração dos diagnósticos e dos Planos de Desenvolvimento da Apicultura, Agronegócio, da Cajucultura, da Ovinocaprinocultura e da Fruticultura, bem como realizaram-se dois seminários estratégicos pela discussão do tema e pela integração de experiências ligadas à criação de tilápias e à Ovinocaprinocultura.





DEFESA AGROPECUÁRIA FAVORECE A ECONOMIA RURAL

A economia rural piauiense tem na fiscalização agropecuária um importante instrumento para tornar-se mais competitiva. Isso porque as exigências sanitárias internacionais para exportação de produtos de origem animal e vegetal são cada vez maiores.

Nesse sentido, o Piauí tem mantido incessante esforço para a manutenção do certificado internacional de área livre da febre aftosa com vacinação e do certificado de área livre da Sigatoka Negra e do Moko da bananeira.

As ações de defesa sanitária animal e vegetal têm contribuído para o desenvolvimento do agronegócio piauiense e para a saúde da população através de: inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis.

Importante também é o controle de uso, aplicação, armazenamento e comercialização de agrotóxicos, bem como dos produtos fitossanitários, seus componentes e afins.

O Serviço de Fiscalização de Agrotóxico tem desempenhado a sua função no controle e uso deste insumo em todo o Estado, principalmente no que se refere a: cadastro de agrotóxicos, registro de estabelecimentos, fiscalização de propriedades, revendas, transporte e destino das embalagens vazias com vistas a preservar a saúde do trabalhador e consumidor além de minimizar o impacto ambiental.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em 2016, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) executou levantamento georreferenciado da poligonal dos imóveis abaixo descritos, objetivando a regularização fundiária de pequenos agricultores familiares:

São Raimundo Nonato - Glebas I e II, beneficiando 532 famílias numa área de 75.000 hectares.

José de Freitas - Vassouras, Douro I e Vizeu e Salvaterra, beneficiando 280 famílias em área de 11.478 hectares.

Sebastião Leal - Vagusa, beneficiando 285 família em área de 16.000 hectares.

Oeiras - Soizão, beneficiando 21 famílias em 126.000 hectares.

Barras - Sossego, beneficiando 44 famílias em 1.601 hectares.

Nazária - Contrato II/Baixa Verde, beneficiando 20 famílias em 64 hectares.

Luís Correia - Data Sobradinho e Camurupim de Baixo, numa área de 25.000 hectares.

Buriti dos Montes - Lagoa Grande, beneficiando 350 famílias em 975 hectares.

Fazendas Estaduais, totalizando 360.000 hectares.

O Governo do Estado do Piauí, através do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), executou levantamento georreferenciado de 616 imóveis rurais, com o cadastramento de pequenos agricultores familiares. Os trabalhos foram realizados nos municípios de Santo Inácio do Piauí e Colônia do Piauí, por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e o INTERPI. Também foram regularizados imóveis das famílias que moram e trabalham em áreas pertencentes ao patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, nos municípios de Campinas do Piauí, Floresta, Redenção do Gurgueia e São Francisco do Piauí, este em fase final de conclusão dos trabalhos de campo, nos quais foram emitidos aproximadamente 3.000 Títulos Definitivos de Doação para famílias de pequenos agricultores.

Para a execução dos trabalhos na regularização fundiária dos 616 imóveis, foram disponibilizados recursos do Governo do Estado e do INCRA, no valor aproximado de **R\$ 450.000,00**.

Municípios	Imóveis	Famílias beneficiadas	Área (Ha)	
ALTOS	BARRINHA	56	4.376,0	
	CORTE DO MEIO	21	218,8	
	PRATA	30	1.109,0	
SANTO INÁCIO	FAZ. ESTADUAIS	15	2050,0	
DEMERVAL LOBÃO	OLHO D'ÁGUA	29	280,0	
PALMEIRAS	SÃO JOAQUIM	06	2.413,0	
	PRATA	06	1.634,0	
	PONTA D'ÁGUA	24	3.393,0	
	LEANDRO	12	903,0	
	SERRA DO CARETA	06	416,0	
	SERRA DA VITÓRIA	05	887,0	
	COQUE I E II	02	451,0	
	SERRA DOS PICOS	02	734,0	
	CAMPOS	02	105,0	
	SERRA DO ALGODOEIRO	14	735,0	
	SERRA DA SOLTA (Públicas)	03	2.922,0	
	UNHA DE GATO	01	155,0	
	AMARANTE	SANTA HELENA	07	345,0
		PONTA DA VÁRZEA	11	657,0
FLOR DE MAIO		28	1.863,0	
CAMPO LARGO	VERMELHA	32	230,0	
MONSENHOR GIL	GOLABEIRA	08	420,0	
	BOLÍVIA	06	2.645,0	
BOM PRINCÍPIO	SÍTIO	08	996,0	
COLÔNIA DO PIAUÍ	FAZ. ESTADUAIS	292	3.673,8	
INHUMA	FORTES	14	181,0	
	TOTAL	616	33.792,6	

Fonte: INTERPI



Por meio do INTERPI, o Governo do Estado firmou acordo com a empresa Casa dos Ventos, para a regularização fundiária de pequenos agricultores familiares, possibilitando a participação destes no projeto de energia eólica, em implantação nos municípios de Queimada Nova, Lagoa do Barro e Dom Inocêncio.

Nestes municípios foram realizados levantamentos georreferenciados com a finalidade de propositura de Ações Discriminatórias Administrativas e/ou Judiciais para posterior abertura de matrículas no patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, beneficiando 125 famílias. Além das áreas objeto de intervenção das ações executadas pela empresa Casa dos Ventos, foram arrecadados e matriculados no patrimônio imobiliário do Estado do Piauí outros imóveis rurais, totalizando 11.904,5865 hectares, 126 famílias atendidas, conforme abaixo descrito:

- Queimada Nova
– área de 4.028,3052 hectares, com 42 famílias.
- Lagoa do Barro do Piauí
– área de 928,2800 hectares, com cinco famílias.
- Dom Inocêncio
– área de 4.940,5014 hectares, com 75 famílias.
- José de Freitas
– área de 7,5 hectares, com uma família.
- Bom Jesus
– área de 1.000 hectares, com duas famílias.
- Uruçuí
– área de 1.950 hectares, com uma família.

No ano de 2016, foi concluído o trabalho para a regularização fundiária em assentamentos precários urbanos, localizados no município de Teresina, no qual foram confeccionados os Títulos Definitivos que serão entregues para as famílias nas Vilas Urbanas abaixo relacionadas:

- Real Copagre – 250 famílias, numa área de 20 mil metros quadrados.
- Vila Embrapa – 89 famílias numa área de 38.404 metros quadrados.
- Vila Jerusalém – 800 famílias numa área de 63.600 metros quadrados.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Estado atuou em diversas frentes para manter e atrair investimentos privados, que têm cada vez mais peso na economia do Piauí, seja na produção agrícola com agricultura de precisão e alto rendimento (grãos e fruticultura), seja em investimentos industriais (em Teresina e na ZPE de Parnaíba) e na produção de energia limpa, sobretudo eólica, que vem transformando o semiárido do Piauí em um dos maiores produtores de energia do País.

Neste sentido, além de incentivos fiscais já existentes e de suportes institucionais para empresas interessadas em investir no Estado, o Governo tem atuado com o fito de promover um ambiente legal-institucional, assim como foram adotadas medidas de apoio a pequenos empreendedores, a arranjos produtivos locais, além de qualificação de pessoal para o mercado de trabalho e o empreendedorismo.

Os investimentos privados em energia eólica e fotovoltaica (solar) devem mudar a economia do Estado nos próximos anos – sobretudo em sua região mais pobre, o semiárido, onde também a mineração deve favorecer alterações econômicas positivas, que devem ser completadas por uma cultura empreendedora nos arranjos produtivos locais.

No que se refere à energia eólica, convém informar que o Piauí já responde por 8,2% dessa energia limpa e renovável gerada no País. Dados da Associação Brasileira de Energia Eólica indicam que ao final de 2020 serão 17,95 GW instalados em território brasileiro. O Piauí deverá responder por cerca de 12% dessa energia gerada em parques eólicos que estão em construção ou contratados para serem construídos ao longo dos próximos três anos.

Tem-se, assim, um ambiente em que há energia sendo produzida, esforços institucionais para atração de novos investimentos e estímulo para a expansão de negócios consolidados, de modo que se ampliem as bases econômicas para a geração de riqueza.

O conjunto de órgãos estaduais que trabalha para dar suporte ao desenvolvimento econômico do Estado desenvolveu uma série de atividades, as quais se detalharão a seguir.



PETRÓLEO E GÁS

A empresa Ouropreto Óleo e Gás, com o apoio técnico e logístico da Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis (SEMINPER), está realizando pesquisas para sondagem de gás natural na bacia do rio Parnaíba. Já foi iniciada a perfuração de 16 poços-testes, de um total de 20 que a empresa pretende perfurar, com investimentos de cerca de R\$ 100 milhões.

Os poços-testes em execução estão situados nos municípios de Floriano, São Francisco do Piauí, Nazaré do Piauí e Baixa Grande de Ribeiro.

As perspectivas são boas, pois descobertas de novos campos de gás natural colocam a Bacia do Parnaíba como uma das maiores produtoras brasileiras, com possibilidade de utilização desse gás na geração termelétrica de energia. As descobertas ainda evidenciam a existência de sistemas petrolíferos ativos, com rochas geradoras, rotas de migração, reservatórios, traçamento e *timing* adequado.

Estão previstas para 2017 as primeiras perfurações de poços nos prospectos que se mostrarem promissores na Bacia do Parnaíba.



APOIO À PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR

No intuito de maximizar todo esse potencial para a geração de energia fotovoltaica, a SEMINPER realizou diversas ações e projetos em 2016 para dar suporte a estes investimentos:

- Estudos Realizados – Estudo e anteprojeto da usina fotovoltaica de um megawatt no Lago de Boa Esperança; estudo e anteprojeto de usina fotovoltaica de 4,5 megawatts nos Tabuleiros Litorâneos; estudo e anteprojeto de usina fotovoltaica de 4,5 megawatts nos Platôs de Guadalupe.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para confecção do Balanço Energético do Piauí e elaboração do Diagnóstico do Abastecimento de Energia dos Pequenos, Médios e Grandes Consumidores dos Cerrados Piauienses.

- Protocolo de intenções a ser assinado entre o Governo do Piauí e o Grupo Celeo Redes, destinado à implantação de usina fotovoltaica de 210 megawatts, no município de São João do Piauí.
- Discussão em Workshop realizado em Teresina, para implantação de Usina Fotovoltaica de 296 megawatts em Ribeira do Piauí.

PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL E URBANA

Este programa atua basicamente na ampliação da rede de distribuição de energia para regularização de consumidores clandestinos ou em situação irregular. Constitui-se hoje no maior volume de demandas de municípios ao Governo do Estado, uma vez que, além das residências já existentes, foram construídos muitos conjuntos habitacionais pelo programa Minha Casa, Minha Vida e as famílias ocupam as unidades habitacionais sem a energia, recorrendo às conhecidas “gambiarras” (ligações irregulares) para o uso de aparelhos elétricos, incorrendo em sérios riscos à população e em prejuízo da arrecadação de impostos.

Nesse sentido, o balanço de 2016 aponta o seguinte para obras de eletrificação voltadas à melhoria do fornecimento de energia a unidades domiciliares:

- Obras concluídas: José de Freitas, Simões, Coronel José Dias.
- Obras em andamento: Vila Nova do Piauí, São Raimundo Nonato, Dom Inocêncio, Agricolândia, Cocal de Telha, São Pedro do Piauí, Lagoa do Sítio, Capitão Gervásio Oliveira, Canto do Buriti, Elizeu Martins, Monte Alegre, São Gonçalo do Gurgueia, Floresta do Piauí.
- Obras em licitação: Bonfim do Piauí e Colônia do Gurgueia, além da retirada de redes e ligações precárias ou clandestinas (gambiarras) em 22 outros municípios, cujo projeto básico é no valor de R\$ 20 milhões.

APOIO TÉCNICO A EMPREENDEDORES EM MINERAÇÃO

A SEMINPER promoveu, em 2016, diversos encontros entre empresas para formação de parcerias em mineração. Receberam apoio técnico e logístico as seguintes empresas de mineração: DM Mineração



ENERGIA RENOVÁVEL É UMA NOVA FORÇA ECONÔMICA NO PIAUÍ

Se os ativos de hidrocarbonetos no Piauí ainda são uma potencialidade a ser determinada por estudos em curso, na geração de energia limpa, o Estado segue uma tendência global de expansão dessa matriz, respondendo por 8,2% dos 10,6 gigawatts (GW) de energia eólica produzida no País em 2016. O Estado tinha em dezembro uma produção comercial de 854,4 megawatts de energia em parques eólicos, além de 60,5 megawatts em teste.

Dados consolidados em 31 de dezembro, da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABBEólica), indicam que o Estado é o terceiro em novos investimentos no setor, com 934,9 megawatts (MW) de capacidade de geração de energia nos parques eólicos em construção (710 MW) e contratados (224,9 MW), o que elevará a geração de energia no Estado a 1.849,8 gigawatts de energia elétrica limpa e renovável.

Estima-se que a Hidrelétrica de Belo Monte vai produzir algo em torno de 12 gigawatts de energia. Nos próximos anos, com o avanço do investimento em parques eólicos, o Piauí deverá atingir metade disso – 6 GW, com a vantagem de não ter nenhum imbróglgio jurídico de baixo impacto ambiental.

Além do potencial em energia eólica, que se amplia na medida dos avanços de outros estudos e sondagens de empresas do setor, o Piauí tem um enorme potencial de geração de energia fotovoltaica.

As fazendas de produção de energia solar começam a ser instaladas em municípios como Picos, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Eliseu Martins, São João do Piauí, Nova Santa Rita e Ribeira do Piauí.

Em São João do Piauí, existem sete projetos sendo instalados e quatro em fase de proposição, que juntos podem produzir 1.600 megawatts – isso corresponde a 6,2 vezes a capacidade de geração de energia da Hidrelétrica de Boa Esperança, uma obra estruturante, fundamental para o Piauí nos anos 70 do século XX, com capacidade instalada de 256 megawatts.

A empresa italiana de geração de energia, Enel S.p.A, por meio de sua subsidiária Enel Green Power Brasil Participações Ltda., anunciou o início das obras de construção da maior usina solar do Brasil, a Nova Olinda, localizada no Piauí. Quando concluída, será a maior da América Latina, com 292 megawatts de capacidade. O investimento total será de US\$ 300 milhões (R\$ 1 bilhão no câmbio atual).

A usina será instalada no município de Ribeira do Piauí, localizado a 377 quilômetros de Teresina. Depois de construída, a Nova Olinda ocupará uma área de 690 hectares e terá capacidade instalada total de 292 MW. O empreendimento será capaz de gerar mais de 600 GWh por ano, o suficiente para atender as necessidades de consumo de energia anual de cerca de 300.000 lares brasileiros, evitando a emissão de cerca de 350.000 toneladas de gás carbônico (CO²) para a atmosfera. A unidade de produção será construída em uma área com altos níveis de radiação solar e contribuirá para atender a crescente demanda do País por energia.



Ltda. (Gilbués – diamante industrial); Apoio Engenharia e Mineração Ltda. (Dom Inocêncio – calcário calcítico), Apoio Engenharia e Mineração Ltda. (São Lourenço do Piauí – dolomito), Apoio Engenharia e Mineração Ltda. (São Lourenço do Piauí – dolomito), Apoio Engenharia e Mineração Ltda. (São Lourenço do Piauí – calcário calcítico), José Fernando Tajra Reis (Dirceu Arcoverde – talco), Carlos Luís Nunes de Barros (São José do Piauí – argila refratária), Carlos Luís Nunes de Barros (São José do Piauí – argila branca), Bemisa Brasil Exploração Mineral S.A (Curral Novo do Piauí, Simões, Paulistana – minério de ferro), SRN Holding (São Raimundo Nonato – minério de ferro), BR Níquel (Capitão Gervásio de Oliveira – níquel), Mina Curitiba (Paulistana, Betânia, Curral Novo do Piauí – gipsita), Biomar (Parnaíba – águas calcárias). Com o objetivo de ampliar a visibilidade e o interesse pela mineração no Estado, a SEMINPER promoveu ainda diversos eventos ao longo do ano, com destaque para o “Venha Crescer Aqui”, na Câmara de Comércio do Japão, em São Paulo. Além disso, colaborou com apoio técnico e logístico a Universidade de São Paulo-USP, na elaboração do estudo “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”.



ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE)

As indústrias instaladas na ZPE Parnaíba podem atuar em diversas áreas, incluindo os setores de maior vocação do Piauí, transformando *commodities* em produtos de maior valor agregado, dentro de uma dinâmica voltada para a criação de novos postos de trabalho diretamente nas plantas industriais instaladas, ou indiretamente em atividades de suporte ou na cadeia produtiva que ancora as empresas industriais.

A ZPE Parnaíba tem atualmente duas indústrias em processo de instalação, sendo que uma delas está na fase final e início da produção, que é a Agroceras, voltada à industrialização da cera de carnaúba para atender a uma demanda mundial por esse produto. A segunda indústria que instala suas máquinas é a Ecopellets, que atuará na produção de pellets e briquetes, espécies de matrizes energéticas para caldeiras e lareiras, principalmente em Países da Europa.

O primeiro módulo de implantação da ZPE tem uma área pavimentada de 31,5 hectares com capacidade para receber até 10 indústrias. Além das duas plantas industriais em implantação, para 2017, outros projetos encontram-se em estudos no

Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), por encaminhamento da Companhia Administradora da ZPE de Parnaíba. Essas empresas, além das facilidades próprias deste tipo de espaço para instalação de indústrias, podem contar com o trabalho do Governo para dotar de melhor e mais eficiente infraestrutura a ZPE de Parnaíba.

A pavimentação asfáltica da estrada de acesso à Zona de Processamento de Exportação do Estado do Piauí já foi concluída, tendo prosseguimento as obras de construção do meio-fio e da passarela de pedestres.

A obra é um dos importantes investimentos de infraestrutura do Governo do Estado do Piauí na ZPE estadual, fazendo a ligação com o Anel Viário de Parnaíba e com as BRs que conduzem aos portos do Pecém, no Ceará, e Itaquí, no Maranhão, e ao Aeroporto de Parnaíba.

Com extensão de um quilômetro, a via tem duas pistas, canteiro central, sistema de drenagem de águas pluviais, e rede elétrica para atender as indústrias da ZPE às comunidades do entorno.

Ainda em 2016, no dia 22 de dezembro, foi assinada a ordem de serviço para as obras conclusivas e necessárias ao alfandegamento da ZPE, etapa fundamental ao início das exportações a partir de Parnaíba. Os recursos autorizados pelo Tesouro estadual somam **R\$ 8.136.507,59**.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

No seu trabalho para promoção do crescimento econômico sustentável, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (SEDET) vem aprimorando estudos e pesquisas na área de tecnologia, além de estimular a inovação, com políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda. Ao lado disso, desenvolve ações de apoio ao micro e pequeno empreendedor, a atração de investimentos, o incentivo à pesquisa científica e tecnológica e o aumento do empreendedorismo e da competitividade do setor produtivo. Para dar suporte a este trabalho, algumas ações foram fundamentais ao longo de 2016, a saber:

Reforma do Centro de Tecnologia de Artefatos Minerais (CETAM) – Por meio de sua Superintendência de Ciência e Tecnologia, a SEDET encaminhou a reforma do prédio e o funcionamento do CETAM na cidade de Pedro II. Esse trabalho se deu em articu-



lação com a cadeia produtiva da opala – que compreende a associação de joalheiros, associação dos garimpeiros, Obra Kolping e comunidade em geral. Também foram organizados seis minicursos, qualificando 200 pessoas nas atividades de ourivesaria, lapidação e comercialização de joias. Houve ainda a articulação com a Secretaria Estadual de Educação para funcionamento de cursos técnicos na área e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), que organizará cursos permanentes em 2017, utilizando parte de oficinas e laboratórios do CETAM, mediante convênio.

Feira Estadual de Ciência e Tecnologia -PIAUI TEC 2016 – A feira foi realizada pela primeira vez no Riverside Shopping, contando com um público visitante estimado em 8.000 pessoas. Foram realizadas 20 palestras e apresentados cerca de 200 trabalhos científicos, especialmente de escolas da rede pública estadual, vencedoras do Circuito de Ciências, organizado pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC. A feira teve participantes de Teresina, Nazária, União e Aroazes.

Edital para o Programa de Infraestrutura para Pesquisa na UESPI – Em uma atividade pioneira, a SEDET, através da Superintendência de Ciência e Tecnologia, lançou edital para financiar equipamentos e materiais permanentes destinados a incentivar a pesquisa na Universidade Estadual do Piauí. O edital, no valor total de R\$ 200.000,00, resulta de parceria com a UESPI e permitiu a seleção de 12 projetos. No total, 27 grupos de professores apresentaram projetos, envolvendo ação de 151 pesquisadores que colaboraram com eles em diferentes áreas do conhecimento nos Territórios de Desenvolvimento Entre Rios, Vale do Guaribas, Vale dos rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras, Planície Litorânea. Municípios: Teresina, Picos, Floriano, Uruçuí, Corrente, Parnaíba.

Reforma do Centro de Tecnologia Apícola do Piauí (CENTAPI) – O prédio abriga laboratórios para verificação da qualidade do mel produzido na região. Hoje, o local encontra-se sob a administração da Casa Apis e abriga vários projetos da cadeia produtiva do mel.

Interlocução entre academia e setor produtivo – Em 2016, foram articuladas e realizadas várias reuniões para interação entre o setor produtivo do Estado, representado pela Associação Industrial do Piauí (AIP), Federação das Indústrias do Piauí (FIEPI) e diversos setores da pesquisa. Com levantamento de novas parcerias, envolvendo segmentos como a indústria cerâmica e de extratos e ceras vegetais.

Discussão e elaboração da Minuta da Lei de Inovação – Especialistas da Superintendência de Ciência e Tecnologia da SEDET e representantes da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEPI) e de universidades, montaram uma minuta da Lei Estadual de Inovação. Atualmente, a minuta encontra-se na Assessoria Jurídica da Secretaria de Governo, sob análise, para que seja transformada em projeto de lei para apreciação do Legislativo.

Discussão e elaboração da Minuta da Lei de Criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação – Também com participação de representantes da FAPEPI e universidades, a SEDET, através da Superintendência de Ciência e Tecnologia, fez minuta da Lei de Criação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Articulação da Câmara Setorial da Tecnologia de Inovação e Comunicação (CSTIC) – A SEDET articulou a formação da Câmara Setorial da Tecnologia de Inovação e Comunicação – CSTIC. Foram realizadas várias reuniões e escolhida uma diretoria. A CSTIC foi a primeira câmara setorial a entregar uma proposta concreta de política para o setor.

Lançamento do Plano Nacional da Cultura Exportadora – Ação que se complementou com a criação do Comitê Estadual de Cultura Exportadora do Piauí. A proposta consiste em ampliar o número de empresas que operam no comércio exterior e, conseqüentemente, aumentar as exportações de produtos e serviços do Estado. O plano é parte das ações do braço regional do Plano Nacional de Exportações, buscando, via incentivo, melhorar o desempenho das empresas locais no comércio internacional, bem como dar-lhes meios para buscar mais financiamento, qualificação e melhor gestão.

Arranjos Produtivos Locais – O programa de fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APL) é consolidado como instrumento de desenvolvimento econômico integrado e importante estratégia de política pública. Coordenado pela SEDET, o programa já beneficiou diversas organizações, como a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do município de Arraial do Piauí e a Associação dos Apicultores de Campo Maior. A primeira recebeu do programa um rebanho com 320 animais, entre ovinos e caprinos, contribuindo para o crescimento da produção na região, bem como o aumento da renda dos pequenos criadores. A segunda, que trabalha na extração e processamento do mel, comemora a alta na comercialização do produto. Após o recebimento de 678 colmeias, a associação atingiu 5 mil colmeias, com produção



de 60 toneladas de mel por ano. Hoje, a APICAM conquista mercados externos, atraindo compradores dos Estados Unidos.

Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Com o objetivo de articular e promover ações ligadas ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte no Estado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (SEDET) realiza periodicamente o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, representado por órgãos do Governo e instituições privadas.

Inauguração da pavimentação asfáltica da estrada Cajazeiras – Garantir o desenvolvimento de empresas instaladas no Piauí. Essa foi a proposta do Governo do Estado que, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, inaugurou no mês de julho a pavimentação asfáltica da estrada Cajazeiras, que dá acesso à fábrica Crown Embalagens, especializada na produção de latas de alumínio. A obra trouxe benefício para uma população de aproximadamente 15 mil habitantes.



Criação do curso de inglês para profissionais de turismo de São Raimundo Nonato – Sanar dificuldades de comunicação com o crescente número de turistas estrangeiros que visitam São Raimundo Nonato foi o objetivo do curso promovido para profissionais que trabalham com turismo na região da Serra da Capivara. Com carga horária de 40 horas, a formação foi promovida pela SEDET em parceria com a UESPI e SEBRAE.

Articulação para instalação do Porto Seco – O Porto Seco deverá entrar em funcionamento em 2017, executando toda operação de desembarque alfandegário, com a expectativa de reduzir custos operacionais para empresários e gerar um aumen-

to na receita do Estado. Em 2016, a Companhia de Terminais Alfandegados do Piauí – Porto Piauí, vinculada à SEDET, regularizou o terreno e o projeto, já sob análise da Procuradoria-Geral do Estado.

Articulação para instalação de fábrica de torres de energia eólica – A SEDET articulou a instalação da primeira fábrica de torres de energia eólica no Estado do Piauí, levando a empresa Acciona a apresentar seu projeto de produção ao Governo do Estado do Piauí. Como existe uma crescente demanda por esses equipamentos, a ideia é que as torres possam ser fabricadas perto de onde serão instaladas. Assim, a empresa pretende se estabelecer nos municípios de Lagoa do Barro e Queimada Nova, com projeto para atender parques eólicos instalados ou a serem instalados na região. A perspectiva da fábrica é gerar imediatamente, com sua instalação, 500 vagas de emprego e, posteriormente, mais mil.

Estudos para implantação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) – Um contrato com a Fundação Cearense de Pesquisa da UFCE vai subsidiar estudos para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Teresina. O convênio permite a realização de análises de algumas atividades que envolvam ações desenvolvimentistas para o Piauí, voltadas para a logística do Estado. Após o resultado do estudo da logística do VLT, o Governo adotará as medidas necessárias para a ampliação da mobilidade urbana em benefício dos usuários de transportes públicos.

Protocolo de Intenções com o Grupo Tomazini – O Protocolo de Intenções com a empresa Nutrizia Nordeste Alimentos S.A., do Grupo Tomazini, estabelece a implantação de um complexo agroindustrial no município de Uruçuí. O projeto prevê investimentos de 1 bilhão de reais, resultando na geração de, aproximadamente, 3.000 empregos diretos e mais de 3.000 mil empregos indiretos.

TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Em 2016, um ano especialmente duro para os trabalhadores que buscaram recolocação no mercado de trabalho, o Sistema Nacional de Emprego do Piauí (SINE) e a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo foram fundamentais para a captação de vagas e intermediação de mão de obra em 2016, atendendo mais de 125 mil trabalhadores em busca de emprego.

Essa intermediação de mão de obra é o elo entre o empregador e o desempregado, e para que seja realizada, o SINE-Piauí dispõe de informações acerca das exigências dos empregadores ao dis-



ponibilizarem suas vagas. Busca-se, dessa forma, a redução dos custos e do tempo de espera tanto para o trabalhador quanto para o empregador. Só em uma ação coletiva na Rua Climatizada, Centro de Teresina, realizou-se um mutirão com serviços voltados ao empreendedorismo, orientação mercadológica para economia solidária e encaminhamentos para 400 vagas de emprego.

A SETRE atua para desenvolver e programar políticas públicas nas áreas do trabalho, do emprego, do desenvolvimento econômico e do empreendedorismo. Durante o ano, 12 feiras de economia solidária foram feitas, reunindo 318 empreendedores. A qualificação social e profissional, para a facilitação de acesso dos trabalhadores ao mundo do trabalho, atingiu 1.660 pessoas em 2016, com 34 certificações nas áreas de construção civil, serviços de beleza e corte e costura.



CRÉDITO PRODUTIVO

O suporte financeiro para pequenos negócios e microempreendedores individuais se dá através de uma política de crédito incluída no Plano Plurianual – PPA 2016/2019, o qual prevê apoiar o desenvolvimento e fomento de empreendimentos no Piauí através da concessão de operações de crédito. Nesse sentido, a Agência de Fomento tem como foco a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, a inclusão produtiva e a elevação da produtividade.

A Piauí Fomento é uma forte aliada no apoio que o Governo do Estado do Piauí presta aos empreendimentos locais, aos arranjos produtivos, à internalização dos efeitos dos grandes investimentos e interiorização do desenvolvimento. No ano de 2016, a Agência realizou mais de 300 operações de crédito, com valor médio de R\$ 33,3 mil, atingindo um volume de R\$ 10 milhões, um recorde. Observa-se que tal desempenho ocorreu num momento de crise econômica generalizada no Brasil, o que torna esta performance ainda mais relevante.

Para o ano de 2017, o planejamento prevê a interiorização da atuação da Agência para as cinco maiores cidades do Estado, numa parceria com as prefeituras municipais. Com esta política, a Agência pretende beneficiar particularmente as pequenas comunidades rurais, normalmente sem acesso ao crédito.



AVANÇOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS EM 2016

Em 2016, a ação ambiental do Governo teve resultados bastante positivos, como o aumento do percentual de imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que atingiu mais de 90% das propriedades.

Além do CAR, avançou-se na preservação ambiental, com ações para criação de novas unidades de conservação, manutenção das unidades já existentes, projeto de educação ambiental nas escolas públicas, ações para combater incêndios florestais criminosos, estabelecimento de uma rede de hidrometeorologia e de monitoramento da qualidade da água, em 17 unidades implementadas. A seguir, o detalhamento de algumas das mais importantes ações ambientais adotadas pela administração estadual em 2016.



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei nº 12.651/12, para controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas, é um importante instrumento de planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. Para propriedades com até quatro módulos fiscais, o procedimento de cadastramento é simplificado e gratuito, ficando o poder público com a responsabilidade de prestar apoio aos beneficiários dessa política pública. Ressalte-se que a partir de 28 de maio de 2017, o CAR será obrigatório para o acesso ao crédito agrícola, e visando isso, no ano de 2016, houve uma intensificação dos trabalhos de cadastramento, o que resultou num aumento significativo no percentual de imóveis, passando de 24,98%, para 91,43%, superando a meta estabelecida pelo Estado de 50% de cadastros no ano de 2016.

Também foi superada a meta de capacitação de técnicos, que era de 80 profissionais em 14 regionais do EMATER. Os técnicos treinados para o trabalho somaram 120, superando, portanto, em 120 a meta antes traçada. Dessa forma, o corpo técnico do EMATER atualmente encontra-se capacitado para contribuir no cadastro de 10.000 agricultores familiares com menos de quatro módulos fiscais, público que está sob a responsabilidade do Estado.

BALANÇO CAR NOVEMBRO 2016

Área Passível de Cadastro	Área Total Cadastrada	Percentual da Área Cadastrada
9.506.597 ha	8.691.940ha	91,43%
Número de Imóveis Cadastrados – 103.776		

Fonte: SEMAR





PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Além de ações na área de regularização ambiental, através do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e apoio a outros projetos, como o Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (NUPERADE), em Gilbués, no âmbito do Pró-Cerrado, foram desenvolvidas ações nas áreas de prevenção e combate a incêndios florestais, e combate à caça predatória.

As ações de prevenção e combate a incêndios florestais foram desenvolvidas nos últimos meses de 2016, inicialmente nos municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro e Palmeira do Piauí. Essas foram ações importantes para a redução de queimadas no último ano, em comparação aos anos anteriores.

No desenvolvimento das atividades, foi identificada como principal causa de incêndios florestais na região a caça predatória, sendo necessárias ações de fiscalização, que geraram 11 prisões em flagrante, apreensão de 32 armas de fogo, 180 cartuchos e munição, e animais silvestres abatidos prontos para comercialização. Também foram flagrados três incêndios provocados pela caça predatória.

Para a prevenção das ações predatórias, foram desenvolvidos cursos de Combate e Controle de Incêndios Florestais, Perícia de Causa de Incêndios Florestais, além de campanhas de conscientização e educação ambiental, e a aquisição de equipamentos para a continuidade das ações em 2017, envolvendo mais municípios do Cerrado.



MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Nas ações relacionadas à gestão dos recursos hídricos, a SEMAR deu início ao processo de adesão ao Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – Qualiágua, uma iniciativa da Agência Nacional de Águas (ANA), que deverá ser consolidada no Estado em 2017, com a instalação de 17 unidades de monitoramento, e tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos, através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade.
- Estimular a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no País, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução ANA nº 903/2013, para tornar essas informações comparáveis em nível nacional.
- Contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio ambiente, para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade aos dados gerados.
- Implementar a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA.



REDE HIDROMETEOROLÓGICA

Para a ampliação e modernização da Rede Hidrometeorológica do Estado, foi necessária a instalação de 30 pluviômetros convencionais para compor a Rede de Estações de Medições Hidrometeorológica para Monitoramento dos Eventos Hidrológicos Críticos.

Essa ação foi executada com recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMAM, atendendo os Territórios de Desenvolvimento dos Carnaubais, Entre Rios, Planície Litorânea, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Serra da Capivara, Vale do Canindé, Vale dos rios Piauí e Itaueira, Tabuleiro do Alto Parnaíba, contemplando os municípios de Sigefredo Pacheco, São Miguel do Tapuio, Nossa Senhora dos Remédios, Piripiri, Caraúbas do Piauí, Cocal, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Elesbão Veloso, Valença, Picos, Angical do Piauí, Monsenhor Hipólito, Vila Nova do Piauí, Pio IX,



Nazaré do Piauí, Oeiras, Jaicós, Simões, Paulistana, São Francisco de Assis do Piauí, Lagoa do Barro do Piauí, Simplício Mendes, Ribeira do Piauí, Itaueira, Canto do Buriti, São Raimundo Nonato, Antônio Almeida, Paes Landim, Curimatá. Nesta área, residem 2.547.088 pessoas.



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Para cuidar da água e do solo, recuperar o equilíbrio ambiental e ficar preparado para eventos hidrológicos extremos, como secas e cheias, é necessário o envolvimento dos diversos atores que desenvolvem suas atividades dentro do território de uma determinada bacia. Para isso foram criados Comitês de Bacias e Comissões gestoras de açudes no Estado.

O Piauí conta com dois Comitês de bacias consolidados. O primeiro é o Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piauí e Canindé, envolvendo 88 municípios de cinco Territórios de Desenvolvimento: Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira e Vale do Itaim, todos na região semiárida do Estado. O segundo é o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Gurgueia, que abrange os Territórios de Desenvolvimento da Chapada das Mangabeiras e parte do Território dos Tabuleiros do Alto Parnaíba, envolvendo 27 municípios no cerrado piauiense, além de oito comissões gestoras de açudes no semiárido.

Para atender essa política, a SEMAR realizou um trabalho de fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e das Comissões Gestoras de Açudes, por meio de reuniões de mobilização com os atores envolvidos.



PARQUES E FLORESTAS

Para o fortalecimento e ampliação de áreas protegidas no Estado, a SEMAR contratou estudos especializados para a criação de duas unidades de conservação, na Lagoa de Nazaré (Nazaré do Piauí) e na Serra do Santo Antônio (Campo Maior). Nos dois casos, a criação das unidades de conservação foi financiada com recursos de compensação ambiental.

Além disso, cuidou-se das unidades de conservação na Caatinga e no Parque das Nascentes, cuja implantação e estruturação contempla em território piauiense os municípios de Alvorada do Gurgueia, Bom Jesus, Colônia do Gurgueia, Cristino Castro, Currais, Elizeu Martins, Manoel Emídio,

Palmeira do Piauí, Santa Luz, Avelino Lopes, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Parnaçuá, Redenção do Gurgueia, Barreiras do Piauí, Corrente, Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Santa Filomena, São Gonçalo do Gurgueia e Sebastião Barros. Para dar seguimento a este trabalho, foi preciso o realinhamento do projeto e do convênio. Com isso, a implantação do parque deve ser retomada em breve.

A boa gestão das unidades de conservação e parques ambientais é uma preocupação recorrente da SEMAR. Nesse sentido, cabe destacar as seguintes ações:

1. Contratação de estudos para desenvolvimento de aplicativo FAUNA-PI, através do qual se poderá conhecer a fauna existente nos biomas piauienses, bem como acessar as informações sobre as Áreas de Proteção Permanente (APP).
2. Estudos especializados para elaboração do plano de manejo de unidades de conservação, como a Estação Ecológica Serra Branca, situada nos municípios de São Braz do Piauí, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato.
3. Contratação de estudos para elaboração do Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com software de gestão, importante passo para o desenvolvimento da política de preservação e uso sustentável de áreas particulares ambientalmente estratégicas, além do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do PI-SEUC/PI.
4. Contratação de estudos especializados para elaboração do projeto executivo da sede da SEMAR no Zoobotânico – arquitetônico, paisagístico, urbanístico, estrutural, instalações, subestação, combate a incêndio, para-raios, TV e câmaras, orçamentário, estação de tratamento de esgotos e reuso da água, sistema solar e certificação ambiental. Com essa ação, busca-se aumentar a proteção da unidade de conservação, ampliar a visibilidade do órgão e dar mais conforto aos usuários e funcionários da SEMAR.
5. Contratação de estudos especializados para criação de unidades de conservação nas nascentes dos rios Gurgueia, Uruçuí Vermelho, Canindé, Longá e Uruçuí Preto. Sobre o esforço para conservação de nascentes, é importante destacar que foram identificados e monitorados 37 pontos de nascentes e de outros corpos d'água prioritários para conservação e adoção de intervenções em educação ambiental no vale do Gurgueia.



SALA DE SITUAÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A estruturação do sistema de monitoramento e gestão da proteção ambiental com foco nas mudanças climáticas tem por objetivo monitorar, avaliar e controlar os impactos ambientais no Estado, através de instrumentos de controle para a prevenção da contaminação e poluição ambiental e combate às queimadas.

Atendendo ao Plano Estadual de Mudanças Climáticas, foi instalada a sala de situação para eventos meteorológicos e capacitação de pessoal para ações de combate ao desmatamento e queimadas e desenvolvimento de educação ambiental.



UMA NOVA ABORDAGEM EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A implementação do Programa Estadual de Educação Ambiental tem por objetivo orientar e fortalecer ações, projetos e programas setoriais e territoriais para o ensino ambiental em meio à diversidade no Estado, de forma integrada com as políticas e programas socioambientais, visando aperfeiçoar métodos para a abordagem do tema em estabelecimentos educacionais incluídos no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE – escolas sustentáveis).

O trabalho inclui a capacitação técnica de colaboradores dos órgãos municipais de meio ambiente, agentes ambientais locais e professores, dotando o órgão ambiental de equipamentos adequados para a promoção da educação ambiental.

A SEMAR colaborou ainda na elaboração do Plano Político Pedagógico do Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar, com recursos do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola.

RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS E ECOSISTEMAS DEGRADADOS E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

O programa de combate à desertificação que a SEMAR desenvolve junto com parceiros vem recuperando áreas e ecossistemas ambientalmente impactados e/ou em risco de desertificação.

Para isso, foi feito o plantio de mudas em 180 hectares de mata ciliar no município de Gilbués, numa ação que envolveu e beneficiou 10.300 pessoas.

O trabalho resultou na produção de 24.000 mudas de espécies nativas e adaptadas ao bioma cerrado.

O financiamento desse trabalho fundamental para uma das regiões mais atingidas pela desertificação no Piauí é proveniente de doação do Department for Environment, Food e Rural Affairs (DEFRA), via Banco Mundial.

Foram ainda aplicados recursos na reforma do Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (NUPERAD), contemplando a estruturação do viveiro de mudas, reforma de cercas e construção de pequenas barragens.







**INVESTIMENTO
E OBRAS PARA
UM PIAUÍ MAIS
DESENVOLVIDO**

R\$ 580.570.390,00

É o volume de investimentos realizados pelo Governo do Estado em obras estruturantes.

17.872

Mutuários da ADH atendidos com registro e averbação de imóveis residenciais da antiga Cohab.

R\$ 155.439.908,09

investidos em obras viárias e de mobilidade urbana concluídas pelo DER em todo o Piauí

R\$ 102.033.615,29

aplicados na pavimentação da estrada entre Gilbués e Santa Filomena.

28 KM

Três viadutos e uma ponte formam o Rodoanel, maior obra de mobilidade urbana feita em Teresina.

Em um ano no qual foi imperativo manter o equilíbrio das contas, mais ainda pela retração econômica do País, os investimentos públicos em infraestrutura tiveram uma participação menor nas despesas públicas. Ainda assim, o Estado do Piauí manteve em 2016 um elenco de obras, que abrange de transporte e mobilidade urbana a saneamento e equipamentos urbanos.

O volume de recursos envolvidos em obras iniciadas ou retomadas e continuadas pelo Governo do Piauí somou mais de R\$ 580 milhões. É recurso que movimenta a economia estadual, através da construção civil, assim como garante qualidade de vida e suporte para a expansão econômica em todos os territórios de desenvolvimento do Estado.

Somente o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem investiu em 2016 um total de R\$ 155 milhões. Na Secretaria de Transportes, obras de mobilidade urbana e estradas resultaram em investimentos que passam de R\$ 320 milhões.

Entre os investimentos em mobilidade urbana que se espalham por diversas cidades piauienses, os de maior vulto e maior impacto imediato são aqueles realizados em Teresina, onde o Governo concluiu duas novas pontes, está construindo o elevador da avenida Miguel Rosa, retomou as obras de duplicação da BR-316, no acesso/saída Sul da capital, e deve entregar ainda no primeiro semestre de 2017 o Rodoanel, a maior e mais importante obra de mobilidade urbana realizada na capital do Piauí em mais de duas décadas.

Há obras concluídas de fundamental importância, como é o caso da estrada que liga as cidades de Gilbués e Santa Filomena, uma cidade com décadas de isolamento, agora integrada a uma malha viária que recebeu e está recebendo melhorias.

O Governo tem agido para que as obras de grande, médio e pequeno porte – mas todas elas de grande importância – estejam em todas as cidades. Assim, somam-se às centenas as obras desenvolvidas por órgãos como o DER, as Secretarias de Transportes (SETRANS), das Cidades (SECID) e da Infraestrutura (SEINFRA). Do Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), da Empresa de Gestão de Recursos (EMGERPI) e da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (AGES-PISA).





ÁGUA E SANEAMENTO

Os desafios que se interpõem ao fornecimento de água tratada e saneamento são cada vez maiores. Além da necessidade de aportes financeiros de grande monta para novos investimentos, há questões socioambientais que precisam ser enfrentadas – e em uma considerável parcela do território piauiense, a oferta de água tem sido comprometida pela redução dos mananciais em razão de uma seca que em 2016 entrou em seu quinto ano.

Ainda assim, o Governo manteve o foco no investimento em melhoria e expansão das estruturas de abastecimento de água e saneamento, buscando recursos em variadas fontes e criando as condições para uma nova modelagem de oferta dos serviços através, por exemplo, de parcerias público-privadas.

Nesse sentido, cumpre destacar os esforços desenvolvidos por diversos órgãos da administração estadual com este fim, desde a Agespisa, até o Instituto de Águas, incluindo ainda o Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí (IDEPI) e a Coordenadoria de Saneamento Rural, a quem coube seguir com a implantação do bem-sucedido Programa de Saneamento Rural (PROSAR).

Duas obras fundamentais para a melhoria do abastecimento de água de Teresina, a adutora do Parque Piauí e a ETA da Santa Maria da Codipi, estão em fase de finalização de trabalhos para ativação até o início do segundo semestre de 2017, reduzindo a demanda reprimida por água na capital, que foi agravada por deficiência na capacidade de distribuição da água captada e tratada.

A seguir, um relatório com as ações levadas a efeito para melhoria do saneamento e oferta de água tratada.



ÁGUA E SANEAMENTO EM ÁREAS RURAIS

O Programa de Saneamento Rural (PROSAR) concluiu 10 sistemas de abastecimento de água e tem mais sete em fase de conclusão, beneficiando 14 mil pessoas, com investimentos somados de € 6 milhões (R\$ 21,2 milhões), dos quais € 5 milhões de doação do banco KfW e € 1 milhão do Governo do Piauí.

A instalação desses sistemas, dentro da segunda etapa do Programa de Saneamento Rural (PROSAR), replica o sucesso da etapa inicial, que co-

meçou em 2004, quando foram feitos 31 sistemas de abastecimento, atendendo 22 mil pessoas, com investimentos de € 10,2 milhões (R\$ 36 milhões).

O êxito do programa vai além de um serviço eficiente de abastecimento de água (10.722 ligações) e de saneamento (3.095 unidades habitacionais atendidas). Isso porque a taxa de inadimplência entre os beneficiários chega a somente 2%.



OBRAS HÍDRICAS DO IDEPI

Sistemas de abastecimento de água simplificados para atendimento de 50 localidades rurais nos municípios de Oeiras, São Francisco de Assis do Piauí, Santa Rosa, Colônia do Piauí, Batalha, São José do Piauí, Regeneração, Prata do Piauí, Queimada Nova, Landri Sales. Obras concluídas.

Embora estejam em andamento, convém destacar obras de abastecimento de água tocadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), em face do impacto positivo que deverão ter sobre grandes contingentes habitacionais e vastas áreas geográficas do Estado:

- Barragem de Atalaia, em Corrente e Sebastião Barros, com 96% concluída, investimentos, até o momento, de R\$ 58 milhões.
- Barragem de Tinguís, em Brasileira, com investimentos de R\$ 65,7 milhões.
- Adutora Padre Lira, com investimentos de R\$ 10,5 milhões, estando com 40,75% das obras concluídas e 69,88% dos equipamentos adquiridos.
- Adutora do Parque Piauí, em Teresina, obra com 3 km de extensão, que vai ampliar a capacidade de captação de água na Estação de Tratamento de Água (ETA-3), atualmente subutilizada. Com isso, deve haver um aumento da oferta de água, reduzindo os problemas de abastecimento em Teresina. Investimento de R\$ 11,4 milhões, dos quais R\$ 6,4 milhões já liquidados, com 43,6% das obras concluídas.



MELHORIAS NO ABASTECIMENTO DAGESPISA

Em 2016, a Agespisa concentrou esforços para o aumento de oferta de água tratada, visando atender as novas demandas populacionais do Estado, bem como a implantação de vários sistemas de esgotamento sanitário, especialmente nas bacias do rio Parnaíba.



Atualmente, 2.112.502 habitantes de 156 cidades e 23 povoados piauienses contam com Sistemas de Abastecimento de Água, operados pela AGESPISA, com índice de 92,61% de cobertura urbana desses serviços.

Foram necessárias algumas ações executadas em 2016 para a universalização do acesso à água e ampliação da coleta e tratamento do esgoto sanitário:

- Construção de reservatório de 800m³ (800 mil litros), no residencial Jacinta Andrade. Essa obra, em fase de conclusão, deverá receber água da Estação de Tratamento de Água da Santa Maria da Codipi, que já ficou pronta e carecia de uma rede de 13,8 kv, já em fase de conclusão, com investimentos de R\$ 1,3 milhões, em fase de conclusão.
- Ampliação do sistema de abastecimento de Piri-piri, com duplicação da Estação de Tratamento de Água e reservação e ampliação da rede de abastecimento.
- Ampliação do sistema de abastecimento de água de Floriano, com a construção de dois reservatórios e ampliação da rede.
- Implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em Porto, Guadalupe, União, Ilha Grande, Murici dos Portelas e Amarante, com recursos da CODEVASF.



APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO

A Secretaria das Cidades coordena e desenvolve as ações públicas das cidades, com a elaboração e execução de projetos de habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana. Também é de competência da pasta apoiar os gestores municipais na elaboração e implementação de programas e projetos do setor de sua atuação, como também, celebrar convênios com as prefeituras municipais e outras entidades de direito público ou privado.

A SECID tem projetos para captação de recursos a serem aplicados em abastecimento de água, calçamento, pavimentação asfáltica, matadouros e perfuração de poços.

Em 2016, foram celebrados 35 convênios estaduais destinados à melhoria na infraestrutura e transporte – incluindo-se a capacitação de pessoas, permitindo a inclusão social e produtiva para fa-

NOVO MERCADO DE OEIRAS, UM CENTRO REGIONAL DE COMPRAS

Em outubro de 2016, a primeira capital do Piauí, Oeiras, ganhou um novo e moderno mercado público, que pode e deve se converter em um centro de compras para residentes no município e seu entorno.

O investimento de R\$ 12 milhões feito pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Infraestrutura, resultou em uma obra de 41.325,42 m², onde estão instalados onde há 438 boxes para a venda de produtos de mercearia (174 boxes), carnes e peixes (44), hortifrútiis (176) e 84 para peças de vestuário. Uma praça de alimentação com 14 lojas completa o empreendimento.

Esse mix permite que uma pessoa possa encontrar em um só espaço praticamente todos os itens para casa e higiene pessoal. Segue uma tendência de agrupamento de produtos de consumo, o que facilitar a vida de quem compra e favorece a quem está vendendo.

O novo mercado vai possibilitar atividade econômica permanente para 512 famílias, que vão trabalhar nas variadas atividades de comercialização de bens e serviços no mercado.

Além de possibilitar renda para os comerciantes instalados nele, o mercado deve favorecer a produção local, porque com mais espaço e aumento de demanda em face de mais compradores, será preciso ter mais fornecedores locais, principalmente de alimentos frescos produzidos em Oeiras e em municípios próximos.



mílias em situação de desigualdade social, contribuindo para o incremento de geração de trabalho, emprego e renda na perspectiva da qualidade pedagógica e da expansão da cidadania.

Foram licitados projetos de pavimentação asfáltica, pavimentação em paralelepípedo e execução e reforma de estradas vicinais, facilitando a mobilidade urbana, transporte, e saúde à população que se via prejudicada pela falta dessas ações.

Foi iniciada a operação do convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a construção de 100 planos municipais de saneamento básico, ferramenta com a qual o município poderá acessar recursos na área de saneamento nos quatro componentes: abastecimento de água potável; manejo das águas pluviais; coleta e tratamento de resíduos sólidos e esgotamento sanitário.

Algumas das obras executadas pela Secretaria das Cidades em 2016:

Pavimentação poliédrica – Agricolândia – 4.498 m²; Água Branca – 5.005 m²; Angical – 17.033 m²; Boa Hora – 5.330 m²; Boqueirão – 5.847 m²; Brasileira – 4.552 m²; Buriti dos Lopes – 8.452 m²; Campo Maior – 5.226 m²; Caracol – 2.700 m²; Castelo do Piauí – 6.454 m²; Elizeu Martins – 3.030 m²; Ilha Grande – 5.060 m²; José de Freitas – 14.534 m²; Jurema do Piauí – 8.988 m²; Landri Sales – 6.259 m²; Luís Correia – 17.416 m²; Manoel Emídio – 8.338 m²; Pajeú do Piauí – 6.693 m²; Palmeirais – 13.220 m²; Porto Alegre – 12.781 m²; Regeneração – 10.390 m²; Rio Grande do Piauí – 5.000 m²; Santo Antônio de Lisboa – 5.039 m²; São Braz do Piauí – 5.200 m²; São João da Canabrava – 2.730 m²; São João do Arraial – 5.456 m²; São Julião – 9.979 m²; São Miguel do Fidalgo – 4.569 m²; São Pedro do Piauí 2.800 m²; Simplício Mendes – 10.684 m²; Sussuapara – 1.970 m²; Teresina – 11.649 m²; Várzea Grande – 10.997 m². **Total: 247.876 m².**

Recuperação de estradas vicinais – Agricolândia – 14 km entre os povoados Boi Morto e Todos os Santos; Altos – 5,1 km; Amarante – 4,2 km entre os povoados Prata e Gaivota; Belém do Piauí – 5,8 km entre a BR-343 e o povoado Cajueiro; Cajueiro da Praia – 5,7 km entre os povoados Árvore Verde e Rio Timonha; Capitão de Campos – 10 km na localidade São José; Caracol – 4,2 km entre a sede do município e o povoado Jatobazeiro; Caraúbas – 10,4 km ligando os povoados Corredores, Saco e Boiadas; Cocal de Telha – 8,1 km entre a sede e povoado América; Landri Sales – 5 km até o assentamento São Benedito; Luís Correia – 23 km; Manoel Emídio – 4,5 km entre a BR-135 e o povoado Água Bran-

ca; Miguel Alves – 5,4 km entre os povoados Tetéu e Malhada; Monte Alegre – 4,5 km entre o povoado Patos e a sede do município; Paes Landim – 15,6 km até o povoado Caiçara; Passagem Franca do Piauí – 45 km entre os povoados Tábua e Caiçara, e 33 km entre os povoados Sítio Santo Antônio, Piçarreira, Cupins e Riacho Fundo, totalizando 78 km; Padre Marcos – 5,22 km entre os povoados Baixa Verde e Barra; Pedro II – 5,41 km entre a BR-404 e o povoado Assentamento Paraíso e 6,36 km entre as localidades São Francisco, Curralinhos e Pedra Grande, totalizando 11,58 km; Regeneração – 10,2 km; estrada de 70 km entre os municípios de Regeneração, Jardim do Mulato e Francinópolis; Santana do Piauí – 5,10 km entre as localidades Chapadinha, Engano do Rodrigues e Malhada Vermelha; São Félix do Piauí – 34,9 km entre as localidades Buriti do Castelo, Capim Cubo e Fazenda São José; São Francisco do Piauí 6,66 km na localidade Sítio do Meio; São João da Fronteira – 32 km entre a sede e o povoado Santa Rosa; São Pedro do Piauí – 41 km entre as localidades Pedra, Serra Azul, Bacuri, Brejo do Mundoca e 21,92 km entre as localidades Serra do Burro, Águas Belas e Brejo, totalizando 62,92 km; Teresina – 1,5 km na localidade Santa Luz. **Total: 456 km**

Passagens molhadas – Amarante, Castelo do Piauí, Cocal de Telha, Coivaras, Nazária.

Equipamentos urbanos – Reforma do estádio Felipão em Altos; reforma de quadra esportiva em Barro Duro; reforma de terminal rodoviário em Eliseu Martins; construção de posto de saúde no assentamento Macaraí, em Inhumá; reforma do mercado público, urbanização da praça Joaquim Coelho Ferreira e construção de duas quadras esportivas em Isaias Coelho; construção de praça pública em Monsenhor Gil.

Obras hídricas - Perfuração de poço na localidade Serra do Exu, em Pau D'Arco do Piauí; perfuração e equipamentos de poços nas localidades Placas, Olho D'Água dos Paulinos e Morro do Meio; recuperação de barragem em São João do Piauí.

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIO URBANA

A Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí (EMGERPI) é uma sociedade por ações, vinculada à Secretaria de Administração e Previdência Social – SEADPREV, criada precipuamente para fazer a gestão de recursos humanos contratados por empresas públicas e por sociedades de economia mista controlada pelo Estado do Piauí e a ela incorporadas.

RODANEL DEVE MELHORAR O TRÂNSITO EM TERESINA

Com aproximadamente 95% das obras concluídas, o Rodoanel de Teresina é a maior obra de mobilidade urbana realizada pelo Estado do Piauí nos últimos 20 anos. Até o final do primeiro semestre de 2017, deve ser aberto ao tráfego, retirando cinco mil veículos de carga da área urbana de Teresina – o que certamente irá concorrer para a melhoria do trânsito em diversos pontos das zonas Sul, Sudeste e Leste, principalmente.

O Rodoanel, além de melhorar o tráfego em Teresina, abrirá um novo eixo de negócios na cidade, favorecendo, sobretudo, a instalação de novas indústrias e de empresas de logística ao longo de 28 km, ao interligar as rodovias BR-343 (a Leste da cidade) e BR-316, na área Sul de Teresina.

O Rodoanel é parte de uma série de obras de mobilidade urbana que o Governo vem fazendo em Teresina, algumas delas em parceria com a Prefeitura, como a duplicação da ponte Wall Ferraz e os acessos rodoviários à ponte Anselmo Dias, ambas sobre o rio Poti. Nos dois casos, a abertura das pontes ampliou as opções de tráfego entre as zonas Sul, Leste, Sudeste e Centro da capital.

Em execução, o elevado da avenida Miguel Rosa, na interseção da avenida Miguel Rosa com as rodovias BRs 343 e 316, deve estar pronto ainda em 2017, eliminando em sua primeira fase um gargalo de trânsito, principalmente para bairros da zona Sul de Teresina. São áreas que serão beneficiadas pela redução do tráfego de caminhões com a abertura do Rodoanel e também pela obra de duplicação da BR-316, que foi retomada ainda em 2016. A soma das duas obras de mobilidade da BR-316 e o elevado da Miguel Rosa é de mais de 87,8 milhões.



Conforme a atribuição das empresas incorporadas, a EMGERPI prosseguiu atuando nos mesmos ramos de atividades das incorporadas, destacando-se na gestão da Carteira Imobiliária da extinta Companhia de Habitação do Estado do Piauí - COHAB-PI. Na condição de sucessora da extinta COHAB-PI, por incorporação, nos termos do art. 68-B da Lei Complementar Estadual nº. 28, alterada pela LC nº. 83, de 12 de abril de 2007, absorveu o patrimônio ativo e passivo da COHAB-PI em todos os seus direitos e obrigações, conforme previsto no art. 227 da Lei das Sociedades Anônimas. Em decorrência dessa incorporação, assumiu a competência para deliberar sobre a Carteira Imobiliária constituída pelos contratos de financiamento dos diversos Conjuntos Habitacionais executados a partir da década de 1960, logo, consolidados e integrados ao mapa cartográfico de seus respectivos municípios, sendo que, em sua maioria, foram edificados sobre áreas não regularizadas, permanecendo por décadas na informalidade jurídica, impossibilitando aos beneficiários/mutuários o acesso à titularidade plena dos imóveis.

Neste contexto, A EMGERPI elaborou um Plano de Ação de Regularização Fundiária Urbana para atender aos conjuntos habitacionais edificados pela extinta COHAB-PI, junto às serventias cartorárias competentes, totalizando 4.468 imóveis regularizados, beneficiando aproximadamente 17.872, com a conclusão de registro e averbação dos seguintes conjuntos habitacionais:

- Parque Piauí (ampliação), em Teresina, com 2.794 casas.
- Bela Vista I, em Teresina, com 1.004 casas.
- Petrônio Portella, em Guadalupe, com 200 casas.
- Oeiras e Nogueira Tapety, em Oeiras, com 200 casas.
- Eufrasino Moura, em Elesbão Veloso, com 70 casas.
- São Raimundo Nonato, na cidade do mesmo nome, com 100 casas.
- Cândida Macedo, com 100 casas, em São Raimundo Nonato.

Para efeito de mobilização do público-alvo, a ação foi denominada Programa Minha Casa Legal, passando também a desenvolver atividades de regularização cadastral e financeiras dos contratos de financiamento habitacional bem como a prestar atendimento itinerante nos conjuntos habitacionais ou próximo de suas localizações. O Escritório Itinerante do Programa Minha Casa Legal foi instalado nos conjuntos habitacionais: Parque Piauí, Verde Que Te Quero Verde, Bela Vista I, II e III, Alô Teresina, Pasárgada, Deus Quer, Dignidade, Renascença I e II, Janete Moraes Souza, Morada Nova I e II, Dirceu I e II, Mocambinho, O Sonho Não

Acabou, Vamos Ver o Sol, com 1.636 atendimentos. Também foram feitos atendimentos em José de Freitas, União, Demerval Lobão e Altos, somando 406 pessoas, além de Oeiras, Campo Maior, Floriano, Manoel Emídio, Pio IX, Paulistana e Fronteiras, com 945 pessoas atendidas.



FACILIDADE PARA REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS

O Escritório Itinerante oferece os mesmos serviços prestados no balcão de atendimento da Casa do Mutuário em Teresina e nos quatro Escritórios Regionais da EMGERPI, localizados em Campo Maior, Floriano, Picos e Parnaíba.

Durante a ação itinerante, o beneficiário/mutuário pode realizar parcelamentos de débitos, quitação de contrato, retomar negociações de débitos em aberto, requerer a liberação de hipoteca, atualizar dados cadastrais e receber orientações jurídicas para sanar quaisquer pendências referentes ao contrato de financiamento habitacional. Além de levar comodidade aos beneficiários/mutuários, esta ação contribui positivamente para o incremento de arrecadação, seja pelas quitações e negociações de débitos, seja pelo recolhimento das taxas de serviços.

A ação de regularização de terras e bens está sendo desenvolvida por meio de cooperação técnica firmada com o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), para garantir condições técnicas de realização dos levantamentos topográficos georreferenciados pela equipe de engenharia da unidade gestora responsável pela regularização patrimonial e imobiliária da EMGERPI.

Por força do Decreto nº 16.570, de 10 de maio de 2016, a equipe técnica da EMGERPI assumiu a atribuição de realizar e validar as avaliações de mercado dos imóveis vinculados ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí. Isso resultou na avaliação de 557 imóveis originários da Secretaria de Educação (418 imóveis) e Secretaria de Saúde (165 imóveis) perfazendo um valor de **R\$ 1.140.610.105,83**.



ESTRADAS E MOBILIDADE PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO

A economia do Piauí precisa de estradas e obras de mobilidade urbana, mas a construção delas, em si, já é um importante instrumento de desenvolvimento econômico.

Somaram mais de R\$ 320 milhões os recursos injetados em obras viárias prontas ou em andamento, bastante adiantadas, parte delas a ser concluída ainda no primeiro semestre de 2017.

Trata-se de obras fundamentais para o desenvolvimento do Piauí, como a estrada que liga Santa Filomena à BR-135 (Monte Alegre e Gilbués), tirando aquela cidade do isolamento secular em que vivia. Outra obra importante é o Rodoanel de Teresina, que tem mais de 90% dos serviços concluídos, além de intervenções em mobilidade urbana em Teresina, onde avançam os trabalhos do elevador na avenida Miguel Rosa, que é parte do conjunto de obras da duplicação das BRs-316 e 343, cujos projetos foram readequados para que se reiniciem os trabalhos nas duas estradas.

A seguir um detalhamento das mais importantes ações do Estado em 2016 para obras viárias e de mobilidade urbana.



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem investiu em 2016 um total de R\$ 155.439.908,09 em obras de mobilidade urbana (331.769,51 m²), construção, restauração e alargamento de pontes (621,10 m), pavimentação e restauração de rodovias (159,18 km), construção de anéis viários (12,95 km) e pavimentação em revestimento primário (21,5 km).

Entre as muitas ações do DER, pontes nos municípios de Picos e de Esperantina, e o elevador da avenida Miguel Rosa (obra execução), que deverá reduzir conflito e melhorar a fluidez do tráfego nos acessos e saídas das zonas Sul e Sudeste de Teresina. A obra, retomada em 2016, está orçada em 24.345.820,86 e terá 320 metros de comprimento. Destaque-se ainda a duplicação da ponte Wall Ferraz, em Teresina – obra já concluída e que ofereceu maior fluidez ao tráfego entre as zonas Leste e Sudeste, Sul e Centro da capital. Na obra foram investidos R\$ 27.997.226,57.

Além de concluir a ponte Wall Ferraz, o DER revisou projetos para a retomada das obras de duplicação das BRs 316 e 343 em Teresina. A BR-316 teve suas obras retomadas, com valor do investimento estimado em R\$ 63.677.875,22, cobrindo uma extensão de 8.42 km.



O DER também cumpriu o programa de manutenção rodoviária, atuando na maior parte dos territórios de desenvolvimento, além de executar pavimentação asfáltica em várias cidades do Estado do Piauí, destacando-se as rodovias na região do cerrado piauiense e em todos os territórios de desenvolvimento.



AS OBRAS CONCLUÍDAS PELO DER EM 2016

- Melhoramento da implantação e pavimentação asfáltica entre Boa Hora e a PI-111, com 18,9 km de extensão e investimento de R\$ 6,988 milhões.
- Melhoramento da implantação do pavimento asfáltico da ligação entre Fronteiras e fábrica de cimento Itapissuma e a BR-230.
- Melhoramento da implantação e pavimento em revestimento primário da PI-307 (Transcerrados).
- Restauração da estrada PI-140 no trecho entre São Lourenço do Piauí e Dirceu Arcoverde, com 19,08 km e investimento de R\$ 8,968 milhões.
- Alargamento de duas pontes em Picos, sobre o rio Guaribas (186 m), com recursos do Governo do Estado, e Pro-Desenvolvimento II (Banco do Brasil). Investimento de R\$ 12,5 milhões.
- Anel viário de Bom Jesus, numa extensão de 6,54 km, com investimento de R\$ 8,168 milhões.
- Primeira etapa do Anel viário de Canto do Buriti, numa extensão de 6,55 km, com investimento de R\$ 7,235 milhões.
- Travessia do rio Coité, em Corrente, numa extensão de 20 metros por 10 de largura e investimento de R\$ 1,449 milhão.

• Ponte sobre o riacho do Pico, ligando o povoado Amolar a Floriano, na PI-140, com investimento de R\$ 626,7 mil.

• Construção de duas pontes sobre o rio Canindé, com extensão somada de 100 metros, interligando os municípios de Itainópolis, Vera Mendes, Isaías Coelho e Simplicio Mendes, com investimento de R\$ 4,553 milhões.

• Ponte sobre o riacho Bambuzeiro, em Assunção do Piauí, para permitir o acesso à divisa com o Estado do Ceará, num investimento de R\$ 1,253 milhão.

• Serviços de construção de obras de arte, aterros, restauração da passagem molhada na PI-459, entre Paulistana e Betânia do Piauí, para evitar que esta última cidade seja isolada por eventuais enxurradas. O investimento na obra foi de R\$ 3,185 milhões.

• Melhoramento da implantação e pavimentação asfáltica entre Paulistana e o povoado Tigre, numa extensão de 30,28 km, e investimento de R\$ 18,776 milhões.

• Obras de pavimentação em vias urbanas nas cidades de Ipiranga, Pedro II, Jardim do Mulato, Cristino Castro, Boqueirão do Piauí, Alagoinha do Piauí, Lagoinha do Piauí, Dirceu Arcoverde, Caracol, Picos, São João do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Jacobina do Piauí, Água Branca e Teresina, com investimentos de R\$ 20,28 milhões.

• Foram feitas ainda rodovias de ligação entre a BR-020 e o Parque Nacional da Serra da Capivara (7,87 km e investimento de R\$ 2,453 milhões); do entroncamento entre a PI-249 e o projeto Morro dos Cavalos, em Simplicio Mendes (3 km, com investimento de R\$ 1,273 milhão), e entroncamento da BR-343 ao povoado Taboca do Pau Ferrado, em Teresina, com extensão de 2,8 km e investimento de R\$ 974 mil.



• Restauração do micropavimento da estrada entre Santa Luz e a BR-135, numa extensão de 15 km, com investimento de R\$ 2.218 milhões.

• Restauração da estrada ligando Pajeú do Piauí à rodovia PI-140, numa extensão de 19,7 km, com investimento de 1,284 milhão.

Além das obras já executadas, o DER segue com obras em andamento, com destaque para as seguintes ações:

• Pavimentação asfáltica de vias urbanas em Picos, com investimento de R\$ 11,493 milhões, cobrindo uma área de 41 km.

• Pavimentação de vias urbanas na cidade de São João do Piauí, com investimento de R\$ 3,4 milhões e extensão de 15 km.

• Pavimentação de vias urbanas em Esperantina, numa extensão de 18 km e investimento de R\$ 4,484 milhões.

• Pavimentação de vias urbanas em Várzea Grande, numa extensão de 1,2 km e investimento de R\$ 887 mil.

• Pavimentação da avenida Miguel Crispim, em Simplicio Mendes, numa extensão de 4,5 km, com investimento de 3,584 milhões.

• No trecho Parnaíba-Pedra do Sal-Ilha Grande, que compreende uma extensão de 15,94 km, estão sendo feitos serviços de alargamento, com investimento de R\$ 21,7 milhões.

• Terraplanagem e revestimento primário (preparação para a implantação do asfalto) no trecho que interliga a BR-135/povoado Palestina/Entrocamento da PI-397 até a Transcerrados, numa extensão de 40,76 km, com investimento de R\$ 17, milhões.

• Serviço semelhante está em curso no trecho Colônia do Gurgueia/Entrocamento da PI-397/Transcerrados. Com investimento de R\$ 23,6 milhões, a obra tem extensão de 64,5 km.



OBRAS VIÁRIAS DO IDEPI

Executor de obras de infraestrutura, inclusive nas áreas de estradas e mobilidade urbana, o IDEPI executou, em 2016, diversos trabalhos, com destaque para duas importantes obras em execução: asfaltamento da estrada entre Paulistana e Curral Novo do

Piauí, numa extensão de 54 quilômetros e investimento de R\$ 34 milhões; e asfaltamento de 60 km entre Cocal e a BR-402, oferecendo mais uma via de acesso e saída àquele município do Norte do Piauí.

Foram ainda recuperadas estradas vicinais em José de Freitas, Francisco Santos, Santo Antônio de Lisboa, Fronteiras, Geminiano, Luís Correia, Jardim do Mulato, Jatobá do Piauí, Alagoinha do Piauí, Picos, Monsenhor Gil, com investimentos de R\$ 8,953 milhões. Cabe destacar também a construção de duas pontes ligando as cidades de Arraial e Francisco Ayres, pondo fim ao isolamento dos dois municípios. Investimento de R\$ 3,5 milhões. O asfaltamento de 11,6 km complementa a pavimentação asfáltica entre as duas cidades.

Foi feita também a pavimentação asfáltica ligando Vila Nova do Piauí ao povoado São João, com 13,56 km. Investimento de R\$ 5,1 milhões; e de vias urbanas na cidade de José de Freitas. Investimento de R\$ 2,1 milhões.

O IDEPI executou ainda as seguintes obras:

• Pavimentação de vias públicas em Luís Correia. Investimento de R\$ 604,3 mil. Obra concluída.

• Pavimentação de vias públicas em Simões, em paralelepípedos. Investimento de R\$ 2,1 milhões, dos quais já liquidados R\$ 1,7 milhão. Obra executada em 80%.

• Pavimentação de vias públicas em Novo Oriente do Piauí, em paralelepípedos. Investimento de R\$ 1,08 milhão. Obra concluída. Na mesma cidade, mas em um contrato diferente, foi feita a pavimentação de ruas em paralelepípedos no valor de R\$ 893,2 mil. Obras já concluídas.

• Pavimentação em paralelepípedos nos municípios de Dom Expedito Lopes, Nazária, Coivaras, Francisco Santos, Picos, Nossa Senhora de Nazaré e São João da Serra. Investimento de R\$ 3,772 milhões.

• Está em andamento uma estrada que ligará o município de Avelino Lopes à divisa com a Bahia, oferecendo uma possibilidade de acesso para a população e produtores daquela região do Extremo Sul do Piauí. Investimento de R\$ 12 milhões.



SECRETARIA DE TRANSPORTES

A SETRANS foi responsável por uma série de obras rodoviárias e de mobilidade urbana no Piauí em 2016 – parte delas concluída, outras em andamento, como o Rodoanel de Teresina, que chegou ao final do exercício com pouco menos de 10% do volume de serviços para ser concluído e entregue à população.

Outra obra a ser destacada é a conclusão do asfaltamento de trecho da BR-235, compreendido entre Gilbués, Monte Alegre e Santa Filomena, que tira a última cidade de um secular isolamento. São 130 km pavimentados em Tratamento Superficial Duplo (TSD), num investimento de R\$ 102.033.615,29, provenientes de convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Governo do Estado do Piauí, por meio da SETRANS-PI.

Complementarmente ao trabalho de ligação asfáltica da cidade à BR-135, Santa Filomena recebeu obras de pavimentação asfáltica em vias da zona urbana, totalizando 4 km. Os serviços foram de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso Usinado a quente (C.B.U.Q.), orçadas em R\$ 1.776.600,69, recursos do Governo do Estado do Piauí.

OBRAS CONCLUÍDAS.

• Pavimentação do acesso ao Museu do Homem Americano

Investimento: R\$ 1.368.969,48
Local: São Raimundo Nonato
População atingida: 34.000 moradores

• Ponte sobre o rio Gurgueia

Investimento: R\$ 6.701.187,76
Local: Palmeira do Piauí
População atingida: 5.000 moradores

• Urbanização da Avenida Beira Rio

Investimento: R\$ 11.210.389,01
Local: Floriano
População atingida: 59.000 moradores

• Pavimentação urbana - Piripiri

Investimento: R\$ 5.415.155,89
População atingida: 63.000 moradores

• Pavimentação urbana - Oeiras

Orçamento: R\$ 7.482.048,77
População atingida: 37 mil moradores

• Pavimentação urbana – Altos e Campo Maior

Orçamento: 5.776.375,70
População atingida: 95 mil moradores

• Pavimentação urbana – Piracuruca

Situação: em andamento
Orçamento: 14.177.052,36

• Pavimentação urbana – São Raimundo Nonato

Orçamento: R\$ 2.086.822,75

• Pavimentação urbana – Teresina

Obras concluídas em diversos bairros, como Parque Piauí.

Orçamento: R\$ 11.179.939,75

• Pavimentação de ruas em Nazaré do Piauí

Nossa Senhora de Nazaré – Pavimentação de ruas
Orçamento: R\$ 1.099.470,68

A SETRANS tem, além do Rodoanel, sua obra de maior vulto, as seguintes ações em andamento:

• Acesso do Rodoanel à Usina Santana

Orçamento: 1.356.476,24

• Teresina – Ponte JK

Obras em fase final, devendo ser aberta ao tráfego até fevereiro de 2017, quando deverá ser interditada a parte central da mesma ponte – a chamada ponte do meio – para que seja implantado o passeio central para pedestres, que vai interligar os canteiros centrais das avenidas Frei Serafim e João XXIII. Ao término das obras, serão 5 faixas de rolamento no sentido Centro-Leste. O investimento é de R\$ 18 milhões.

• Pavimentação de rodovia de acesso Cocal-PI/ Ceará

Orçamento: R\$ 5.894.000,96.

• Prolongamento da Av. Petrônio Portella, em Esperantina

Orçamento: R\$ 1.876.583,17.

• Construção de ponte no Morro do Chapéu do Piauí

Orçamento: R\$ 379.147,79.

• Pavimentação de ruas em Valença

Orçamento: R\$ 917.685,40
Terraplenagem de estrada

• Conclusão das obras de terraplenagem do trecho entre a comunidade Várzea Queimada e a BR-407. A etapa seguinte será a pavimentação asfáltica.

• Pavimentação de ruas em Corrente

Asfaltamento da avenida Manoel Lourenço Cavalcante e de mais de 15 ruas, das quais sete já tiveram os serviços concluídos, totalizando mais 27.000 m².

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, UMA CHANCE DE MAIS E MELHORES INVESTIMENTOS

O programa de parcerias público-privadas do Estado do Piauí com a carteira de projetos aprovada pelo seu Conselho Gestor em 2016 engloba todas as áreas determinadas como "Territórios do Desenvolvimento do Estado do Piauí", atualmente dividido em 12 territórios.

Ao longo do ano de 2016, foram executadas ações voltadas para estruturação e execução de projetos com ativos de suma importância para o Estado:

1 – Iniciadas obras relativas à concessão dos terminais rodoviários de Teresina, Picos e Floriano. Somente no Terminal Rodoviário Petrônio Portella, em Teresina, já foram investidos mais de **R\$ 1.500.000,00** na primeira etapa de modernização da rodoviária.

2 – Licitação para subconcessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na área urbana do município de Teresina, mediante operação, manutenção, adequação e ampliação do sistema existente, que envolve a execução de obras de saneamento básico na cidade de Teresina, com investimento na ordem de R\$ 1.755.349.607,00.

3 - Finalizados os estudos para concessão de uso de imóvel público, a título oneroso, precedida de obra de expansão, reforma e modernização, com exploração, operação, manutenção e desenvolvimento da nova Central de Abastecimento do Estado do Piauí (CEAPI), em Teresina, com investimentos estimados em **R\$ 84.357.742,50**.

4 – Concluídos os estudos para o "Piauí Conectado", projeto de construção, infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados, que representam a construção de 5.000 km de rede de fibra óptica, compreendendo os enlaces de sistemas de DWDM e G-PON, que interligarão Teresina às 11 principais regiões, ao todo 96 municípios (80% da população do Estado do Piauí), totalizando 1.500 pontos (cada um com até 30 mbps) com a capacidade total de até 64 gigabytes.

Tais projetos fazem parte de uma estratégia de investimento em infraestrutura que possibilita o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A atual conjuntura econômica vivenciada no País e no Estado do Piauí exige dos gestores públicos a busca de alternativas para reduzir custos, melhorar a

arrecadação, ampliar a prestação dos serviços públicos com eficiência. O planejamento das ações que serão executadas pelo Estado nos próximos 4 anos está previsto no Plano Plurianual 2016-2019.

A Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC – desenvolve ainda estudos abrangendo projetos em diversas áreas, tais como: infraestrutura viária para transporte de cargas e passageiros, infraestrutura administrativa, rede de dados e voz, saneamento básico, dentre outros projetos de fundamental importância para promover o desenvolvimento do Piauí, que serão detalhados no decorrer da apresentação das ações.

A priorização das ações levou em consideração as necessidades mais urgentes e que tenham sua implementação em menor espaço de tempo, e que obtiveram a aprovação do Conselho Gestor de Parcerias e Concessões.

Em 2016, a Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC) estudou os seguintes projetos:

- Complexo Turístico (em andamento);
- Novo Centro Administrativo (em andamento);
- Nosso Shopping (em andamento);
- Plataforma Logística Multimodal (em andamento);
- Piauí Conectado (em andamento e possível licitação em 2017);
- Hospital Materno-Infantil (em andamento e possível licitação em 2017);
- Transcerrados (em andamento e possível licitação em 2017);
- Saneamento do Interior (em andamento e possível licitação em 2017);
- VLT Teresina (em andamento e possível licitação em 2017);
- Central de Abastecimento (em fase de diálogo público para licitação em 2017);
- Saneamento de Teresina (em fase de habilitação da licitante melhor classificada, com assinatura do Contrato em 2017).

Os projetos citados acima, tal como foram modelados, têm previsão de investimento em torno de R\$ 3 bilhões de reais, com outorga para o Estado aproximada de R\$ 110 milhões, com a possibilidade de receita de quase R\$ 14,5 bilhões e gerando uma desoneração de despesa anual para o Estado na casa de quase R\$ 6 bilhões.







**EQUIPE
DE GOVERNO
E EQUIPE
TÉCNICA**

EQUIPE DE GOVERNO

GOVERNADOR DO ESTADO
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE ESTADO
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
Henrique Rebelo

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Fábio Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Fábio Núñez Novo

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL
Hélio Isaías

SECRETARIA DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavor Neri

SECRETARIA DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco Limma

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
Janaína Marques

SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE MINERAÇÃO,
PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luís Coelho da Luz Filho

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
Antônio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Francisco de Assis e Oliveira Costa

SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DE ESTADO
DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DO PIAUÍ
Cel. PM Carlos Augusto Gomes de Souza

GABINETE MILITAR
Cel. PM José Denilson do Rego Marques

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
João Rodrigues Filho

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E LAZER
Simone Pereira de Farias Araújo

COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS
Sâmio Falcão Mendes

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO
Benedito de Carvalho Sá

COORDENADORIA DE FOMENTO
AO SANEAMENTO RURAL
Gilberto Gomes de Medeiros

COORDENADORIA DA JUVENTUDE
Vicente Gomes da Silva

COORDENADORIA ESTADUAL
DE POLÍTICAS PARA MULHERES
Haldaci Regina da Silva

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DO ESTADO DO PIAUÍ
Coronel Carlos Frederico Macedo Mendes

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO PIAUÍ
Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
Soraya de Carvalho Castelo Branco Soares

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO PIAUÍ - PGE
Plínio Clerton Filho

INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO PIAUÍ - IAEP
Herbert Buenos Aires de Carvalho

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO
DO PIAUÍ - IASPI
Daniele Amorim Aita

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
DE EXTENSÃO RURAL - EMATER
Marcos Vinícius do Amaral Oliveira

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DO PIAUÍ - IDEPI
Juraci Filho Leite Santana

INSTITUTO DE METROLOGIA
DO ESTADO DO PIAUÍ - IMEPI
Maycon Danylo Araújo Monteiro

INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI
Regina Lourdes Carvalho de Araújo Costa

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA
DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI
Francisco Guedes Alcoforado Filho

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO
Antônio José Castelo Branco Medeiros

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO PIAUÍ - FUESPI
Nouga Cardoso Batista

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ESPORTES
- FUNDÊSPI
Vicente de Sousa Sobrinho

FUNDAÇÃO ANTARES -
RÁDIO E TV EDUCATIVA
Humberto Coelho Silva

FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA
Marcos Steiner Rodrigues Mesquita

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - ADAPI
Antônio Justino da Silva

AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO PIAUÍ/SA
Antônio Cezar Araújo Fortes

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ - ATI
Avelyno Medeiros da Silva Filho

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
HABITACIONAL DO PIAUÍ - ADH
Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS
DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI
José Araújo Dias

DEPARTAMENTO ESTADUAL
DE TRÂNSITO - DETRAN-PI
Aarão Martins do Rego Lobão

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DO PIAUÍ - JUCEPI
Maria Alzenir Porto da Costa

CENTRAL DE ABASTECIMENTO
DO PIAUÍ S/A - CEAPI
Paulo César Noleto de Santana

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA
Antônio Rodrigues de Sousa Neto

COMPANHIA METROPOLITANA
DE TRANSPORTE PÚBLICO - CMTPI
Antônio Luiz Cronemberger Sobra

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS
DO ESTADO - EMGERPI
José Ricardo Pontes Borges

EMPRESA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO PIAUÍ S/A - AGESPISA
Raimundo Nonato Farias Trigo

ELABORAÇÃO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Antônio Rodrigues de Sousa Neto

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO ES-
TRATÉGICO
Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDENTE DE COOPERAÇÃO TÉCNI-
CO FINANCEIRA
Sérgio Gonçalves de Miranda

SUPERINTENDENTE DE PROJETOS
Raimundo Pereira de Sousa Filho

DIRETORA DA UNIDADE DE APOIO AO PLANE-
JAMENTO REGIONAL
Amália Rodrigues de Almeida

DIRETOR DA UNIDADE DE
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Francisco Vagner Ximenes Martins

DIRETORA DA UNIDADE ADMINISTRATIVA
E FINANCEIRA
Carmem Verônica da Silva Costa

EQUIPE TÉCNICA
Luciana de Paula Nazareno Martins Marinho
Kerle Pereira Dantas
Jairo de Oliveira Chagas Júnior
Amália Rodrigues de Almeida
Iraídes Rodrigues Leite Araújo
Gisele de Araújo Oliveira
Maria de Fátima Damasceno Moura Fé
Déborah Luiza Quaresma Pinheiro
Jairo Galvão de Araújo
Patrícia Amália Castro
Hercília Marilane Amorim

APOIO
Coordenadoria de Comunicação Social
do Estado do Piauí - CCOM
Diretoria de Jornalismo
Diretoria de Marketing

FOTOGRAFIAS
Alana Sousa, Aureliano Müller, Francisco Gilásio,
Francisco Leal, Irineu Santiago, Jardenya Bezer-
ra, Jairo Moura, Jorge Henrique Bastos, Marcelo
Cardoso, Margareth Leite, Paulo Barros, Raoni
Barbosa, Regis Falcão, Wessley Sales



DIREÇÃO CONCEITUAL
S/A PROPAGANDA



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CRESCE
JUNTO COM SUA GENTE

www.piaui.pi.gov.br

  [governodopiaui](#)